



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA

VIRGÍNIA GENEROSO PEÇANHA

**#ELENÃO E *NI UNA MENOS*: A “QUARTA ONDA”
FEMINISTA E O ATIVISMO NAS REDES SOCIAIS**

GOIÂNIA
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Virgínia Generoso Peçanha

3. Título do trabalho

#EleNão e Ni Una Menos: a "Quarta Onda" feminista e o ativismo nas redes sociais

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **VIRGINIA GENEROSO PECANHA, Discente**, em 24/11/2023, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Henrique Ribeiro Roriz, Professor do Magistério Superior**, em 09/12/2023, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4185468** e o código CRC **8C1D97BD**.

VIRGÍNIA GENEROSO PEÇANHA

**#ELENÃO E *NI UNA MENOS*: A “QUARTA ONDA”
FEMINISTA E O ATIVISMO NAS REDES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Área de concentração: Relações Internacionais
Linha de pesquisa: Política Internacional

Orientador: Professor Doutor João Henrique Ribeiro Roriz

Goiânia
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Peçanha, Virgínia Generoso
#EleNão e Ni Una Menos [manuscrito] : A "Quarta Onda" feminista e o ativismo nas redes sociais / Virgínia Generoso Peçanha. - 2021. CXVIII, 118 f.

Orientador: Profa. Dra. João Henrique Ribeiro Roriz.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Goiânia, 2021.
Bibliografia.

1. Quarta Onda dos Movimentos Feministas. 2. Mulheres. 3. Ciberativismo. 4. Ele Não. 5. Ni Una Menos. I. Roriz, João Henrique Ribeiro, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 2 da sessão de Defesa de Dissertação de **Virgínia Generoso Peçanha**, que confere o título de Mestre(a) em Ciência Política, na área de concentração em Relações Internacionais .

Aos **vinte dias de dezembro de 2021**, a partir das 10 horas, em modalidade remota via Google Meet, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada #EleNão e Ni Una Menos: a "Quarta Onda" feminista e o ativismo nas redes sociais. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor **João Henrique Ribeiro Roriz (FCS/UFG)** com a participação das demais membras da Banca Examinadora: Professora **Eliane Gonçalves (PPGS/UFG)**, membro titular externo; Professora **Aline Regina Alves Martins (PPGCP/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor **João Henrique Ribeiro Roriz**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **vinte dias dezembro de 2021**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Aline Regina Alves Martins, Professora do Magistério Superior**, em 24/11/2023, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Henrique Ribeiro Roriz, Professor do Magistério Superior**, em 09/12/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Coordenador de Pós-Graduação**, em 11/12/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4185466** e o código CRC **75A20FC1**.

Referência: Processo nº 23070.068824/2021-91

SEI nº 4185466

“El feminismo es la linterna que muestra la sombra de todas las ideas gestadas y desarrolladas sin las mujeres y en ocasiones a costas de ellas: democracia, desarrollo económico, bienestar, justicia, familia, religión...

Las feministas empuñamos esa linterna con orgullo por ser la herencia de millones de mujeres que partiendo de la sumisión forzada, y mientras eran atacadas, ridiculizadas y vilipendiadas, supieron construir una cultura, una ética y una ideología nueva y revolucionaria para enriquecer y democratizar el mundo. La llevamos con orgullo porque su luz es la justicia que ilumina las habitaciones oscurecidas por la intolerancia, los prejuicios y los abusos. La llevamos con orgullo porque su luz no da la libertad y la dignidad que hace ya demasiado tiempo nos robaron en detrimento de un mundo que sin nosotras no puede considerarse humano ”

Nuria Varela

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres que lutaram para que eu chegasse aqui. A todas que vieram antes mim, com suas lutas, suas histórias, sua resistência, sua coragem, todas as mulheres que habitam em mim. Todas as mulheres da minha vida. Todas!

Agradeço em especial às minhas avós (*in memoriam*) e minha mãe pela minha formação pessoal, social, cultural que culminou na mulher que sou hoje.

Às professoras e professores que tive durante todo meu percurso, por ajudarem a formar meu intelecto crítico acerca das coisas que nos permeiam.

Agradecimento financeiro à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa cedida, ainda mais no contexto de desmonte das universidades públicas e ataques à área de humanidades.

Ao corpo técnico e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, em especial à Dorinha pela paciência com todos os meus e-mails, e ao prof. Carlo Patti pela atenção.

Às Professoras Aline Martins e Eliane Gonçalves, por comporem a banca e pelas reflexões.

Ao Prof. João Henrique Ribeiro Roriz pela sensibilidade e paciência.

À Ana Beatriz, Lara, Lídia, Maria, Michely e Juana, sem vocês essa dissertação não existiria.

Agradeço também à Alexandra Asanovna Elbakyan, sem ela esse trabalho (e minha vida acadêmica) seriam quase possíveis.

À Aurora e Ieda pela companhia.

À todas as minhas versões anteriores que desistiram da vontade de desistir e possibilitaram que meu eu de hoje se tornasse Mestra

RESUMO

Essa dissertação se propõe a analisar os movimentos #EleNão, no Brasil, e Ni Una Menos, na Argentina, e se é possível entendê-los como expressão de uma suposta "quarta onda" dos movimentos feministas. A escolha de tais movimentos se deu tanto pelo protagonismo das mulheres, como pela magnitude de suas marchas multitudinárias, iniciadas na Internet e que levaram principalmente mulheres às ruas não apenas em seus países de origem, como também em várias partes do mundo. Para tal, foi feita a revisão da literatura ainda incipiente sobre a "quarta onda", termo este que ainda está em disputa, além de entrevistas com militantes de ambos os países, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás.

Palavras-chave: Quarta Onda dos Movimentos Feministas; Mulheres; Ciberativismo; Ele Não; Ni Una Menos

ABSTRACT

This work aims to analyze the movements #EleNão (#NotHim), in Brazil, and Ni Una Menos (Not one [Woman] less), in Argentina, and if it is possible to understand them as an expression of a supposed "fourth wave" of feminist movements. The choice of such movements was due both to the protagonism of women and to the magnitude of their multitudinous marches, started on the Internet and which took mainly women to the streets not only in their countries of origin, but also in different parts of the world. To the purpose, a review of the literature on the "fourth wave", a term that is still in dispute. In addition to the literature review, that still incipient, interviews were conducted with activists from both countries, approved by the Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) of Universidade Federal de Goiás.

Keywords: Fourth Wave of Feminist Movements; Women; Cyberactivism; Not Him; Ni Una Menos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS FEMINISTAS E A “QUARTA ONDA”	16
1.1 Breve explanação sobre as ondas feministas anteriores	18
1.2 Contexto de eclosão da “quarta onda”	23
1.3 Estamos diante de uma nova onda dos movimentos feministas?	26
CAPÍTULO 2 - O CIBERESPAÇO, O VIRTUAL E AS REDES	35
2.1 “Uma guerra sempre avança a tecnologia, mesmo sendo guerra santa, quente, morna ou fria” – a criação da Internet	41
2.2 “O ciberespaço é como Oz – existe, chegamos a ele, mas não tem localização”	48
CAPÍTULO 3 - ATIVISMOS DIGITAIS	61
3.1 O conceito de ciberativismo	62
3.2 - Da internet para as ruas	71
CAPÍTULO 4 - A INTERNET E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS: NOVAS POSSIBILIDADES COMUNICACIONAIS	79
4.1 Alguns dados demográficos e de acesso à Internet na Argentina e no Brasil	81
4.2 Sobre as entrevistas	83
4.3 " <i>No hay excusa para cubrir al que abusa [...] Todas las que mataste hoy son mi musa [...], que importa si llevaba escote o blusa? / El problema no es la ropa que usa</i> " - o movimento Ni Una Menos	85
4.4 "Uma manhã, eu acordei / E ecoava: ele não, ele não, não, não / Uma manhã, eu acordei / E lutei contra um opressor" - o #EleNão no Brasil	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Certa vez escutei que “o feminismo nunca foi tão famoso como é agora”, o que de certa forma me acarretou certa inquietação, mas nada que me fizesse ir ao fundo a respeito dos porquês por trás dessa afirmação. Algum tempo depois, o que mais tarde seria denominado "Primavera feminista", em 2015, as reflexões a respeito daquela afirmação começaram a se tornar mais complexas, ao passo que acompanhava as indignações acerca dos assédios sexuais que a garota de 12 anos na época, a Valentina Schulz, participante do programa de TV MasterChef Jr estava sofrendo nas redes, com comentários esdrúxulos e de caráter pedófilo. Na mesma época, estava compartilhando histórias no #MeuPrimeiroAssédio e acompanhava as notícias das mulheres na Argentina, enquanto por aqui as mulheres iam as ruas gritar "Fora Cunha", autor do projeto de lei 5069/2013, que dificultaria o atendimento das vítimas de violência sexual nos serviços públicos de saúde, além de estabelecer punições aos profissionais que incentivassem ou dessem informações a respeito de medicamentos ou práticas abortivas. E o que esses movimentos de mulheres tinham em comum: a internet.

Nos anos 1950 durante uma entrevista, o Albert Einstein (1879-1955) afirmou que durante o século XX houve a explosão de três grandes bombas, a saber: a atômica, a demográfica e a das telecomunicações (LÉVY, 1999). Tal comparação se deve à natureza exponencial, explosiva e babélica do crescimento das telecomunicações, como afirma Pierre Lévy (1999). A emergência do ciberespaço, entendido também como “rede” é, segundo o sociólogo francês, o meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores, abarcando não somente a infraestrutura material da comunicação digital, como também os seres humanos que navegam e usufruem desse universo.

Ao se referir a essa “era da informação”, Manuel Castells (2000) afirma

[a] revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico, por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do

emprego e pela individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado (CASTELLS, 2000, p. 17).

A sociedade atual, a sociedade em rede, está ligada por redes telemáticas ou comunidades virtuais, que crescem de forma exponencial, geradas por mecanismos de aglutinação motivacional e não geográficas, que transcendem os constrangimentos espaciais (WATSON, 1998; SILVA, 1999; MCLAUGHLIN; ELLISON; OSBORNE, 2002). Tais redes configuram uma nova morfologia social, alterando os resultados dos processos produtivos e a experiência humana. Enquanto seres sociais, procuramos pertencer a um grupo, afirmar nossas convicções políticas, culturais etc.; enfim, procuramos não apenas informações, como também interações sociais, relações intersubjetivas que gerem sentimentos de pertença e de afirmação pessoal (RHEINGOLD, 1993; SCHULER, 1996; SILVA, 1999; CASTELLS, 2000).

É inegável a participação das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) na sociedade atual: as atividades sociais, econômicas, políticas e culturais são estruturadas pela Internet, que colaborou com a promoção de novos padrões de interações sociais, resultando no redimensionamento das funções e dos papéis sociais (CASTELLS, 2013). Essas novas formas de sociabilidade viabilizadas pelo desenvolvimento das NTICs estão sendo estudadas por pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.

Pensando sobre o assunto, Solange Mittmann (2011), afirma que cada vez mais as NTICs vêm ocupando um papel mais relevante no que diz respeito ao enfrentamento entre forças constituintes de uma formação social. Com o advento da segunda geração de serviços *on-line*, a Web 2.0¹, em que as formas de publicação, compartilhamento e organização das informações foram potencializados, ampliou-se às cidadãs e aos cidadãos comuns a possibilidade

¹ A expressão Web 2.0, também conhecida como Web Social, foi criada pelo irlandês Tim O'Reilly, fundador da companhia de mídia estadunidense *O'Reilly Media* e entusiasta de movimentos de apoio ao software livre e código livre. A Web 2.0 se refere à segunda geração de serviços *online*, e é definida pela potencialidade das formas de publicação, compartilhamento e organização de informações. A expansão dos espaços para a interação dos e das internautas, propiciando uma maior interatividade, é também sua característica.

de intervenção (PRIMO, 2007; MITTMANN, 2011). A rede passou a ser um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores não estatais (MACHADO, 2004), oferecendo aos movimentos sociais um lugar adicional para manifestarem o que é silenciado na grande mídia (MITTMANN, 2009).

Na mesma esteira, David de Ugarte (2007) afirma que a internet propiciou uma esfera pública cidadã não mediada industrialmente, uma vez que a informação no século XX seguia um padrão industrial, produto comercializado pelos Estados e "cidadãos Kane"². Dessarte, as mídias que anteriormente monopolizavam as representações da realidade e também instrumentalizavam a democracia, já não possuem mais tal monopólio (UGARTE, 2007; DELORENZO, 2015). Ressaltamos, no entanto que as informações podem ser controladas pelos Estados e corporações que possuem o acesso a todos os dados cedidos pelos próprios usuários na Internet, podendo se tornar tanto uma ferramenta de emancipação, como espaço de disputas políticas (DELORENZO, 2015). Ainda assim, apesar das questões relativas à vigilância e a privacidade, a Internet enseja as e os indivíduos a possibilidade de expressão e socialização através das redes sociais mediadas pelo computador e pelo celular.

Com a popularização da Internet e a ascensão dos sites de redes sociais como o Facebook e o Twitter, que facilitaram a comunicação e transmissão de informações, novas formas de ativismo político e engajamento cidadão estão sendo gestados. O Facebook, lançado em 2004 e popularizado em 2012, conta atualmente com quase 3 bilhões de usuárias e usuários ativos (STATISTA, 2021)³, é bastante utilizado para organização de mobilizações por conta de ferramentas que dispõe, como os "Grupos" e "Eventos", tornando-o espaço propício para conversas e construção de comunicações on-line, baseadas em interesses em comum (SOUSA; RACHIT, 2019). O Twitter, por sua vez, é uma ferramenta de micromensagens, além de poder ser usado para conversação, possibilita também o acesso à informação, com pessoas que investem tempo

² Referência ao filme estadunidense *Citizen Kane* (Cidadão Kane no Brasil), de 1941, dirigido, escrito, produzido por Orson Welles.

³ STATISTA. **Number of monthly active Facebook users worldwide as of 2nd quarter 2021(in millions)**. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

buscando e divulgando informação para seus contatos, quanto por veículo de mídia (RECUERO; ZAGO, 2009). Dentre alguns exemplos de mobilizações na internet, que evidenciaram as relações de poder assimétricas, podemos citar os protestos contra a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad no Irã em 2009, em que os sites de redes sociais foram ferramentas imprescindíveis para a organização das ações nas ruas, além das trocas de informações e para a visibilidade internacional do que estava acontecendo no país, uma vez que os veículos da mídia tradicional eram restringidos; a importância do uso das redes, sobretudo do Facebook, durante a Primavera Árabe iniciada em 2010; as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, em que de princípio, a pauta se referia a mobilidade urbana, contra o aumento das passagens do transporte coletivo, e transformou-se num evento polifônico, convocado e articulado nas redes sociais digitais.

Os usos de palavras-chave ou *hashtags* (#) são também comuns nesse novo tipo de ativismo, e servem como um sistema de indexação, permitindo as e os usuários explorar cacofonias de vozes *on-line*, identificando, interagindo e aumentando a conscientização a respeito de determinados assuntos, estimulando assim debates nas redes sociais (XIONG; CHO; BOATWRIGHT, 2019). Dentre exemplos do uso de *hashtags*, podemos citar o *#MeToo* ("Eu Também", em português), movimento contra o assédio sexual e a agressão sexual fundado pela ativista estadunidense Tarana Burke em 2006, e que viralizou no final de 2017 como uma *hashtag* nas redes sociais, tendo repercussões mundiais, envolvendo nomes como o do cineasta Harvey Weinstein, acusado de assediar dezenas de atrizes e ex-funcionárias. Desde 2014 pessoas vão às ruas sob a égide da tag *#BlackLivesMatter* (Vidas Negras Importam, em português), protestar contra o racismo, a brutalidade policial e as injustiças das instituições estadunidenses, evidenciando o impacto devastador do racismo sistêmico e institucional. E o uso de dispositivos móveis na denúncia de episódios de violência racial nos Estados Unidos, como ocorreu em 2020 com George Floyd, em que uma adolescente com um celular captou as cenas em que Floyd era abordado violentamente e morto pela polícia, viralizando nas redes e levando milhares de pessoas ao redor do mundo a ocuparem as ruas em plena pandemia por Covid-19, em protestos antirracistas. Atualmente, sobretudo no Twitter, a tag *#Exposed* (Exposto, em português) vem sendo destacada no Brasil,

denunciando abusos, assédios e violência, e tal ação vem sendo usada não apenas como acolhimento das vítimas, como também como apoio para as mulheres fazerem a denúncia formal⁴.

Nesse projeto, nos restringiremos às novas formas de organização dos movimentos sociais nas redes, tendo em vista a crescente utilização das NTICs em suas estratégias de planejamento, articulação e ação, nos atendo aos movimentos #EleNão, no Brasil e o *Ni Una Menos*, na Argentina. Nossa pergunta de pesquisa é "os movimentos #EleNão e o *Ni Una Menos* podem ser entendidos como expressão da quarta onda do feminismo?". Usualmente os movimentos feministas ocidentais são temporalmente divididos em três ondas: a primeira associada com os direitos civis, tais como o voto e a educação; a segunda, mais voltada aos direitos reprodutivos e a sexualidade; e a terceira, ligada ao debate sobre identidade e sobre a instabilidade da categoria "mulher" enquanto sujeito político. Não obstante, os debates a respeito de estarmos vivenciando uma quarta onda são uma crescente, e é sobre esse momento que pautaremos aqui. A partir de então, buscaremos como a percepção de feminismo e os repertórios dos movimentos #EleNão e #NiUnaMenos podem ser entendidos a partir do debate da quarta onda.

O *Ni una menos* (Nem uma a menos, em português), iniciado em 2015, levou uma multidão de mulheres às ruas contra a violência de gênero e o feminicídio. A tag #NiUnaMenos surgiu no Twitter como uma postagem de indignação contra a situação das mulheres argentinas, viralizando e acarretando uma manifestação pública na Praça do Congresso, em Buenos Aires, levando mais de 400 mil pessoas em 240 localidades na Argentina, às ruas. A hashtag também alcançou a luta pelos direitos das mulheres em outros países, como Chile, México, Uruguai, Peru, Espanha e Brasil.

Já o movimento #EleNão se caracterizou por manifestações populares lideradas por mulheres, e que se espalhou pelo Brasil e por alguns outros

⁴ Ver: BRANDALISE, Camila. "**Exposed**": como denunciar casos de abuso e assédio nas redes com segurança. como denunciar casos de abuso e assédio nas redes com segurança. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/07/exposed-como-denunciar-casos-de-abuso-e-assedio-nas-redes-com-seguranca.htm>. Acesso em: 09 ago. 2020. POLLO, Luiza. **Exposed na internet**: entre o acolhimento de vítimas e o linchamento virtual. entre o acolhimento de vítimas e o linchamento virtual. 2020. Colaboração para o TAB. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/13/exposed-entre-o-acolhimento-das-vitimas-e-o-linchamento-virtual-dos-reus.htm>. Acesso em: 09 ago. 2020.

países⁵, em 2018, como resposta negativa a candidatura à presidência de Jair Bolsonaro, assim como suas posições públicas. As mobilizações se iniciaram em um grupo no Facebook, o “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” e, após ataques contra as criadoras da página e a invasão e retirada da mesma do ar por apoiadores do militar reformado, uma reação em cadeia foi provocada. Polos de articulações e diversos grupos nas redes sociais foram criados, além da *tag* #EleNão estarem entre os assuntos mais comentados no Twitter pelos usuários e usuárias brasileiras. Além da força do movimento *on-line*, as ruas de diversas cidades foram tomadas, com atos nos 27 estados e em 358 cidades brasileiras, sendo considerada a maior manifestação de mulheres na história brasileira⁶.

A escolha do tema dessa dissertação, parte primeiramente do meu interesse pessoal tanto na cibercultura, como em dedicar-me a pesquisar articulações de cunho de mulheres e/ou feministas em dois importantes movimentos protagonizados por mulheres que ocorreram na América Latina. Se inserirem no contexto de novas configurações dos movimentos sociais e também abrem debate para uma nova conformação dos movimentos feministas de uma suposta quarta onda, cujos estudos estão ainda incipientes. As discussões que levaram a tal escolha foram debatidas principalmente nas disciplinas “Tópicos de Sociologia: Tensões entre Igualdade e Diferença”, ministrada pelo professor Luiz Mello, e “Cibercultura”, ministrada pelo professor Ranie Solarevisky.

O objetivo geral era compreender os movimentos #EleNão e *Ni Uma Menos* e verificar se podem ser considerados expressões do que vem sendo chamada de quarta onda dos movimentos feministas. Além de verificar as características dessa quarta onda em comparação com as anteriores, como se configura e as novas pautas dos movimentos feministas atuais; ampliar os conhecimentos acerca das novas dinâmicas dos movimentos sociais no âmbito *on-line* e *off-line*; compreender as particularidades dos movimentos analisados e

⁵ Segundo o site Mídia Ninja, atos contrários à candidatura de Bolsonaro aconteceram em mais de 400 cidades e em 34 países. Ver: MIDIA NINJA. **#EleNão aconteceu em mais de 400 cidades em 34 países – Balanço NINJA**. 2018. Disponível em: <https://midianinja.org/news/elenao-aconteceu-em-mais-de-400-cidades-em-34-paises-balanco-ninja/>. Acesso em: 09 ago. 2020.

⁶ Ver: ROSSI, Amanda; CARNEIRO, Julia Dias; GRAGNANI, Juliana. **#EleNão: a manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos**. A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. 2018. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 09 ago. 2020.

contribuir para os estudos dos movimentos feministas no Sul Global, em específico, na América Latina.

Por acreditar na importância de escutar mais das vozes que ecoavam nas ruas, optei por entrevistar as manifestantes que fizeram coro nas manifestações. Após a submissão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás parti para as entrevistas. Porém, diferente do que havia sido proposto de início, foram realizadas 6 entrevistas no total: quatro brasileiras e duas argentinas. Entrevistar as brasileiras foi algo fluído, e as entrevistadas iam indicando possíveis outras participantes. No entanto, eram grandes as preocupações a respeito das argentinas. Desde o início do ano enviei diversos e-mails e mensagens em diferentes sites de redes sociais, pelo Facebook, Twitter e Instagram, tanto para páginas e perfis do *Ni Una Menos*, como para o perfil pessoal de organizadoras. Mesmo enviando no corpo da mensagem informações sobre a pesquisa, que se tratava de algo de cunho acadêmico, vinculado a um programa de pós-graduação em uma universidade pública no Brasil, não obtia respostas, quando os e-mails eram ignorados, o mesmo ocorria com as mensagens, visualizadas mas não respondidas.

Três únicas ressalvas ocorreram na tentativa de entrar em contato com qualquer argentina que estivesse ido em alguma das convocatórias do *Ni Una Menos*. A primeira, quando uma delas me enviou uma mensagem perguntando onde havia conseguido o contato dela: através de um artigo acadêmico que ela havia escrito, onde havia o e-mail pessoal. Tentamos marcar e remarcar, porém, não obtive mais respostas. Já em desespero, pensando nas implicações que tal problemática acarretaria a escrita dessa dissertação. E com pensamentos de deserção do programa, uma resposta através do Instagram de uma das páginas distritais do movimento. Poucas palavras, até que concordaram em marcar uma reunião *on-line*, mas deixando bem claro que era apenas para ver do que se tratava. Durante a reunião, expliquei do que se tratava a pesquisa, e realizamos a entrevista. O outro caso de êxito foi através do Twitter, após insistir no reenvio de mensagens, que me foi devolvida no dia seguinte. As duas entrevistas foram feitas, no entanto, por já se aproximarem do prazo, não foram feitas as outras, embora a promessa de contatos tenha sido feita. Ademais, todas as entrevistas

foram feitas *on-line*, devido ao contexto de pandemia global, acarretado pelo Coronavírus (COVID-19), através da plataforma Google Meet.

A divisão dessa dissertação foi feita da seguinte maneira: o primeiro capítulo irá abordar questões a respeito da suposta “quarta onda” dos movimentos feministas, trazendo os debates ainda incipientes sobre o tema. Já no segundo capítulo são tratados conceitos basilares para a compreensão do contexto digital e tecnológico, tais como virtual, ciberespaço, sites de redes sociais, dentre outros. O terceiro capítulo é voltado para os movimentos sociais digitais, e de como as NTICs e a internet tem influenciado a tomada das ruas. Por fim, no quarto capítulo são tratados o #EleNão e o *Ni Una Menos*, assim como os resultados das entrevistas.

CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS FEMINISTAS E A “QUARTA ONDA”

Os movimentos feministas são entendidos como as lutas que reconhecem as relações entre homens e mulheres não inscritas na natureza, passíveis de transformações. São movimentos políticos coletivos e sociais, tanto locais como globais, não unívoco e multifacetados, que possuem propostas emancipatórias e conteúdos normativos. Para esses movimentos, as mulheres são especificamente e sistematicamente oprimidas, e vinculam as desigualdades e opressões de gênero a outras formas de injustiça social, política, econômica e/ou ecológica, e propõe a transformação da sociedade civil, assim como dos Estados e dos mercados capitalistas (DIETZ, 2003; PEDRO, 2006; AGUIAR, 2007; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009; GONÇALVES; PINTO, 2011). Mary G. Dietz (2003) afirma que enquanto um movimento histórico, é voltado para a coordenação de ações e transformações sociais, questionando não apenas as condições como também as relações de poder existentes, objetivando interpretar e transformar o mundo. Sobre as teorias feministas contemporâneas, Dietz afirma

[d]iante da diversificação mundial do movimento feminista nos últimos 20 anos, a teoria feminista ocidental (uma categoria problemática em si) foi forçada ou incentivada a pensar nas limitações das formulações anteriores do Atlântico Norte, anglo-americanas e de segunda onda que foram em grande parte intocadas pelas histórias de mulheres que não são do Ocidente, e pelo trabalho de acadêmicas africanas, do sul da Ásia e do Oriente Médio. Consequentemente, e em suas manifestações mais salutares, a teoria feminista contemporânea está se tornando menos impensadamente ocidental e mais pensativamente ocidental, mais global, mais comparativa e mais democrática em seus esforços para compreender as complexidades das culturas, ordens e práticas humanas ao abordar mulheres do mundo (DIETZ, 2003, p. 400, tradução nossa⁷).

⁷ Tradução nossa do original em inglês “In the face of the world diversification of the feminist movement over the past 20 years, Western feminist theory (a problematic category in itself) has been forced or encouraged to think through the limitations of previous North Atlantic, Anglo-American, second-wave formulations that were largely untouched by the histories of women not of the West, and the work of African, South Asian, and Middle Eastern scholars. Consequently, and in its most salutary manifestations, contemporary feminist theory is becoming less unthinkingly Western and more thoughtfully Western, more global, more comparative, and more democratic in its efforts to grasp the complexities of human cultures, social orders, and practices as it addresses women in the world.”

Atualmente, é crescente o discurso de que estamos vivendo um novo momento do movimento feminista, entendida como de quarta onda. De acordo com o *Diario Clarín*, popular periódico argentino,

La “Cuarta Ola Feminista” es la que vivimos en la actualidad y donde el activismo presencial y online cobraron gran protagonismo. Plantea el fin de los privilegios de género establecidos históricamente hacia el hombre. Asimismo, repudia la violencia de género establecida en todos los ámbitos de la vida. “Lo personal es político”, suele leerse de un tiempo a esta parte en las manifestaciones feministas. La sororidad, concepto que habla de la solidaridad entre mujeres, es central. En cuestión de derechos, la lucha por el derecho a la interrupción legal del embarazo aparece aquí como otro punto clave. También aparece con mucha fuerza el discurso anti estereotipos: nace el feminismo descolonial (contra el predominio de la raza blanca como modelo de éxito social), el feminismo gordo (contra la delgadez impuesta por el mundo de la moda) y hay una mayor unión con el movimiento LGTB, queer y de liberación sexual. Un eje ineludible fue el primer paro internacional de mujeres, de altísimo acatamiento, llevado a cabo el 8 de marzo de 2018, inmortalizado como #8M.⁸

Segundo Luisa Posada Kubissa (2020), ao falarmos de quarta onda dos movimentos feministas, estamos nos referindo a algo que é reativo - como toda onda - supondo um avanço em relação a uma retirada anterior. Em outras palavras, a filósofa espanhola afirma que a quarta onda deve ser compreendida como um impulso contra a atual contrarreação patriarcal. No entanto, antes de seguirmos os debates acerca deste movimento atual, acreditamos ser de suma importância compreender as ondas anteriores.

⁸ Ver: DESDE la cuarta ola: ¿Cuáles son las cuatro olas del feminismo en la historia?. ¿Cuáles son las cuatro olas del feminismo en la historia?. **Diario Clarín**. Buenos Aires, 03 dez. 2018. Entremujeres, p. 1-2. Disponível em: https://www.clarin.com/entremujeres/genero/mujeres-feminismo-ola-feminista_0_N-yPg4mar.html. Acesso em: 05 dez. 2020. “A “Quarta Onda Feminista” é a que vivemos hoje e onde o ativismo presencial e online ganharam grande destaque. Propõe o fim dos privilégios de gênero historicamente estabelecidos para o homem. Da mesma forma, repudia a violência de gênero estabelecida em todas as áreas da vida. “O pessoal é político”, é frequentemente lido nas manifestações feministas. A sororidade, conceito que fala da solidariedade entre mulheres, é central. Em termos de direitos, a luta pelo direito à interrupção legal da gravidez aparece aqui como outro ponto fundamental. O discurso antiestereótipo também aparece com muita força: nasce o feminismo decolonial (contra o predomínio da raça branca como modelo de sucesso social), o feminismo gordo (contra a magreza imposta pelo mundo da moda) e há uma maior união com o movimento LGTB, queer e de liberação sexual. Um eixo inescapável foi a primeira greve internacional de mulheres, da mais alta adesão, realizada em 8 de março de 2018, imortalizada como #8M” (tradução nossa)

1.1 Breve explicação sobre as ondas feministas anteriores

A periodização de luta dos movimentos feministas ocidentais tem sido objeto de críticas. Clare Hemmings (2009), por exemplo, critica as narrativas que veem o desenvolvimento do pensamento feminista como uma marcha infatigável de progresso ou perda que, além de simplificar a complexa história dos feminismos ocidentais dentro de períodos específicos, também coloca as feministas pós-estruturalistas em posição vanguardista a desafiar a categoria “mulher” como sujeito e objeto do conhecimento feminista.

Reiteradamente, as gerações históricas dos feminismos ocidentais são divididas em ondas, ou movimentos político-sociais. Segundo Jacilene Maria Silva (2019), o termo "onda feminista" diz respeito ao tempo histórico em que certas pautas e problemáticas das mulheres tiveram maior efervescência, com suas particularidades e principais reivindicações. Ao usarmos o termo "onda", temos como base as principais demandas e ideais que se defendia e buscava alcançar em um determinado momento, agindo em prol de mudanças sociais e lutando contra o *status quo*. Usaremos a metáfora das ondas em consonância com Eliane Gonçalves e Joana Plaza Pinto (2011) pensando em termos de fluidez e movimento dentro e entre gerações, enfatizando como o feminismo se move e se desenvolve ao longo do tempo e do lugar, destacando as variações dentro dos grupos geracionais, bem como as continuidades entre eles. Corroborando com tal pensamento, Keli Rocha Silva Mota (2017) ilustra

Quando se pensa em onda, vem à mente a imagem da camada superficial da água do mar. Como resultado da ação do vento, os movimentos causam ondulações. Quanto maior a velocidade e a duração do sopro atmosférico, maior será a força da onda. Mesmo que o vento pare, ela continua a avançar até chegar à areia. As mais violentas surgem motivadas por tremores ocorridos nas profundezas do oceano ou têm origens externas oriundas da natureza, como o desabamento de um meteoro no mar. Como um fenômeno natural, as relações sociopolíticas tanto podem encontrar resistências maiores em determinados períodos históricos como podem se atenuar. Entretanto, esse enfraquecimento não deve ser compreendido como o fim de uma mobilização. Tal como o mar, as ondas continuam a se propagar, mesmo que de forma branda, até encontrarem as areias da praia. (MOTA, 2017, p.111).

De forma sucinta, pois não são objetos de nossa pesquisa e há uma vasta bibliografia consolidada a respeito⁹, os movimentos feministas podem ser entendidos em três ondas. É importante saber também que essas caracterizações dizem respeito a uma lógica descritiva e não analítica, pois como mencionado, não é nosso foco neste momento.

Há diferença na cronologia entre os estudos europeus e estadunidenses pode ser explicada, de acordo com Amelia Valcárcel (2009), por ignorância ou pelos estudos estadunidenses se concentrarem apenas em sua própria história. Contudo, essas diferenças entre cronologias de fundação, perspectiva e espaços ocupados ensejam expor o quão complexo se caracterizam tais movimentos modernos, além de indicarem que as lutas permanecem similares (MOTA, 2017). De forma sucinta, a filósofa espanhola descreve as ondas dos movimentos feministas da seguinte maneira: a primeira onda, identificada por pertencer a classes altas e branca, é marcada pelas demandas cidadãs, em que os direitos à educação e a aceitação da intelectualidade feminina eram pautados. Já a segunda foi liderada sobretudo pelas sufragistas, mulheres de classes médias e baixas, na luta pelo direito ao voto. Por fim, a terceira, que reivindicou questões até então tidas como privadas, sob a bandeira "o pessoal é político", além da desconstrução da feminilidade (VALCÁRCEL, 2009; SANZ, 2017).

Essa categorização remete à cronologia do feminismo europeu. Para tal, a primeira onda dos movimentos feministas corresponde a um feminismo ilustrado, iniciado no final do século XVII se estendendo até o final do século XVIII. As mulheres reivindicavam sua inclusão, especialmente no acesso à

⁹ Ver.: ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil** –Women's Movements in Transition Politics. Princeton: Princeton University Press, 1990; DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **Historia de las Mujeres en Occidente**, Madrid, Taurus Ediciones, 2003.; FOUGEYROLLAS-SCHWBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena et. al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009; GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015. 142 p.; MORAES, Maria Lygia Quartim. O feminismo político do século XX. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 9, p. 129-143, 2007; _____. Feminismo e política: dos anos 60 aos nossos dias. **Revista Estud. sociol.**, Araraquara, v.17, n.32, p. 107-121. 2012; PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003; _____. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba. v. 18. n. 36. Junho, 2010.; SCHUMAHER, Maria Aparecida. A primeira onda feminista. In: **O feminismo nos 500 anos de dominação**. João Pessoa: Coenf, 2003.; TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.; TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista - a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

educação, como forma de alcançarem a igualdade. Expoentes deste movimento foram a dramaturga e ativista francesa Olympe de Gouges (1748-1793) e a escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) (SANZ, 2017; BLAY; AVELAR, 2019; KUBISSA, 2020). Na Argentina, podemos citar a escritora, dramaturga, tradutora, jornalista e docente Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875). Foi fundadora do jornal *Álbum de Señoritas*, de inspiração feminista liberal, que buscava estimular a educação e a cidadania das mulheres. A educadora, escritora e poetisa Nísia Floresta (1810-1885), é considerada precursora dos ideais feministas no Brasil. Em 1832, publicou "Direitos das mulheres e injustiça dos homens". Fundou em 1838 um colégio voltado exclusivamente para educação feminina, com uma proposta pedagógica inovadora de ensino de ciências às meninas, que até então era ensinada apenas aos meninos, além do ensino de latim, francês, italiano e inglês; o estudo da Geografia e História do Brasil e a prática de Educação Física pelas estudantes¹⁰.

A segunda onda, segundo o viés europeu, é delineada de 1848, com a Convenção dos Direitos da Mulher em Seneca Falls¹¹, até 1948. É assinalada

¹⁰ Ver: AREA, Lelia. El Periodico Album de Senortas de Juana Manso (1854): una voz domestica en la fundacion de una nacion. **Revista Iberoamericana**, v. 63, n. 178, p. 149-171, jan-jun, 1997 ; CASTRO, Luciana Martins. A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. **Outros Tempos**, v. 7, n. 10, p. 237-256, dez. 2010.; LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Educação Para Mulheres na América Latina**: um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. Curitiba: Appris, 2019. 245 p.; PALACIO, Marta. Orígenes del feminismo en Argentina: la escritura emancipatoria ilustrada y crítica de Juana Manso. In: SPECCHIA, Nelson Gustavo Nicolás Pantaleón (ed.). **Ilustración y emancipación en América Latina**: materiales para la reflexión ético-política en el segundo centenario. Córdoba: EDUCC, 2008. p. 159-205.

¹¹ A Convenção de Seneca Falls ocorreu de 19 a 20 de julho de 1848, em Seneca Falls, no estado de Nova Iorque, foi a primeira convenção sobre o direito das mulheres nos Estados Unidos. Segundo a historiadora Andréa Lisly Gonçalves (2006), a convenção nasceu em resposta a Convenção mundial contra a escravidão de 1940, em que as feministas foram impedidas de atuarem. Gonçalves (2006) também afirma que a partir das lutas pelo fim da escravidão africana, pode-se verificar um nascimento simbólico dos movimentos feministas, uma vez que não há uma data precisa para o nascimento do feminismo. Já para a militante, filósofa e docente estadunidense Angela Davis, a convenção foi irrisória para o reconhecimento das mulheres da classe trabalhadora, uma vez que não houve menção aos direitos de outros grupos de mulheres. "No verão de 1848, quando a Convenção de Seneca Falls foi realizada, as condições de trabalho nas fábricas – desde o início aquém do ideal – haviam piorado de tal forma que as filhas dos agricultores da Nova Inglaterra estavam rapidamente se tornando minoria na mão de obra do setor têxtil. Substituindo as mulheres “bem-nascidas” e ianques estavam as imigrantes, que, como seus pais, irmãos e maridos, começam a constituir o proletariado industrial da nação" (DAVIS, 2016, p 65). Ver: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Heci Regina Candiani (trad.) 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. ; GONÇALVES, Andréa Lisly. História e gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.; TETRAULT, Lisa. **The Myth of Seneca Falls**: memory and the women's suffrage movement, 1848-1898. Chapel Hill: University Of North Carolina Press, 2014. 247 p.

pela luta ao direito do sufrágio, enquadrada em uma agenda de direitos civis, educacionais e políticos (SANZ, 2017; BLAY; AVELAR, 2019; KUBISSA, 2020). Na literatura estadunidense, neste mesmo período, final do século XIX ao fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é narrado como primeira onda. Observamos a percepção das mulheres das desigualdades materiais e formais em relação aos homens. Manifesta-se como movimento liberal de luta pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, e para além das reivindicações dos direitos e garantias fundamentais, também da autonomia econômica da mulher e da conquista do voto em alguns países (NARVAZ; KOLLER, 2006; GONÇALVES; PINTO, 2011).

No final dos anos 60, as pautas feministas voltaram-se para a luta por direitos em diversas áreas. Embora o direito ao voto, à educação e a algumas profissões tivessem sido alcançados, a exclusão patriarcal das mulheres persistia no privado e no público, popularizando outros debates, em especial a respeito do direito sobre o próprio corpo, na esfera sexual e reprodutiva (KUBISSA, 2020). Nesse período há a tentativa de teorização da opressão da mulher (GONÇALVES; PINTO, 2011). Na França, "O segundo sexo" (1949) de Simone de Beauvoir é lançado; e nos Estados Unidos, Kate Millet (1934-2017) e Betty Friedan (1921-2006), autoras de "Política Sexual" (1970) e "A Mística Feminina" (1963) respectivamente, contribuíram para a ressignificação de conceitos para o pensamento e movimento feminista, tais como o conceito de gênero e o de patriarcado.

Ao mesmo em que nos Estados Unidos o conceito de gênero ganhava significado sociológico e teóricas feministas passam a afirmar que o determinismo biológico sobre as diferenças entre homens e mulheres naturaliza as relações de poder e opressão entre sexos (MOTA, 2017), em vários países da América Latina, entre eles Argentina e Brasil, os ativismos se difundem ligados à luta contra o regime militar, violações dos direitos humanos e reabertura democrática do país. Na Argentina, a década de 70 é assinalada pela criação de coletivos feministas - no marco da segunda onda do movimento, seguindo a cronologia estadunidense -, que tiveram papel basilar na resistência aos crimes de violação de direitos humanos. De forma semelhante, no Brasil no mesmo período, grupos da nova onda feminista se irradiam em várias frentes de ação, e

questões como sexualidade e corpo, violência contra a mulher e relações de trabalho ganharam notoriedade neste período (MOTA, 2017; BLAY; AVELAR, 2019).

A partir do final da década de 1980 e de 1990, estaria então a terceira onda dos movimentos feministas, seguindo a cronologia estadunidense, em que se ampliam as reivindicações, sobretudo por críticas à segunda onda e a "mulher" enquanto categoria unificadora, abrindo margem para a emergência das teorias de gênero e a demarcação de fronteiras de classe, raça, localidade e sexualidade (GONÇALVES; PINTO, 2011; OLIVEIRA, 2019). Nos países latino-americanos corresponde a restauração da democracia, com o retorno das associações civis, com as novas e velhas vozes irrompendo no espaço público. Marca também um momento inicial de aproximação cautelosa dos movimentos junto ao Estado (MATOS, 2014). Para a docente e historiadora Celi Regina Jardim Pinto (2003), este momento foi também caracterizado pela profissionalização dos movimentos feministas através do aparecimento de um grande número de organizações não governamentais voltadas para a questão das mulheres.

Na Argentina, por exemplo, Dora Barrancos e Nélide Archenti (2019), afirmam que a diferença hierárquica entre os sexos foi vista pelos movimentos feministas após a ditadura (1976-1983), não somente como um obstáculo patriarcal, como também expressão das formas autoritárias que deviam ser removidas pelo Estado de direito. Barrancos e Archenti (2019), apontam que haviam duas questões centrais nas pautas feministas nesse período: a violência doméstica e o reconhecimento político, que buscava alterar as regras, solicitando o pleno reconhecimento, o direito de obter cargos partidários e lugares na representação parlamentar, sendo a Argentina o primeiro país a sancionar cotas de participação feminina nas listas eleitorais, o que foi mais tarde aderido por outros países latino-americanos que sancionaram normas similares.

Eva Alterman Blay (2019) assevera que no Brasil, a redemocratização abriu largas avenidas de participação para as mulheres e demais minorias nas políticas públicas. Os movimentos feministas, juntamente com mulheres das mais diversas tendências, se uniram em um esforço preparatório para a Constituinte de 1988, consagrando demandas igualitárias com certas exceções

devido a segmentos religiosos conservadores, como a pauta dos direitos reprodutivos e do aborto

1.2 Contexto de eclosão da “quarta onda”

No início do século XXI, impulsionada com a popularização da internet e dos sites de redes sociais, houve a facilitação da circulação de ideias e de acesso à escrita e à teoria feminista, trazendo-as para discussões culturais (OLIVEIRA, 2019). Atualmente vem-se falando de uma quarta onda do feminismo. Entendemos como quarta onda feminista o que Marlise Matos (2014) define:

O feminismo, em parte significativa dos países da região latino-americana na atualidade não só foi transversalizado – estendendo-se verticalmente (numa arranjo *mainstreaming*) por meio de diferentes níveis do governo, atravessando a maior parte do espectro político e engajando-se em uma variedade de arenas políticas aos níveis nacionais e internacionais –, mas também se estendeu horizontalmente, fluiu horizontalmente ao longo de uma larga gama de classes sociais, de outros movimentos que se mobilizavam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidades étnico-raciais e rurais, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos. Essa conformação expressa aquilo que estamos definindo como “quarta” onda feminista (MATOS, 2014, p. 9).

Antes de apontarmos algumas características dessa suposta nova onda dos movimentos feministas, julgamos importante contextualizarmos o período em que se desenvolve. A quarta onda manifesta em um panorama de crise global, que abarca não apenas a política, como também a sociedade, a economia, o meio-ambiente, em geral, a totalidade de nossa existência (GARCÍA, 2018; MARTÍNEZ; GALINDO, 2019). María Paula García (2018) afiança que essas transformações estão vinculadas a crise do capitalismo heteropatriarcal em sua versão neoliberal, incapaz de produzir respostas satisfatórias, nem mesmo às necessidades básicas das grandes majorias sociais. Cotidianamente vivenciamos o aumento das desigualdades, a concentração da riqueza e do poder cada vez mais nas mãos de poucas pessoas, Estados revogando políticas sociais e retrocedendo nos direitos conquistados, migrantes sendo perseguidos, o avanço da (extrema) direita, a criminalização de setores populares e de quais quer projeto político que tente construir uma alternativa.

Em meio a este panorama de crise civilizatória global, os movimentos feministas sobressaem com um grito desesperado, demandando: "Pare de nos estuprar e nos matar!". García (2018) afirma que a crise neoliberal é também uma poderosa reação patriarcal sem precedentes, que além de não poder garantir a vida de amplos setores sociais, mata diretamente grande parte desses setores, meramente por serem mulheres ou identidades sexuais dissidentes. Em vídeo para o *Canal Encuentro*¹², o primeiro canal de televisão criado pelo Ministério da Educação da República Argentina, a antropóloga argentina Rita Segato (2017) além de abordar a questão da violência da mulher na mídia, pensa o despoje do feminicídio na era da "dueñidad" ("donidade", no sentido de possuir, de propriedade, em tradução livre e espontânea). A antropóloga entende a eclosão do feminicídio como um sintoma da fase contemporânea do capitalismo, a "dueñidad". E limitar-se as desigualdades é ínfimo, uma vez que o capitalismo percebeu o quão fundamental é o patriarcado para sua acumulação e concentração. Para a Argentina, é como uma refeudalização do mundo, e seria incauto pensar que essa encenação dos "donos" do mundo não tem impacto na relação entre a concentração de capital e violência patriarcal, uma vez que, devido ao poder aquisitivo que possuem, predizem o destino das pessoas. O feminicídio, para Segato (2017), é um sintoma desse mundo de "donos", que potencializa os sujeitos masculino e o cânone da masculinidade, em que "ser homem" dentro desse modelo hegemônico vigente, é pertencer a essa corporação masculina de "donos", para além da posição social, como também controlando o corpo/território de sua parceira, ou da jovem que passa por ele em um espaço público (SEGATO, 2017; GARCÍA, 2018).

Teresa Orozco Martínez e Martha Zapata Galindo (2019), afirmam que na atual conjuntura de crise, observam-se duas visões feministas antagônicas: uma que atua em prol do capitalismo, de um feminismo de cunho liberal, fundido com os feminismos neoliberais e das elites do capital financeirizado, fomentando a dominação como igualdade de oportunidades, a partir de uma perspectiva elitista

¹² Ver: LA NOCHE de la filosofía: Los dueños - Canal Encuentro. [S. l.: s. n.] 25 nov. 2017. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo Canal Encuentro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jHcG7qDx8Q0>. Acesso em: 07 dez. 2020.

empresarial, personificado na empresária estadunidense Sheryl Sandberg¹³. Outra é uma visão feminista que propõe o fim da dominação capitalista e patriarcal, encarnada pelo movimento feminista internacional da greve internacional de 8 de março, conhecida como 8M.

O 8M ocorreu em 08 de março de 2017 de forma orgânica e internacional, sendo propagada por aproximadamente 52 países nas Américas e Europa. Foi marcado pela Greve Internacional de Mulheres, e foi convocado por diversos coletivos, dentre eles, o argentino *Ni Una Menos*, e difundido por redes de ativistas. Surgiu após protestos protagonizados por argentinas no final de 2016, denunciando casos de feminicídios e a exploração econômica, especialmente durante o governo do presidente Mauricio Macri (2015-2019). No mesmo ano, na Polônia ocorreram manifestações feministas contra uma proposta de criminalização do aborto apresentada no parlamento. Os eventos tanto na Argentina como na Polônia tiveram repercussão internacional, e a paralisação das atividades foi usada como tática para evidenciar a importância do trabalho das mulheres. No início do ano seguinte, outra greve, a Marcha em Washington, com a presença de mais de 500.000 e reverberação em vários países na luta pelos direitos das mulheres, contribuiu para a realização do 8M (MOUSINHO, 2017). Sobre a greve Internacional das Mulheres, Fabíola Cunha Mousinho (2017) menciona

A escolha pela tática da greve vem na tentativa de tornar visível todas as formas de trabalho das mulheres seja ele, formal ou informal, remunerado ou não, reprodutivo e/ou emocional. Com base no mote “se as nossas vidas não valem, produzam sem nós” buscou-se problematizar as situações de violência e restrições de liberdade sofrida pelas mulheres, a partir da ênfase na produção laboral ou doméstica. (MOUSINHO, 2017, p. 24).

Para além do 8M, Marlise Matos (2010), afirma que a quarta onda se consolida a partir dos anos 2000 e considera a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), um movimento que pode ser considerado emblemático do feminismo de quarta onda. A MMM é um movimento feminista internacional que reuniu mais de cinco mil grupos de mulheres de 159 países e territórios contra a pobreza e a

¹³ É a chefe operacional do Facebook desde 2008. E em junho de 2012 foi eleita pelos membros para o conselho de administração da empresa, tornando-se a primeira mulher a ocupar tal posição na companhia.

violência sexista (MATOS, 2010; MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2013; CUNHA; MIKLOS, 2017). De acordo com a página brasileira do movimento

Militamos na Marcha Mundial das Mulheres! Estamos em luta por nossa autonomia, nosso direito a viver livremente nossa sexualidade e por uma transformação radical da sociedade! Vamos mudar o mundo e mudar a vida das mulheres! Somos mulheres e não mercadoria! [...] Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2013).

Além de trazer o feminismo popular e militante de volta às ruas, impulsionando as mulheres a continuarem as marchas, não reduzidas a campanha, e sim a um movimento permanente, a MMM traz alianças com organizações de mulheres rurais e urbanas e com os movimentos sociais (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2013; CUNHA; MIKLOS, 2017). Alinham-se a uma agenda radical anticapitalista e antipatriarcal. Matos (2010) afirma que se trata de um movimento feminista transnacional, atento às intersecções entre nacionalidades, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica em escala mundial, como também é um movimento autointitulado altermundialista, pelo cunho internacional de sua luta contra o neoliberalismo e busca por maior justiça social. No Brasil, uma outra grande articulação de mulheres, além da MMM, é a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), "[...] um movimento feminista, antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário. Lutamos pela democratização radical do Estado brasileiro e da vida social." (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, s/d)¹⁴. Criada em 1994, no Rio de Janeiro, por feministas que se organizavam para irem na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz da ONU, realizada em Beijing (China), em 1995, atua na luta antipatriarcal, antirracista, anticapitalista, na defesa de direitos sociais e da democracia.

1.3 Estamos diante de uma nova onda dos movimentos feministas?

Marlise Matos (2014) defende que esta nova onda dos movimentos feministas possui uma grande incidência nos países do Sul global, em especial

¹⁴ ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Quem somos.** s/d. Disponível em: <https://ambfeminista.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

na América Latina e Caribe, e caracteriza como um movimento multinodal de mulheres, distinto do que estaria ocorrendo nos países do Norte global. Consideramos com os feminismos latino-americanos não são homogêneos e possuem espaços de atuação, identidades e diferentes estratégias diante o Estado, dentre outros aspectos. No entanto, a construção das identidades feministas em cada país latino-americano, como pontua Matos (2014), foi constituída a partir de um intenso e rico diálogo transnacional, com encontros regionais, edições do Fórum Social Mundial, arenas das organizações regionais e internacionais, dentre outros, que possibilitou uma trajetória compartilhada entre os feminismos da região, reconhecendo a unidade ainda que na diversidade (MATOS, 2014). María Belén Luna Sanz (2017), anuindo com tal pensamento, assevera:

O que há de particular nessa nova onda é que ela é latino-americana. Nós, latino-americanas, temos esperado historicamente por este momento, ouvindo atentamente as necessidades trazidas do Norte Global e adaptando-as às nossas necessidades do momento. Mesmo dentro das ondas pendulares de identidade que caracterizaram as revoluções sociais do século anterior, nós, latino-americanas, nos identificamos e nos adaptamos às agendas estrangeiras. Hoje, circula aquele mito social de que alguns países já alcançaram a igualdade entre homens e mulheres (por exemplo, na Dinamarca). As mulheres latino-americanas pegaram o bastão da mudança, liderando uma nova onda do feminismo que finalmente emerge de nós e para nós, e que não precisa ser adaptada à nossa realidade, mas foi moldada para ela (SANZ, 2017, p.2, tradução nossa)

Sobre quais seriam os atributos dessa nova onda, Sanz (2017) afirma que a quarta onda tem como características as demandas das três ondas anteriores. Considerando que a realidade latino-americana não é homogênea, afirma "a realidade é que a América Latina ainda não pagou nenhuma dessas dívidas sociais, políticas, econômicas ou privadas" (SANZ, 2017, p. 3, tradução nossa).

Na mesma esteira, Judith Muñoz Saavedra (2019) afirma que esse novo momento dos movimentos feministas possui elementos de continuidade com a primeira, segunda e terceira ondas do movimento, além de novos desafios. E dentre os elementos de continuidade das ondas anteriores nesta nova onda, destaca alguns aspectos. Para Saavedra (2019) os aportes centrais da crítica feminista a ilustração, em que o contrato social moderno, que vincula "naturalmente" a esfera pública a identidade social masculina, e o doméstico, a identidade social feminina, ainda são correntes. Esse contrato embasado na

suposta desigualdade e subordinação "natural" das mulheres ainda acarreta na exclusão das mesmas de muitos espaços públicos devido a papéis e estereótipos de gênero. Para ilustrar, menciona as áreas de ciência e tecnologia, que são predominantemente de domínio masculino¹⁵. No entanto, o ciberfeminismo foi (e vem) quebrando esses estereótipos, apoderando-se da tecnologia a serviço do próprio pensamento feminista, rompendo com a dicotomia público/privado, além de questionar o contrato social excludente.

Outro aspecto levantado pela socióloga catalã é o de que, semelhante ao movimento sufragista, os movimentos feministas nas redes possui um caráter internacional e se baseia na ação coletiva. No entanto, incorrer no risco de cair em uma espécie de miragem da participação política, achando que a Internet pode substituir a luta nas ruas, espaço em que historicamente as mulheres conquistaram seus direitos. Isto posto, afirma que o desafio é influenciar politicamente para que as demandas, indignações e consciência virtual sobre as desigualdades de gênero se materializem em uma verdadeira justiça para as mulheres.

Saavedra (2019) também chama atenção para a revalorização atual da frase "o pessoal é político" da segunda onda. Através de diferentes *hashtags*, os novos ativismos estão se reapropriando do lema, chamando atenção para a dimensão pública dos problemas que afetam as mulheres no âmbito privado, sobretudo no que diz respeito a violência contra elas. Sobre isso, Ana Natalucci e Julieta Rey (2018), asseveram que, quando as marchas de protesto contra a violência de gênero ocorridas no dia 3 de junho de 2015 em várias cidades argentinas, chilenas e uruguaias, o uso do termo "violência machista" adotada em tais eventos, se diferencia dos conceitos de "violência de gênero" ou "violência doméstica" pois procuram tornar o perpetrador visível, enfocando no

¹⁵ Em estudo realizado por SOUSA, FERNANDES *et al*, sobre a participação das mulheres nos cursos de Ciência da Computação e Engenharia da Computação de 2001 à 2013, no âmbito nacional dos 93.305 formados, 17.691 (19%) eram mulheres nos cursos de Ciência da Computação. Nos cursos de Engenharia de Computação, do total de 16.193 formados em todo o país, apenas 2.041 eram mulheres, sendo 13% do total. Ver: SOUZA, Juliana Sanguinetto de; FERNANDES, Anita Maria da Rocha et al. Mulheres Digitais: Uma Análise da Participação das Mulheres nos Cursos de Ciência da Computação e Engenharia de Computação no Brasil e na Universidade Univali. In: Computer on the Beach, 2016, Florianópolis. **Anais [do] Computer on the Beach**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2016. p. 404-413; ICHIKAWA, Elisa Yoshie ; YAMAMOTO, Juliana Monica ; BONILHA, M. C. . **Ciência, tecnologia e gênero**: desvelando o significado de ser mulher e cientista. Serviço Social em Revista (Online), v. v. 11, p. 1-15, 2008.

fato de que não se trata de um problema privado entre indivíduos, e sim de um sistema de dominação machista. Retomando a Saavedra (2019), acadêmica catalã ainda destaca o papel das ciberativistas nesse quesito, em que após anos de mobilizações e denúncias conseguiram liderar um processo de conscientização pública, possibilitando não somente visualizar a violência sexista, como também dotá-la de uma nova estrutura interpretativa e conceituá-la como um problema social público/estrutural, não individual. Propondo um olhar para além do movimento #MeToo nos Estados Unidos, Saavedra (2019) menciona outras ações coletivas na Internet cujas *hashtags* viralizaram, relacionadas a demandas e problemáticas que afetam as mulheres na esfera privada, como se observa no quadro abaixo:

Quadro 1. Ciberativismos e *hashtags* feministas (2012 - 2018)

Ano	Ciberativismo	País de origem	Conteúdo
2012	Safecity ¹⁶	Índia	Plataforma para relatar agressões sofridas na rua e espaços públicos.
2014	#BringOurGirlsBack (“Traga nossas meninas de volta”) ¹⁷	Nigéria	Sequestro e violência contra meninas
2014	#MyDressMyChoice (“Minha roupa minha escolha”) ¹⁸	Quênia	Autonomia feminina / violência sexual

¹⁶ Trata de uma plataforma que permite que as mulheres compartilhem suas histórias de assédio e abuso em espaços públicos nas cidades, capacita as comunidades, a polícia e o governo municipal a prevenir a violência. Em entrevista para o jornal britânico The Guardian, Elsa D’Silva, uma de suas fundadoras, diz que as mulheres podem usá-lo para relatar “o que aconteceu, onde aconteceu e quando aconteceu”. Ver: BRAMLEY, Ellie Violet. Can the Safecity app make Delhi safer for women? **The Guardian**. 13 ago. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2015/aug/13/can-the-safecity-app-make-delhi-safer-for-women>. Acesso em: 07 dez. 2020.

¹⁷ Em abril de 2014, mais de 200 meninas em idade escolar foram raptadas em uma escola secundária, em Chibok, na Nigéria, pelo Boko Haram. Mulheres nigerianas então organizaram manifestações em várias cidades do país para exigir que o governo intensifique os esforços para resgatar as meninas. A campanha no Twitter #BringOurGirlsBack, apoiada, dentre outras personalidades, pela advogada e ex-primeira-dama dos Estados Unidos, Michelle Obama, pela atriz, cineasta e ativista estadunidense Angelina Jolie e pela ativista paquistanesa Malala Yousafzai, aumentou a pressão das autoridades por atuação. Ver: VOICES, Global. **Nigéria: Campanha #Bringourgirlsback exige libertação de meninas raptadas**. 2014. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2014/05/07/nigeria-campanha-bringourgirlsback-exige-libertacao-de-garotas-raptadas/>. Acesso em: 07 dez. 2020; SHEARLAW, Maeve. Did the #bringbackourgirls campaign make a difference in Nigeria? **The Guardian**. 14 abr. 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/apr/14/nigeria-bringbackourgirls-campaign-one-year-on>. Acesso em: 07 dez. 2020.

¹⁸ Em novembro de 2014, uma multidão de mulheres ocuparam as ruas de Nairobi, capital do Quênia, protestando em apoio a uma mulher, que semanas antes havia sido despida e agredida por um grupo de homens em um ponto de ônibus. Os agressores alegaram que a vítima, que usava minissaia, vestia roupas "indecentes". Ver: COLL, Gemma Solés I. O protesto das minissaias. **El País Brasil**. 22 nov. 2014. Disponível em:

2014	#bacaklarinitopla (“Recolha suas pernas”), #yerimisgaletme (“Não ocupe meu espaço”) ¹⁹	Turquia	Uso do espaço público ou <i>Manspreading</i> ²⁰
2015	#NiUnaMenos (“Nem uma a menos”)	Argentina	Violência contra as mulheres
2015	#MeuPrimeiroAssédio ²¹	Brasil	Assédio sexual
2016	#VivasNosQueremos	América latina	Feminicídios
2016	#MiPrimerAcoso (“Meu primeiro assédio”) ²²	México	Assédio sexual
2016	#PositionOfStrenght (“Posição de Força”)	Índia	Campanha do Twitter sobre empoderamento/tecnologia/disparidade salarial
2017	#MeToo (“Eu também”)	Estados Unidos	Assédio sexual
2018	#Noesno, (“Não é não”), #Yositecreo (“Eu acredito em você sim”), #Cuéntalo (“Conte isso”)	Espanha	Estupro e agressões sexuais
2018	#AbortoLegalYa (“Aborto legal já”)	Argentina	Direitos sexuais e reprodutivos

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/18/internacional/1416335360_782242.html. Acesso em: 07 dez. 2020; GUTIÉRREZ, Icíar. Entre el acoso y la liberación: ciberactivismo de mujeres africanas para hackear el machismo. **El Diario**. 08 fev. 2019. Disponível em: https://www.eldiario.es/desalambre/censura-ciberactivismo-mujeres-africanas-machismo_1_1709496.html. Acesso em: 07 dez. 2020.

¹⁹ A campanha foi uma iniciativa do Coletivo Feminista de Istambul para evidenciar o assédio em locais públicos. Em resposta, inúmeras mulheres compartilharam fotos de homens em transportes públicos com as pernas abertas em ônibus e trens, e as hashtags começaram a tendenciar no Twitter. Ver: VIRGULA. **Mulheres lançam campanha no Twitter para os homens fecharem as pernas no transporte público**. 2014. Disponível em: <https://www.virgula.com.br/comportamento/mulheres-lancam-campanha-no-twitter-para-os-homens-fecharem-pernas-no-transporte-publico/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

²⁰ Também conhecido como *man-sitting*, é a prática de homens sentarem-se no transporte público com as pernas abertas, ocupando mais de um assento.

²¹ Criada pelo site de ativismo feminista Think Olga, teve como proposta o combate ao assédio. Surgiu após uma participante de 12 anos do programa de TV MasterChef Júnior, receber comentários de teor sexual sobre a sua aparência. De acordo com o Google Trends (ferramenta do Google que mostra os mais populares termos buscados em um passado recente), a *hashtag* #meuprimeroassedio teve mais de 11 mil buscas relacionadas no buscador, e em apenas um dia tiveram mais de 82 mil *tweetes* e *retweetes* na usando a *tag*. Segundo a jornalista Ana Daniella Fechine Leite, e a docente Margarete Almeida Nepomuceno (2016), a idade média do primeiro assédio é de 9,7 anos. Ver: LEITE, Ana Daniella Fechine; NEPOMUCENO, Margarete Almeida. Chega de Fiu Fiu e #MeuPrimeiroAssédio: o espaço da rua ampliado às ondas virtuais. In: XII CONAGES – Colóquio Nacional Representações De Gênero E Sexualidades, 12., 2016, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: CEMEP, 2016. p. 1-13.

²² Ver: FREY, Luisa. #MeuPrimeiroAssédio inspira campanhas semelhantes pelo mundo. **Deutsche Welle Brasil**. 26 abr. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/meuprimeroass%C3%A9dio-inspira-campanhas-semelhantes-pelo-mundo/a-19215855>. Acesso em: 07 dez. 2020.

2018	#WomensMarchUg (“Marcha das Mulheres Uganda”)²³	Uganda	Feminicídios
------	---	--------	--------------

Fonte: SAAVEDRA (2019, p.183)

Como vemos, essas manifestações, por vezes esquecidas pelo feminismo ocidental, não se iniciaram ou pararam com o movimento #MeToo, e como menciona a autora, exemplificam a apropriação das ferramentas da Internet e a vitalidade dos movimentos nos países periféricos. Observa-se as mobilizações feministas latino-americanas, pioneiras na denúncia do feminicídio e da violência sexual contra a mulher, por meio das *tags* #NiUnaMenos e #MeuprimeiroAssedio, na Argentina e Brasil, respectivamente. É possível conjecturar também um possível deslocamento dos eixos e iniciativas do Sul global, que carrega uma vasta produção de saberes teóricos e empíricos trazidos de um vigoroso feminismo decolonial (SAAVEDRA, 2019). Sobre o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, veremos no capítulo seguinte.

A quarta onda dos movimentos feministas é caracterizada também pela interseccionalidade (PEREZ; RICOLDI, 2019; SAAVEDRA, 2019). O termo não é novo no meio acadêmico e muito menos nas bandeiras dos movimentos sociais, sendo central na obra de feministas negras que criticavam as limitações do feminismo branco e a perspectiva da unicidade da luta feminista, presente nas obras da ativista dos direitos civis caribenha-estadunidense Audre Lorde; da teórica feminista bell hooks²⁴; da filósofa Angela Davis; da renomada socióloga Patrícia Hill Collins - sendo as quatro estadunidenses - e nas obras da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez. As discussões sobre a intersecção das desigualdades e opressões de gênero, classe social e raça aflorou ainda nas

²³ Desde 2015, ao menos 42 mulheres ugandenses foram sequestradas, mutiladas e assassinadas em Kampala, capital da Uganda, e em suas proximidades. Alguns dos corpos foram descobertos com sinais brutais de violência sexual. Com isso, em 30 de junho de 2018, o grupo *Women’s Protest Working Group* (WPWG) fizeram uma passeata pacífica na capital em protesto contra os sequestros e assassinatos de mulheres em Uganda. Ver: VOICES, Global. **Cansadas dos assassinatos de mulheres, ugandenses tomam as ruas em protesto pacífico.** 2018. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2018/07/06/cansadas-dos-assassinatos-de-mulheres-ugandenses-tomam-as-ruas-em-protesto-pacifico/>. Acesso em: 07 dez. 2020. ; #WOMENSMARCHUGANDA – Women’s Lives Matter! 2018. African Feminism. Disponível em: <https://africanfeminism.com/womensmarchuganda-womens-lives-matter/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

²⁴ Pseudônimo de Gloria Jean Watkins. A grafia é em letras minúsculas, justificada pelo seu interesse no enfoque no conteúdo de suas obras, não em sua pessoa, afirmando que "o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu".

discussões entre as diferentes correntes da segunda onda. Tal conceito-chave para o feminismo negro tem como uma de suas principais disseminadoras a defensora dos direitos civis estadunidense Kimberlé Crenshaw. Sobre o conceito, Crenshaw (2002) afirma

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade é, portanto, uma proposta para "levar em conta as múltiplas fontes da identidade", embora não tenha a pretensão de "propor uma nova teoria globalizante da identidade" (CRENSHAW, 2017). Assim, além de estarem sujeitas a discriminação de gênero e a padronização da subjetividade feminina - definida e estabelecida a partir da realidade das mulheres brancas, de classe média e heterossexuais -, outros fatores vinculados às suas identidades sociais como classe, casta, raça-cor, etnia, religião, origem nacional e orientação afetiva/sexual influenciam na maneira como as mulheres vivenciam a discriminação. Saavedra (2019) afirma que um dos desafios dos movimentos feministas atuais é a forte influência da política cultural, a proliferação e hibridização de identidades e interpretações pós-modernas e pós-estruturalistas, abordagens essas que enriquecem os feminismos, redefinindo as categorias de sexo e gênero. No entanto, também podem representar a fragmentação e atomização dos movimentos e dificultar a formulação de políticas públicas universais (SAAVEDRA, 2019).

Ademais, um outro fator a ser considerado no que vem sendo gestado como quarta onda, é também o fator etário. Embora a aderência por mulheres com menos de 30 anos nos movimentos feministas fosse algo recorrente nas histórias dos encontros nacionais e internacionais na América Latina e Caribe. Eliane Gonçalves, Fátima Regina Almeida de Freitas e Elismênnia Aparecida Oliveira (2013) reiteram que tal questão não era posta, até ser questionada pelas "jovens feministas" a partir dos anos 2000. São mulheres que assumem uma identidade política aportada na demarcação do que vem em primeiro lugar (GONÇALVES; FREITAS; OLIVEIRA, 2013). Embora suas pautas não sejam novas com relação às demandas das décadas anteriores, o reconhecimento de

direitos no âmbito democrático é o centro da luta. Gonçalves, Freitas e Oliveira (2013) mencionam também que uma das manifestações de conflitos geracionais dentro dos movimentos é no tangente às linguagens dos feminismos. Se a geração feminista dos anos 70/80 entravam nos movimentos pela universidade, círculos da esquerda intelectualizada, ou via setores progressistas da igreja católica; enquanto a geração de 90, era através das Organizações não-Governamentais, em parceria com as universidades, a geração feminista a partir dos anos 2000 se insere nos movimentos ainda nas universidades, mas a parcela mais jovem dessa geração, esse contato é através da internet (GONÇALVES, 2016). Por isso, as críticas às linguagens dos movimentos feministas pelas mais jovens, não apenas o discurso, mas também nos

modos de fazer que acompanham as linguagens: a escrita considerada pouco ou mesmo inacessível, o uso das novas tecnologias, a fala pública que não atinge as novas gerações e até os recursos utilizados como meios de transmitir os anseios do movimento na prática política. Por isto, consideram que a capacidade de renovação do feminismo e sua continuidade estão diretamente relacionadas a um exercício de atualização das linguagens. (GONÇALVES; FREITAS; OLIVEIRA, 2013, p.14).

Em consonância, Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2018) afirmam que essa quarta onda pode ser definida a partir de mais dois atributos: a mobilização construída e divulgada na Internet e a atuação por meio de coletivos. Os coletivos feministas reforçam o caráter horizontal e autônomo, sem hierarquias e divisão de cargos.

Corroborando com o que já foi explanado anteriormente, para Ana Daniella Fachine Leite e Margarete Almeida Nepomuceno (2016), a utilização de recursos e ferramentas *on-line*, como vídeos e redes sociais, por exemplo, é uma das características principais da quarta onda. Além da novidade da transversalização do conceito de gênero e nas demandas por direitos humanos e justiça social, essas ferramentas e recursos facilitam a propagação do movimento, fortalecendo as mulheres que compõem os movimentos, além de trazer para a cena dos ativismos feministas a coletividade (LEITE; NEPOMUCENO. 2016).

O sociólogo Bernardo Sorj (2016) afirma que o impacto do mundo virtual não pode ser cindido dos processos sociais mais amplos da sociedade e do sistema político, que são reiterados pelas novas formas de comunicação. O uso

das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) e das redes sociais demarcam uma nova forma de movimento social, caracterizado pela ocupação material dos espaços urbanos e públicos através do uso das tecnologias de comunicação, que coordenam a ação coletiva por meio de espaços virtuais, exercitando o direito plural e performativo de aparecer (CASTELLS, 2013; BUTLER, 2018). Manuel Castells (2013) ainda afirma que nas sociedades contemporâneas, o espaço público dos movimentos sociais é composto por um espaço híbrido entre as redes sociais no ciberespaço e o espaço urbano ocupado.

Os movimentos #EleNão e *Ni Una Menos* que ocuparam ruas do Brasil e da Argentina, respectivamente, fizeram da internet e, principalmente, dos sites de redes sociais importantes espaços de organizações de “multidões inteligentes” definida por Howard Rheingold (2002), como composta por pessoas interconectadas e cooperativas, que são capazes de agir de modos antes inconcebíveis porque usam dispositivos de comunicação e computação que lhes permitem interagir com outras pessoas em volta mesmo sem se conhecerem. Como mencionado anteriormente, nos próximos capítulos tal temática será mais bem explanada.

CAPÍTULO 2 - O CIBERESPAÇO, O VIRTUAL E AS REDES

Patrícia Ferraz de Matos (2017) afirma que desde tempos remotos os dispositivos de comunicação ajudaram a humanidade a se comunicar entre si, fosse através de sons, sinais de fumo, vestígios ou enviando mensagens escritas ou simbólicas. No século XIX houve uma relevante evolução, com tecnologias como o telégrafo, rádio e telefone. No entanto, foi durante o século XX que ocorreu uma revolução mais efetiva e global das tecnologias de comunicação e informação. Com a informática e a cibernética, a cibercultura emergiu nos anos 50, expandiu-se na década de 70, com o microcomputador e nas décadas seguintes, se estabeleceu completamente, oportunizando às diversas possibilidades proporcionadas pelo mundo digital (MATOS, 2017).

A influência dessas tecnologias da informação e da comunicação na contemporaneidade representam um novo paradigma, e além de terem uma participação significativa em nossas vidas, acarretam diferentes formas de interação humana. A popularização do uso de computadores e das telecomunicações, acrescentado o desenvolvimento de interfaces amigáveis e intuitivas, devido sua usabilidade, além do crescimento da Internet, transpassaram as barreiras impostas pelo tempo e espaço, modificando o nosso cotidiano.

Na cultura ocidental, o contato com o mundo digital e com o ciberespaço por vezes se inicia ainda na infância, sobretudo pelo entretenimento, seja ele de caráter pedagógico, lúdico, individual ou em conjunto. Depois de certa idade, passamos a nos comunicar com familiares e amigos em espaços de sociabilidade diária. O computador também se tornou um instrumento utilizado por seus novos mecanismos na escola e na universidade, não só transformando a escrita manuscrita em documentos em formato *word* ou *.pdf*, como também estabelecendo novas normas e regras de padronização (MATOS, 2017). Viabiliza os processos de democratização da produção e da divulgação do saber, dentre elas a publicação de artigos e o desenvolvimento de pesquisas, integrando pesquisadoras e pesquisadores de diferentes localidades e áreas do conhecimento. Configura novas características para a produção científica, uma vez que os textos, antes em páginas de livros, revistas, jornais, dentre outros, é

agora em hipertexto, colocado em movimento, fluxo e desterritorializado (MACHADO; OLIVEIRA; REIS, 2006). A própria formação enquanto pesquisadora e grande parte do capital cultural da acadêmica que aqui escreve, foi em paralelo a de usuária de tal objeto de estudo. A escrita dessa dissertação, a exemplo, só foi possível devido a Internet, ao acesso de diversos sites e a leitura de artigos, dissertações e teses cujo acesso quando não inexistente, seria periclitante. Sobre outros exemplos que trespassam a nossa cotidianidade e o ciberespaço, Matos (2017) ainda ilustra

graças à internet, expressões como *ciberbank*, *homebanking*, *paypal*, *master-cards*, ou faturas eletrônicas, passaram a estar associadas à facilitação de tarefas profissionais e quotidianas. É possível também exercer os direitos de cidadania através de voto eletrônico, dos orçamentos participativos, ou mesmo vir a sensibilizar outros indivíduos, ao nível global, para causas locais ou específicas, como a discriminação de mulheres, ou de homossexuais, em vários contextos (MATOS, 2017, p. 171).

Com a popularização dos *smartphones* e do desenvolvimento da computação móvel, que é estabelecida com a telefonia celular, com as redes de *wi-fi*, as etiquetas de *radio frequency identification* (RFID) e as redes por tecnologia *Bluetooth*, nos foi possível além de uma forma mais diversificada de nos comunicarmos, aumentar não apenas a autorrealização individual, como também a sua projeção no mundo em uma escala global sem precedentes e alterar a dinâmica das grandes cidades (LEMOS, 2007; MATOS, 2017).

Também não podemos nos esquecer de que a Internet e a informatização das tarefas profissionais reafirmam os princípios da política neoliberal e da economia de mercado em processos cada vez mais rápidos de transnacionalização e inseridos na lógica de aumento da produção com redução dos recursos (QUEIROZ; 2017). Em decorrência disso, Eliani de Fátima Covem Queiroz (2017) chama a atenção para a constituição das unidades temporais de 24 horas por dia, 7 dias por semana, fazendo com que os e as trabalhadoras façam suas tarefas do trabalho em casa, e resolvam suas pendências domésticas no trabalho. Se por um lado a tecnologia possibilitou uma maior liberdade, por outro, elidiu os limites entre trabalho e lazer. Assim, novas doenças vinculadas ao uso excessivo das novas mídias estão surgindo.

Com a atual pandemia de Coronavírus, acarretado pelo vírus Sars-Cov-2, houve uma potencialização do uso dos meios digitais, como modo a evitar a

propagação do vírus e manter o isolamento social e distanciamento físico das pessoas²⁵. Com a suspensão de diversas atividades, percebe-se uma intensificação tanto de atividades como de relações sociais no âmbito do ciberespaço, tornando o seu acesso indispensável (OLIVEIRA; SANTOS; FARIAS, 2021). Houve o crescimento da procura por plataformas de trabalho remoto, das redes de distribuição de serviços e mercadorias obtidas pela Internet, o crescimento do consumo de informações e entretenimento *on-line*, além da difusão de informações falsas e atuação prejudicial de determinados atores (MEDEIROS; ROCHA; GOLDONI, 2020). Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), houve um aumento entre 40% e 50% do uso de internet no Brasil durante a quarentena²⁶. No entanto, mostrou também a presença da desigualdade social e desvelou problemas de inclusão digital antes mesmo da pandemia em diversas partes do mundo.

Com o crescimento da propagação e uso excessivo de plataformas virtuais até então sem precedentes, vem se percebendo um cansaço mental inédito, sendo denominado *Zoom fatigue*, em menção a um dos aplicativos de videoconferências mais populares na atualidade. De acordo com Brenda K. Wiederhold (2020), as mudanças em razão da Covid-19 corroboraram com o aumento do número de pessoas que utilizavam a plataforma Zoom - que combina videoconferência, reuniões *on-line*, bate-papo e colaboração móvel - de 10

²⁵ De acordo com MEDEIROS, ROCHA e GOLDONI (2020), “a exploração e ‘colonização’ do ciberespaço distingue a pandemia da COVID-19 das demais registradas na história” (p. 2). Para uma melhor compreensão da relação entre o ciberespaço e a pandemia, ver: MEDEIROS, Breno Pauli; ROCHA, Henrique Ribeiro da; GOLDONI, Luiz Rogério Franco. COVID-19, transformações e vulnerabilidades da sociedade durante o isolamento. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: ECEME. 2020; SOUZA, Marcelo Lopes de; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Em meio a pandemia. **Ambientes** - Revista de Geografia e Ecologia Política. Volume 2, Número 1, 2020, pp. 5-15; OLIVEIRA, Ana Carla Araujo Feijole de; SANTOS, Cesar Mamedio; FARIAS, Leticia Aires de. Os fenômenos da cibercultura e os impactos da pandemia na educação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO - SIMEDUC, 10., 2021, Aracajú: Simeduc, 2021. p. 1-15.

²⁶ Ver: THIAGO LAVADO (Brasil). **Com maior uso da internet durante pandemia, número de reclamações aumenta; especialistas apontam problemas mais comuns**. G1 - O Portal de Notícias da Globo. *on-line*, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/06/11/com-maior-uso-da-internet-durante-pandemia-numero-de-reclamacoes-aumenta-especialistas-apontam-problemas-mais-comuns.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2021; COMO a pandemia tem impactado no aumento do tráfego na internet? 2020. Disponível em: <http://itc.com.br/aumento-do-trafego/>. Acesso em: 12 maio 2021.

milhões em 2019, para 300 milhões em abril de 2020. Esse "cansaço do Zoom", assim como outras experiências associadas à pandemia de coronavírus, é "extensivamente prevalente, intenso e completamente novo" (LEE, 2020). Os sintomas são cansaço, preocupação ou esgotamento associados ao uso excessivo de plataformas virtuais de comunicação²⁷. Em estudo recente, Géraldine Fauville, Mufan Luo, Anna Carolina Muller Queiroz *et al* (2021) verificaram relações entre as diferenças de gênero e a fadiga de Zoom, não apenas devido a carga mental e jornada dupla de trabalho, mas também devido a "ansiedade do espelho" (tensão mental de ter que olhar constantemente para si mesmo por longos períodos de tempo); a ansiedade de performance e as imposições invisíveis às mulheres de serem agradáveis e simpáticas²⁸.

Para além das questões que tangem a saúde, dentre as inúmeras críticas e desafios acerca dos usos da Internet, estão as novas formas de observar os indivíduos e outras questões relativas à privacidade (MATOS, 2017), constituindo uma considerável inovação dos dispositivos de observação e controle (FOUCAULT, 1975). Se a Internet e as novas realidades tecnológicas de comunicação e informação ajudaram a criar um sentimento de liberdade, transcendendo os limites do espaço físico em direção a virtualidade do ciberespaço, são também responsáveis por "forjar" uma nova estrutura de vigilância e dominação entre sujeitos, como afirmam Paulo Jefferson Pereira Barreto e Riverson Rios (2012), que ainda pontuam

Hoje, mais do que em qualquer outro período histórico, os dispositivos de vigilância e controle encontraram nas novas tecnologias, e em especial na internet, um novo espaço para interação social e manifestação de poder. Não se trata, obviamente, de dizer que qualquer indivíduo possa de fato exercê-lo a qualquer hora e em qualquer lugar, pois existem infinitas outras situações que influenciam diretamente a atuação dos usuários na rede. (BARRETO; RIOS, 2012, p. 13).

²⁷ Ver: LEE, Jena. A Neuropsychological Exploration of Zoom Fatigue. 2020. Disponível em: <https://www.psychiatrytimes.com/view/psychological-exploration-zoom-fatigue>. Acesso em: 08 out. 2021; WIEDERHOLD, Brenda K.. Connecting Through Technology During the Coronavirus Disease 2019 Pandemic: avoiding "Zoom fatigue". **Cyberpsychology, Behavior, And Social Networking**, [S.L.], v. 23, n. 7, p. 437-438, 1 jul. 2020.

²⁸ Para um melhor detalhamento da pesquisa, ver: FAUVILLE, Geraldine; LUO, Mufan; QUEIROZ, Anna Carolina Muller *et al*. Nonverbal Mechanisms Predict Zoom Fatigue and Explain Why Women Experience Higher Levels than Men. **Social Science Research Network Electronic Journal**, [S.L.], p. 1-18, 2021.

A assertiva de Michel Foucault (1997, p. 162), de que "o olhar está alerta em toda parte" nos remete à contemporaneidade, em que não somente a dinâmica cultural e as ações dos sujeitos na sociedade moderna foram reconfiguradas, mas também a própria dinâmica do poder. Com o advento das novas tecnologias de comunicação e informação e das novas mídias, a amplitude dos dispositivos de controle e coerção social possibilitaram a fragmentação das redes de poder a nível global, habituando os indivíduos, como também transformando-os em ativos e fontes de poder vigilante e controlador nas redes (BARRETO; RIOS, 2012). Para Donna Haraway (2000), estamos transicionando de uma sociedade industrial, orgânica, para um sistema polimorfo, informacional, em que as "velhas e confortáveis dominações hierárquicas" estão dando lugar a novas e assustadoras redes que denomina "informática da dominação" (HARAWAY, 2000, p.59). O panóptico de Bentham foi reconfigurado, e muros e câmeras se tornaram dispensáveis para a vigilância e o controle, pois as novas tecnologias e mídias transformaram os seus usuários e usuárias nos próprios vigias do Grande Irmão da distopia futurista de George Orwell (1949), em que estamos sempre sendo observados (FOUCAULT, 1997; BARRETO; RIOS, 2012). Corroborando com tal pensamento, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2018) afirma que hodiernamente o neoliberalismo e a técnica estão incisivamente entrelaçados e compactuam para a manutenção do sistema, caucionando uma tácita servidão das e dos indivíduos. Assim, somos trespassados por tecnologias digitais coercitivas, que nos tornam tanto senhores como servos, em uma (auto)exploração em busca de uma liberdade fictícia e falsa autonomia (HAN, 2018; MELO, 2020). Han (2014) também amplia a concepção dos dispositivos de vigilância dentro do panoptismo foucaultiano, na noção de psicopolítica, em que os mecanismos de controle e vigilância não se atém exclusivamente pelas instituições disciplinares ou sanitárias, mas ocorrem nos meios digitais, se instituindo de forma crescente e sub-reptícia em nosso dia a dia. Com isso, as coisas informatizadas se transformam em ativos informantes que nos controlam e dirigem continuamente (HAN, 2021). Assim, pontua o filósofo

Cada vez mais as mídias sociais se assemelham a panópticos digitais que observam e exploram impiedosamente o social. Mal nos livramos do panóptico disciplinar e já nos encontramos em um novo e ainda mais eficiente. Os internos do panóptico digital, comunicam-se

intensivamente e expõem-se por vontade própria. Participam assim ativamente da construção do panóptico digital. O grande irmão digital repassa, por assim dizer, seu trabalho aos internos. A entrega dos dados não acontece por coação, mas a partir de uma necessidade interna. Aí reside a eficiência do panóptico digital. (HAN, 2014, p.21).

Se as teletelas orwellianas eram colocadas nas residências, permitindo a vigilância secreta e contínua do governo, recebendo e transmitindo informações simultaneamente, a Internet vai mais além, não só nas questões de sons e imagens, mas também coletando milhares de dados de seus usuários: conversas são armazenadas em algum lugar que não sabemos ao certo, os cliques são registrados, e a partir desses dados, empresas constroem um perfil customizado sobre as nossas preferências, baseadas em "filtros bolhas" criados por algoritmos, que diminuem as perspectivas e percepção do mundo (PARISER, 2012; SANTOS; PAIVA, 2015). Nas palavras de Eli Pariser (2012), executivo, ativista político e da internet

A tentativa de saber o máximo possível sobre seus usuários tornou-se a batalha fundamental da nossa era entre gigantes da internet como Google, Facebook, Apple e Microsoft. Como me explicou Chris Palmer, da Electronic Frontier Foundation: "Recebemos um serviço gratuito, e o custo são informações sobre nós mesmos. E o Google e o Facebook transformam essas informações em dinheiro de forma bastante direta." Embora o Gmail e o Facebook sejam ferramentas úteis e gratuitas, também são mecanismos extremamente eficazes e vorazes de extração de dados, nos quais despejamos os detalhes mais íntimos das nossas vidas. O nosso belo iPhone novo sabe exatamente onde estamos, para quem ligamos, o que lemos; com seu microfone, giroscópio e GPS embutidos, sabe se estamos caminhando, se estamos no carro ou numa festa.

Ainda que o Google tenha (até agora) prometido guardar nossos dados pessoais só para si, outras páginas e aplicativos populares da internet [...] não dão essa garantia. Por trás das páginas que visitamos, está crescendo um enorme mercado de informações sobre o que fazemos na rede, movido por empresas de dados pessoais pouco conhecidas, mas altamente lucrativas, como a BlueKai e a Acxiom. A Acxiom, por si só, já acumulou em média 1.500 informações sobre cada pessoa em sua base de dados – que inclui 96% da população americana –, com dados sobre todo tipo de coisa, desde a classificação de crédito de um usuário até o fato de ter comprado remédios contra incontinência. Usando protocolos ultravelozes, qualquer site – não só os Googles e Facebooks – pode agora participar da brincadeira. Para os comerciantes do "mercado do comportamento", cada "indicador de clique" que enviamos é uma mercadoria, e cada movimento que fazemos com o mouse pode ser leiloado em microssegundos a quem fizer a melhor oferta. (PARISER, 2012, p. 9-10)

Para além das questões de privacidade do indivíduo, direito humano fundamental, vazamento de dados, *WikiLeaks*, *hackers*, *Anonymous*, *catfish*,

fake news, *deepfake*²⁹, etc., as novas tecnologias têm permitido até mesmo o recrutamento de terroristas, neonazistas e defensores da supremacia branca (MATOS, 2017).

A influência na nossa vida e os desafios, riscos, possibilidades e dilemas dessas transformações na contemporaneidade transcendem ao escopo do que nos propomos discutir nesta dissertação. Neste capítulo serão tratados alguns aspectos a respeito dessa revolução tecnológica e informacional, em especial, da Internet, fazendo uma breve explanação de sua história e expondo certos conceitos fundamentais para sua compreensão. Como veremos, muitas dessas categorias analíticas foram pensadas durante as décadas de 80 e 90 e ainda perduram. Vale ressaltar que não apenas essas classificações, a tecnologia e o imaginário ao seu redor, foram desenvolvidas majoritariamente por homens estadunidenses e com pouca diversidade, como alerta Edgar Gómez Cruz (2021). Cruz (2021) ainda identifica um grupo bem específico, a "ideologia californiana", desenvolvida por um determinado grupo de pessoas, em um país específico, imbuídas de conjunturas socioeconômicas e tecnológicas favoráveis.

2.1 “Uma guerra sempre avança a tecnologia, mesmo sendo guerra santa, quente, morna ou fria”³⁰ – a criação da Internet

A Internet surge em meados da década de 60, no âmbito das disputas político-ideológicas da Guerra Fria, como um esquema ousado da *Advanced Research Projects Agency* (ARPA – Agência de Pesquisa e Projetos Avançados), integrante do Departamento Nacional de Defesa dos Estados Unidos. Segundo Marcelo Carvalho (2006), as verbas destinadas para pesquisas militares nos Estados Unidos no início da Guerra Fria foram por volta de trinta vezes maiores do que no período anterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), representando 90% de toda a verba federal para pesquisas e

²⁹ Deepfakes são vídeos hiper-realistas, adulterados digitalmente por meio da inteligência artificial. O nome é uma amálgama de e “deep learning” (aprendizado profundo) e “fake” (falso), e surgiu em meados de 2017, se trata de uma técnica de síntese de imagens e sons que parecem genuínas, deixando poucos vestígios de manipulações, difíceis de detectar (KLEIN; ADOLFO, 2020). Ver: DEEPFAKES: Como funcionam e porque causam preocupação? YOUTUBE, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ehr8x_ISUUQ. Acesso em: 14 maio 2021.

³⁰ Trecho da música "A canção do Senhor da Guerra", do Legião Urbana.

desenvolvimento³¹. Nesse contexto, o então presidente, Dwight Eisenhower (1953-1961), em resposta ao sucesso do programa soviético com o lançamento

³¹ Embora trataremos de forma bem sucinta sobre o panorama de criação da Internet, acreditamos que transformar a invisibilidade e apagamento histórico das mulheres em visibilidade, além de dar-lhes voz, é também uma forma de emancipação. Sobre as contribuições das mulheres para a ciência da computação, existem muitas que são essenciais no desenvolvimento da história da computação. Mas seus silenciamentos e ocultamentos corroboram com um discurso que ainda posiciona as mulheres em condições de inferioridade no processo de ensino e aprendizagem da matemática, física e química, como também de seu envolvimento com as denominadas novas tecnologias da informação e da comunicação (NTICs). Por não ser o tema direto dessa pesquisa, mas buscando romper com o registro historiográfico patriarcal, referenciamos aqui os nomes de algumas mulheres que tiveram contribuições basilares para as tecnologias aqui tratadas, dentre elas: a matemática e escritora inglesa Augusta Ada King, Condessa de Lovelace, conhecida como Ada Lovelace (1815-1852), pioneira da lógica e da programação, criadora de um arcabouço necessário para o primeiro programa, similar ao utilizado nos computadores atuais; a estadunidense PhD em Matemática e Física, almirante e analista de sistemas da Marinha dos Estados Unidos Grace Hooper (1906-1992), atuou nas fases iniciais dos Sistemas de Informação e Comunicação mediados pela tecnologia computacional, prevendo diversas utilizações da computação, incluindo a inteligência artificial, além de seus contributos acerca de ideias sobre ferramentas e técnicas de compilação e programação usadas atualmente, tais como: sub-rotinas, tradução de fórmulas, endereçamento relativo, vinculação de ligadores (*linking loaders*), otimização de código e manipulação simbólica; a cientista da computação estadunidense, Jean E. Sammet (1928-2017), que desenvolveu a linguagem FORMAC (*Formula Manipulation Compiler*, em português Compilador de manipulação de fórmulas), a primeira linguagem amplamente usada para a execução de matemática simbólica; a Irmã Mary Kenneth Keller, que além de desenvolver a linguagem de programação BASIC, cujo intuito era ampliar a programação de computadores em campos não matemáticos e científicos, permitindo o acesso de qualquer pessoa, observou e buscou antecipar o potencial educativo da computação; Hedy Lamarr, que desenvolveu um sistema de comunicações que serviu como bases para a segurança na comunicação mundial e atual telefonia celular, incluindo satélites militares o GPS, *Wi-fi* e *Bluetooth*; Frances Allen, uma das cientistas mais influentes na otimização de códigos, computação paralela e estudo de compiladores e cujos conhecimentos levaram a criação dos primeiros sistemas de segurança da NASA; Susan Owicki que contribuiu com sistemas distribuídos, análise de performance e sistemas confiáveis para o comércio eletrônico, além de ser uma das fundadoras do Systems, a maior comunidade eletrônica de mulheres de computação técnica; a designer de *software* e engenheira de redes Radia Perlman, responsável pela criação do *Spanning Tree Protocol* (STP), protocolo fundamental para a operação de *bridge* (redes de computadores) que possibilita que a comunicação entre dois ou mais computadores seja possível, além de ser proprietária de mais de 50 patentes relacionadas a tecnologias de conexão; Adele Goldberg uma das responsáveis pela criação do primeiro "Windows" e da linguagem de programação *Smalltalk-80*; Karen Sparck Jones, uma das responsáveis pelo conceito de "inverso da frequência em documentos", base dos atuais sistemas de busca e localização de conteúdos, ferramenta imprescindível para companhias como o Google; Sulamita Garcia, responsável pelo projeto LinuxChix Brasil e projetista de software da *Cyclades Corporation*, primeira empresa brasileira de tecnologia da informação a se instalar no Vale do Silício; dentre outras que dificilmente são lembradas e/ou conhecidas por seus legados e colaborações. Ver: EMÍLI@S (Curitiba). Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **Steam Mulheres**. 2010. Projeto de Extensão do Departamento Acadêmico de Informática (DAINF) da UTFPR. Disponível em: <http://emilias.dainf.ct.utfpr.edu.br/mulheres-na-stem/>. Acesso em: 09 abr. 2020; GÜRER, Denise. **Pioneering women in computer science**. SIGCSE Bulletin, v. 2, n. 34, p.175-183, 2002; MATOS, Rozenilda Luz Oliveira de. **O ensino da computação para as meninas**: uma trajetória de silêncios e transgressões. 2019. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e da Matemática, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019; NATANSOHN, L. Graciela ; BRUNET, Karla S. . Ciberespacio y Mujeres, una tierra en transe. In: **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. VI, p. 170-181, 2010; PARINOS, Nana.

em órbita do primeiro satélite espacial artificial em 1957, o Sputnik, anunciou a criação da ARPA quatro meses depois (ROCHA, FILHO; 2016). Seu principal encargo era voltado ao desenvolvimento de pesquisa de informações para os militares, coibindo o possível controle ou destruição do sistema estadunidense de comunicação pelos soviéticos, em caso de uma guerra nuclear.

A busca por soluções que interligassem os centros de pesquisa com as instituições de defesa dos Estados Unidos possibilitaram não apenas a troca de informações, mas também a criação de meios que ensejaram a conservação das vias de comunicação. Foram então arquitetadas em forma de redes, viabilizando a descentralização das informações por todo o território, através de redes de comunicação (CASTELLS, 2011; FRAGA; SILVA, 2010; STEGANHA, 2010). Segundo Manuel Castells (2011), foram iniciadas duas experiências em larga escala de sistemas de comunicações interativas: o Minitel francês e a estadunidense predecessora da Internet, a *Advanced Research Projects Agency Network* (ARPANET - Rede da Agência de Pesquisa e Projetos Avançados) que iniciou suas operações em 1969, e que tinha por finalidade manter redes de comunicação em caso de ataques nucleares.

Era compartilhada entre os centros de pesquisa que colaboravam com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e após alguns anos de pesquisas experimentais e testes de conexões, em 1975 a ARPANET foi integrada à Agência de Comunicação e Defesa estadunidense. Foram agregadas outras corporações, além de inúmeros pesquisadores e pesquisadoras e institutos, aumentando assim tanto a conexão com outras redes de computadores, como o fluxo de informações e o tráfego de dados. Glauco Rocha e Veridiano Filho (2016), afirmam que esse momento configurou ao primeiro conceito de rede de redes, desenhando uma arquitetura básica da internet, alicerçada nos esforços de grupos técnicos cooperativos, composto por representantes de vários centros de computação vinculados a ARPANET na década de 1960, o *Network Working*

Grace Hooper (“Amazing Grace”) and Mid-Twentieth Century American Women (A Woman’s Contribution to the Cyber World). In: **International Academic Conference on Teaching, Learning and E-learning**, 2015, Budapeste: IAC-TLEI, 2015. p. 1 – 8; PIRES, Josélia; ALMEIDA, Darley Domingos de. **Protagonistas da tecnologia: a conquista feminina e as barreiras a serem rompidas na ciência da computação.: A conquista feminina e as barreiras a serem rompidas na Ciência da Computação.** Anais da Escola Regional de Informática de Mato Grosso (ERI-MT), [s.l.], p. 160-162, 4 nov. 2019.

*Group*³². Posteriormente, em 1983, ocorreu uma cisão na ARPANET, gerando a *Military Network* (MILNET - Rede Militar) e uma nova ARPANET, dedicada a objetivos científicos, marcando o início do que compreendemos hoje como a Internet. Sobre tal ruptura, Castells (2011) afirma

Em paralelo com o trabalho do Pentágono e dos grandes cientistas de criar uma rede universal de computadores com acesso público, dentro de normas de "uso aceitável", surgiu nos Estados Unidos uma contracultura de crescimento descontrolado, quase sempre de associação intelectual com os efeitos secundários dos movimentos da década de 1960 em sua versão mais libertária/utópica. (CASTELLS, 2011, p. 86).

Dos anos 60 até o fim dos anos 80, a comunicação via internet foi domínio militar e acadêmico. Durante a década de 1990, as percepções a respeito da comunicação em redes foram se modificando e os projetos da ARPANET se ampliaram, associada com a popularização associada à expansão dos computadores pessoais (PCs, do inglês *Personal Computer*) (STEGANHA, 2010). O surgimento da *World Wide Web* (WWW, Rede Mundial) neste período, desenvolvido pela Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN - *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire*), em Genebra, um dos principais centros de pesquisas físicas do mundo, corroborou com a popularização. Além de melhorar a interface gráfica, possibilitou a criação de *sites* e portais mais interativos. Nas palavras de José de Oliveira Ascensão (2001), "nascida militar, metamorfoseada em científica, massificada a seguir, a Internet foi celeremente transformada num veículo comercial" (ASCENSÃO, 2001, p.18). Disponibilizada para a sociedade, seu uso que antes era restrito a questões de segurança, passou a ser utilizada para diversas finalidades, atendendo interesses plurais, se tornando um caminho de interações entre pessoas no mundo virtual (FRAGA; SILVA, 2010; STEGANHA, 2010).

A Internet é caracterizada como uma rede que conecta vários computadores, estabelecendo comunicação entre si, por vias do

³² O pesquisador francês Pierre Barbaroux (2012) afirma que tal grupo surgiu através de reuniões informais para a revisão dos desafios de pesquisa que pareciam essenciais para viabilizar o desenvolvimento das redes de comunicação. O objetivo desse grupo "era promover discussões informais entre usuários e desenvolvedores de modo a refinar qualquer intuição, sugestão ou crítica que pudesse favorecer o desenvolvimento e a utilização da rede" (BARBAROUX, 2012, p. 247). Ver: BARBAROUX, Pierre. Identifying collaborative innovation capabilities within knowledge-intensive environments. **European Journal Of Innovation Management**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 232-258, 20 abr. 2012.

compartilhamento de protocolos de comunicação, o Protocolo de Controle de Transmissão (TCP em inglês, *Transmission Control Protocol*) e o Protocolo de Internet (IP, em inglês, *Internet Protocol*). O acesso é feito através de computadores pessoais e também por *smartphones*, demandando serviços de telecomunicação de uma rede de área local (LAN, em inglês, *Local Area Network*), que se conecta em níveis médios, regionais, nacionais e internacionais de acordo com o destino do pacote de dados, contratado pelo provedor de serviço de internet (ISP, em inglês, *Internet Service Provider*). Para a conexão são utilizadas redes de cabos submarinos que interligam os continentes, transportando uma massiva quantidade de dados através da fibra óptica (KU, 2016; ROCHA; COLOMBO, 2021). Dessarte, a Internet segundo Castells (2003) pode ser equiparada à eletricidade, dada a sua importância na Era Industrial, sendo o "tecido de nossas vidas" devido a sua "capacidade de distribuir a força da informação" (CASTELLS, 2003, p.7). O sociólogo espanhol, expondo dados estatísticos que evidenciam o progressivo crescimento da Internet, ainda pontua

[...] em junho de 1999 a Internet conectava cerca de 63 milhões de computadores-servidores, 950 milhões de terminais telefônicos, 5 milhões de domínios do nível 2, 3,6 milhões de sítios da web, e era usada por 179 milhões de pessoas em mais de 200 países. Os Estados Unidos e o Canadá representavam mais de 102 milhões de usuários, a Europa, mais de 40 milhões, a Ásia e o Pacífico asiático, quase 27 milhões, a América Latina, 23,3 milhões, a África, 1,14 milhões, e o Oriente Médio, 0,88 milhão. As projeções em meados de 1999 previam o aumento do número de servidores conectados para quase 123 milhões até 2001, e para 878 milhões em 2007, e o número de usuários chegar a algo entre 300 milhões e 1 bilhão até dezembro de 2000 (CASTELLS, 2011, p. 431-432).

Segundo informações disponíveis nos dados abertos do Banco Mundial³³ (2017), a porcentagem da população mundial que usa a Internet foi de 4.63% em 1999 para 48.99% em 2017. Segundo estimativa de um dos principais *sites* de estatísticas internacionais de uso da Internet, o *Internet World Stats*³⁴, até o final de 2020, havia mais de 5 bilhões de usuários da Internet, o equivalente a 64,2%

³³ Ver: THE WORLD BANK. **Individuals using the Internet** (% of population) [banco de dados]. (2017) Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS> . Acesso em 24 abr 2021.

³⁴ Ver: INTERNET WORLD STATS. World Internet usage and population statistics 2021 Year-Q1 Estimates. (2021). Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso em 24 abr 2021. As porcentagens estatísticas de usuários por regiões, segundo os dados do site, seriam de: 43% na África; 72,4% na América Latina e Caribe; 89,9% na América do Norte; 62,2% na Ásia; 87,1% na Europa; 70,8% no Oriente Médio; e 67,4% na Oceania.

da população mundial, representando um crescimento entre os anos de 2000 a 2021 de 1.300%.

Enquanto meio de comunicação, a Internet no decorrer de alguns anos, propiciou uma crescente interatividade. A comunicação em redes, que antes eram de uso exclusivo de governos e empresas, se estenderam para pessoas físicas. Durante a década de 90, na denominada Web 1.0 os e as usuárias eram apenas receptoras de dados e informações, fazendo uma leitura estática do que era oferecido, não havendo interação entre as pessoas que acessavam. A comunicação era limitada, e a produção dos sites era restrita as e aos profissionais que detinham o conhecimento para tal. Seu principal objetivo era propagar informações, e figurava aos usuários o papel de espectador (SANTAELLA, 2013; RIBEIRO, 2017; ROCHA; COLOMBO, 2021).

Com o desenvolvimento de novos códigos e novas tecnologias, é engendrada uma nova forma de uso da internet a partir dos anos 2000. Na Web 2.0, as e os internautas passaram tanto a consumir, produzir conteúdo, como também a se comunicarem instantaneamente *on-line*. Esse novo momento da internet é conhecido como a geração do compartilhamento (RIBEIRO, 2017), trazendo implicações sociais importantes: potencializando processos de trabalho coletivos, como também trocas afetivas, produção e circulação de informações e de construção social de conhecimento viabilizados pela informática (PRIMO, 2007). Surgem as comunidades virtuais, as redes sociais digitais e aumentam as possibilidades de interação entre as pessoas e as grandes mídias (RIBEIRO, 2017). Dessa forma, o computador deixa de ser apenas uma ferramenta de consulta para se tornar uma ferramenta de interação. Os e as usuárias passam de um papel passivo para protagonistas, transformando o campo das relações, "[...] que até então eram feitas pelo contato físico, num encontro presencial, por exemplo, ou por lugares fixos, como numa conversa por telefone residencial ou comercial." (RIBEIRO, 2017, p. 6). De acordo com Fernanda da Silva Ribeiro (2017), um dos principais fatores que acarretaram a pluralização das redes e os contatos entre atores e atrizes sociais foi a possibilidade de acesso à Internet via dispositivos móveis. Por meio da conectividade nos telefones celulares, o comunicar-se não precisava a estar vinculada a um local fixo. Tonificando tal pensamento Lucia Santaella (2013) afirma

Antes dos equipamentos móveis, nossa conexão às redes dependia de uma interface fixa, os computadores de mesa. Enquanto as redes digitais, por sua própria natureza, são sempre móveis, a entrada nas redes implicava que o usuário estivesse parado à frente do ponto fixo do computador. Agora, ao carregar consigo um dispositivo móvel, a mobilidade se torna dupla: mobilidade informacional e mobilidade física do usuário. Para navegar de um ponto a outro das redes informacionais, nas quais se entra e se sai para múltiplos destinos, YouTube, sites, blogs, páginas etc., o usuário também pode estar em movimento. O acesso passa a se dar em qualquer momento e em qualquer lugar. Acessar e enviar informações, transitar entre elas, conectar-se com as pessoas, coordenar ações grupais e sociais em tempo real tornou-se corriqueiro. (SANTAELLA, 2013, p. 21)

Por volta da década de 2010, com o excesso de dados no plano digital, consolida-se a Web 3.0. As e os usuários passam a estar sempre conectados, acessíveis em qualquer momento e a um clique de distância (RIBEIRO, 2017; ROCHA; COLOMBO, 2021). Segundo Alex Primo *et al* (2017), na contemporaneidade as pessoas estão em constante estado de conversação, em um estado de alerta "*always on*", sempre conectadas a vários espaços simultaneamente. Para além dos relacionamentos interpessoais em diferentes redes digitais simultaneamente, nos relacionamos também com os dados fornecidos pelas máquinas: seja na comunicação mediada por computadores ou por dispositivos móveis, as ferramentas passam a proporcionar informações mais precisas para os e as internautas, personalizando sua navegação, é a inteligência artificial se aproximando das e dos usuários comuns (RIBEIRO, 2017). Essa terceira geração da web, é também denominada como "web semântica", uma vez que o computador passou a deter esse poder de personalizar e otimizar as pesquisas.

Há ainda pesquisas que afirmam que estamos vivenciando a quarta fase da web, iniciada em 2020. Embora ainda não haja uma definição consensual, já que é associada a conceitos e tecnologias variadas, Júlia Klein e Luiz Gonzaga Silva Adolfo (2020) afirmam que a Web 4.0 se trata de uma geração que prossegue no uso da inteligência artificial e da *big data*³⁵, permitindo a produção

³⁵ “*Big Data*’ refere-se ao conjunto de dados (*dataset*) cujo tamanho está além da habilidade de ferramentas típicas de banco de capturar, gerenciar e analisar. A definição é intencionalmente subjetiva e incorpora uma definição móvel de como um grande conjunto de dados necessita a fim de ser considerado Big Data. Não definimos Big Data em termos de ser maior do que certo número de *Terabytes* (milhares de *Gigabytes*). Assumimos que, como a tecnologia avança sobre o tempo, o tamanho de datasets que quantificado como Big Data também aumentará”. Ver: LIMA JUNIOR, Walter Teixeira. Jornalismo computacional em função da “Era do Big Data”. *Líbero*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 45-52, dez. 2011.

e o armazenamento de dados em quantidade espantosa, de forma automática e através da complexa inteligência artificial (KLEIN; ADOLFO, 2020). Os autores também alertam que, mesmo ainda recente a Web 4.0, há quem reconheça a próxima geração, mostrando como está cada vez mais veloz a evolução de uma geração para outra. Na Web 5.0, também chamada de "web sensorial-emotiva", está em progresso a criação de equipamentos eletrônicos capazes de julgar as emoções humanas e as expressões faciais, além do intento do desenvolvimento de computadores que interajam com os seres humanos (KLEIN; ADOLFO, 2020).

Para além de sua aplicação e uso, a Internet caucionou o ciberespaço, sendo-a o meio de comunicação, e o ciberespaço, sua consequência (ROCHA; COLOMBO, 2021). E com a domesticação do uso, a necessidade de compreensão desse novo modelo de se comunicar exprimiu também a necessidade de conceitualização.

2.2 “O ciberespaço é como Oz – existe, chegamos a ele, mas não tem localização”³⁶

Silvana Drumond Monteiro (2007), afirma que o ciberespaço favoreceu o surgimento de um novo momento da sociedade humana, revolução tal que a considera análoga à invenção da escrita. Com o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, passamos a ter uma nova relação com o tempo e o espaço, uma vez que na era virtual tais definições se fundem e/ou confundem. O espaço deixou de ser concreto, localizado em um território, e passou a ser um espaço cibernético, virtual e abstrato. É um local real, no entanto, não é físico, se configurando como novo *locus* de interação, comunicação e representação. A docente ainda complementa que

[n]o ciberespaço, todas as informações são disponibilizadas instantaneamente, em um tempo representado pelo “agora” (o tempo real) e o espaço que as contém é o mesmo (o próprio ciberespaço), ilimitado. É impossível visualizar o tamanho, a dimensão desse espaço virtual. Pode-se, com a virtualização, buscar (e encontrar) qualquer

³⁶ Em alusão ao clássico *O Mágico de Oz* (1939), em seu ensaio "*Mind is a Leaking Rainbow*" (1993), a artista francesa Nicole Stenger compara o ciberespaço à Terra de Oz, criada pelo escritor estadunidense L. Frank Baum em 1900: "*Cyberspace is like Oz - it is, we get there, but it has no location.*" (STENGER, 1993, p.57) Ver: STENGER, Nicole. *Mind is a Leaking Rainbow*. In: BENEDIKT, Michael (ed.). **Cyberspace**: first steps. Londres: MIT Press, 1993. Cap. 4. p. 49-58.

informação e conhecimento disponíveis na rede, independente de onde ou como eles tenham sido integrados à mesma, ou se alguém está, simultaneamente, fazendo uso desses mesmos recursos. (MONTEIRO, 2007, p. 6).

David Koepsell (2004), a respeito do ciberespaço, indaga

O que é ciberespaço? É dimensional? Existe algo no ciberespaço? As coisas no ciberespaço são chamadas apropriadamente de objetos? Tais objetos ou o próprio ciberespaço são substâncias ou processos? Como deveria o ciberespaço se enquadrar em um esquema categórico mais amplo? O tratamento dessas questões deveria levar ao desenvolvimento de uma ontologia abrangente de ciberespaço. (KOESELL, 2004, p. 23).

Aqui não dispusemo-nos a responder cada um desses questionamentos apontados pelo professor, no entanto, acreditamos serem questões importantes e que possam suscitar discussões auspiciosas. Nos ateremos a compreensão do conceito de ciberespaço, se referindo a uma complexa comutação eletrônica e às trocas de informações que ocorrem dentro e entre computadores (KOESELL, 2004). E-mails, programas de computador, realidade virtual... Todos esses elementos existem e se movem no ciberespaço, como afirma Koepsell (2004).

Conceituar ciberespaço é algo complexo, seja no que diz respeito a sua práxis, quanto em suas formulações filosóficas e teóricas (MONTEIRO, 2007). Mesmo que seja difícil definir ou caracterizar o ciberespaço em sua totalidade de devires, nossa sociedade já se desenvolve em suas vias há algumas décadas, esse novo local de disponibilização da informação, uma nova mídia que foi facilitada pelas novas tecnologias e que fornece recursos até então insólitos (MONTEIRO, 2007). Como Silvana Monteiro (2007) ainda afirma, trata-se de “[...] [u]m espaço aberto, virtual, fluido, navegável. Um espaço que se constrói em cima de sistemas, e, por esse mesmo fato, é também o sistema do caos, como Lévy o caracteriza. (MONTEIRO, 2007, p. 5)”

O prefixo *cyber* em inglês, ou *ciber* em português, tem origem grega, significando controle, governo ou embarcação (MATOS, 2017). Embora ‘cibernética’ se origine do grego *κυβερνήτης* (*Kybernetes*), denotando piloto, controlador, na década de 1940 o físico estadunidense Norbert Wiener atribuiu novos significados ao termo. O uso de Wiener estava vinculado a ciência do controle e da comunicação entre as máquinas e os seres vivos, falando sobre

mecanismos teleológicos e as possibilidades de controle, passando o prefixo 'ciber' a aludir a vários termos ligados ao domínio da computação e de máquinas inteligentes (MONTEIRO, 2007; CRUZ, 2021). Em 1982, o termo 'ciberespaço' foi empregado pela primeira vez no conto *Burning Chrome* do novelista William Gibson, e dois anos depois, foi popularizado no romance *cyberpunk*³⁷ do mesmo autor, denominado *Neuromancer*. Na obra, ciberespaço é definido como

Uma alucinação consensual vivenciada diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças que estão aprendendo conceitos matemáticos... uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas no não espaço da mente, aglomerados e constelações de dados. Como luzes da cidade, se afastando...(GIBSON; 2016, p.53).

Mesmo em um momento anterior ao irrompimento da teia de alcance mundial (a *World Wide Web*), Gibson já idealizava uma rede compartilhada mundialmente por computadores (GOMES; RORATO; ARAÚJO, 2009). O termo passou a ser inserido nos meios intelectuais, artísticos e acadêmicos em 1991, com o livro *Cyberspace: the first steps*, editado pelo estadunidense Michael Benedikt (MATOS, 2017).

Seja na literatura, no cinema ou em séries, muitas pessoas creem no futuro atemorizante representado na ficção científica³⁸: a mecanização da sociedade; centralização do poder de impérios tecno financeiros inexoráveis, colapsos sociais, uniformidade, deletamento de memórias, fichamento de pessoas,

³⁷ *Cyberpunk* é um subgênero da ficção científica, com um dos principais enfoques na "alta tecnologia, baixa qualidade de vida" (*high tech, low life*). Surgiu na década de 80, apresentando um mundo globalizado dominado pela tecnologia e desigualdade socioeconômica. Um dos expoentes de tal corrente, é "*Neuromancer*" de Gibson. Como pontua o professor de Comunicação André Lemos (2004), o *cyberpunk* transcende como uma corrente da ficção científica, sendo um fato social manifestado pelo *underground* da informática e pelas predisposições da contracultura. Segundo ele, "o universo da ficção-científica *cyberpunk* põe em conjunção o reino da tecnologia de ponta, da racionalidade da *hard science*, por um lado, e do subterrâneo, do poder ditatorial de mega-coorporações, de inteligências artificiais, de vírus e do caos urbano, por outro". Ver: LEMOS, André. **Ficção científica cyberpunk: o imaginário da cibercultura**. 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2004/10/11.shtml>>. Acesso 24 abr 2021.

³⁸ A trilogia australo-estadunidense de Matrix (1999; 2003; 2003) dirigido pelas irmãs Wachowski, O Fantasma do Futuro (1995), Her (2013), Ex-machina (2015), Blade Runner (1982; 2017), o documentário O Dilema das Redes (2020); e as séries Black Mirror (2011-), Phillip K. Dick's Electric Dreams (2017-), Love, Death + Robots (2019-), Years and Years (2019), Upload (2020-), são alguns exemplos cinematográficos populares de distopias que abordam as implicações dessas novas tecnologias de comunicação e informação que debatem sobre as relações entre cultura tecnologia e sociedade contemporânea, mediadas por dispositivos complexos, indo muito além de *bits* e *bytes*.

guerras de clones imbuídos nas irrefreáveis interações... (GOMES; RORATO; ARAÚJO, 2009; MONTEIRO, 2007). Não diferente do que ocorreu com outras tecnologias desde a Revolução Industrial, as opiniões sobre a internet e o ciberespaço polarizam-se em diversos discursos, respondendo a interesses distintos. Pierre Lévy (1999), um dos principais intérpretes da ciência da informação e da comunicação virtual, afirma que está ciente de que nem tudo nas redes seja bom, pedindo em sua obra sobre o tema que estejamos abertos e receptivos em relação à novidade, para que possamos compreendê-la, uma vez que

a verdadeira questão não é ser contra ou a favor, mas sim reconhecer as mudanças qualitativas na ecologia dos signos, o ambiente inédito que resulta da extensão das novas redes de comunicação para a vida social e cultural. Apenas dessa forma seremos capazes de desenvolver estas novas tecnologias dentro de uma perspectiva humanista (LÉVY, 1999, p. 12).

Na opinião do sociólogo, no romance de Gibson, o ciberespaço seria o universo das redes digitais onde ocorrem encontros, aventuras, conflitos mundiais, e onde há uma nova fronteira econômica e cultural. No entanto, para Lévy (2004), o termo diz respeito menos aos novos suportes de informação do que aos modos originais de criação e navegação no conhecimento e das relações sociais por eles proporcionadas (LÉVY, 2004; MONTEIRO, 2007). Para Lévy (2004), o ciberespaço é um vasto campo aberto que permite interconectar, fornecer interfaces para dispositivos de criação, gravação, comunicação e simulação, e não deve ser reduzido a somente um de seus componentes. Em sua obra sobre a cibercultura, Lévy (1999) também chama o ciberespaço de "redes", e o considera um novo meio de comunicação criado a partir da interconexão mundial de computadores, se vinculando não somente à infraestrutura material da comunicação digital, como também às informações que ele armazena e os seres humanos que acessam e sustentam tal universo. A cibercultura seria o conjunto de técnicas - tanto materiais como intelectuais -, das práticas, atitudes, pensamentos e valores que são desenvolvidos em conjunto com o crescimento do ciberespaço. Ela deriva da nova relação entre a técnica e a vida social propiciada pelas tecnologias digitais - seja pela Internet, celular ou outros dispositivos eletrônicos - que permitem a comunicação sem a

necessidade da presença física no âmbito do ciberespaço (LEMOS, 2002; MATOS, 2017). Nas palavras do próprio Lévy (1999),

Eu defino o ciberespaço como o espaço da comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto de sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual de informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século. (LÉVY, 1999, p. 92-93, grifo do autor).

O virtual é a chave de leitura, a principal característica do ciberespaço e de sua dimensão, sendo também o que melhor o descreve (MONTEIRO, 2004; SIQUEIRA; REIS; ROCHA *et al*, 2015). Sua compreensão é basilar para o entendimento não somente da cibercultura, como também dos processos e fenômenos vinculados às tecnologias de informação e comunicação, e seus incrementos não se restringem apenas a repercussões puramente técnicas, predispondo intensos de rotas simbólicas nos âmbitos filosóficos, sociológicos e comunicacionais (SIQUEIRA; REIS; ROCHA *et al*, 2015). Pierre Lévy (1995) situa a virtualização no interior de processos sociais mais amplos, abrangendo toda a vida social. Nas palavras do pensador francês

Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos de sensibilidade ou o exercício da inteligência. A virtualização atinge mesmo as modalidades do estar junto, a constituição do “nós”: comunidades virtuais, empresas virtuais, democracia virtual... Embora a digitalização das mensagens e a extensão do ciberespaço desempenham um papel capital na mutação em curso, trata-se de uma onda de fundo que ultrapassa amplamente a informatização. (LÉVY, 1995, p. 6).

Analisando pelo viés filosófico, Lévy refuta a polarização virtual/real, explanando a diferença entre o real e o possível, e entre o atual e o virtual³⁹. Lévy

³⁹ Para Lévy (1995), o possível é algo que está todo constituído, é um real latente fantasmagórico. É parecido com o real, mas carece a existência. O virtual é um nó de tendências e forças que chama por uma atualização, desprendido do espaço-tempo. O atual é uma solução de um problema, vinculado a um aqui e agora, além de ser concreto.

resgata em seu conterrâneo, Gilles Deleuze (2000), para reler o modo de ser virtual. Na acepção da ontologia deleuziana, o virtual possui uma realidade plena, no entanto virtual, e que deve ser entendido como uma parte estrita de um objeto real, sendo o virtual "[...] característico da Ideia; é a partir da sua realidade que a existência se produz, e é produzida formalmente" (DELEUZE, 2000, p.342). Na perspectiva lévyniana, o virtual não se opõe ao real, e sim ao atual, sendo a virtualidade e a atualidade duas maneiras de ser diferentes. Em sua obra "O que é virtual?" (1995), Lévy, se aproximando da filosofia escolástica, busca a etimologia da palavra virtual no latim medieval *virtualis*, derivado de *virtus*, força, potência. Dessarte, o virtual se coaduna com o atual e não com o real. Para Lévy, a contraposição entre real e virtual, presente no sentido comum, definindo o virtual como falso, ilusório, irreal, etc., é equivocada, pois o virtual é tudo aquilo que apresenta uma potencialidade, não exatamente uma ação tangível e dada. Com tendências ao pós-estruturalismo, Lévy entende, portanto, o virtual como potência em via de atualização com pertença ao real. Para o francês, o virtual existe em potência, e não no ato: a árvore está virtualmente presente na semente, que, em um esforço biológico transformará a sua realidade germinadora, sendo a oposição, não com o real, e sim com o atual (LÉVY, 1995; SIQUEIRA; REIS; ROCHA *et al*, 2015). Silvana Monteiro (2007) nos ilustra um outro exemplo, utilizando os novos espaços de leitura e escrita para melhor compreensão: estamos vivenciando novas formas de lidar com a escrita, em que as letras foram transformadas em *bytes* digitais, a página em branco está no campo do monitor e a caneta é o teclado. O nosso corpo (real) está separado do texto (virtual), que enquanto não for impresso (atualizado), ficará indefinidamente na virtualidade (MONTEIRO, 2007). Portanto, o virtual não "substitui" o real e sim "multiplica" as oportunidades de atualizá-lo. Como afirma Patrícia de Matos (2017), na visão filosófica levyniana, trata-se de existir sem estar presente. O ciberespaço está entre o real e o imaginário e não é necessário e suposto a existência de contato presencial entre os indivíduos. Nessa perspectiva, "o ciberespaço traduz-se, assim, num espaço virtual através do qual as relações sociais são construídas através da imaginação dos cibernautas" (MATOS, 2017, p. 168).

Retomando ao ciberespaço e distinguindo das definições expostas até então, Margaret Wertheim (2001), nos oferece um interessante paralelo a respeito do conceito de ciberespaço, partindo de pressupostos de que a cultura ocidental tem em suas origens entusiasmos para mundos virtuais. Fazendo uma analogia com o dualismo espacial da Idade Média, em que se acreditava em um espaço físico descrito pela ciência, a filosofia natural; e em um espaço não físico, metaforicamente análogo, mas não contido no domínio material, a cientista retoma essas narrativas cristãs medievais, associando-as com os discursos a respeito do ciberespaço. Segundo Wertheim (2001),

Um das engenhosas inovações do cristianismo foi sua promessa de salvação para todos, independentemente de sexo, raça ou nacionalidade. O reino do Céu estava aberto para todo aquele que abraçasse os ensinamentos de Jesus. (Evidentemente, foi também esta mesma ideologia democrática que permitiu ao cristianismo desalojar e destruir muitos sistemas de fé tradicionais.)

Como o cristianismo, também o ciberespaço está potencialmente aberto para todos: homem e mulher, Primeiro e Terceiro Mundos, norte e sul, Oriente e Ocidente. Assim como a Nova Jerusalém está aberta para todos os que seguem a senda de Cristo, assim também o ciberespaço está aberto para todos os que podem arcar com o custo de um computador pessoal e de uma taxa mensal de acesso à Internet. [...] Tal como a Cidade Sagrada, o ciberespaço é um lugar em que *teoricamente*, pessoas de todas as nações podem se misturar. De fato, muitos ciber-entusiastas gostariam de nos fazer crer que a Internet dissolve as próprias barreiras de nacionalidade, raça e sexo, "elevando" a todos igualmente ao fluxo digital. O sonho de uma comunidade global é uma das fantasias da "religião" do ciberespaço, uma versão tecnológica da fraternidade humana de Nova Jerusalém. O problema é que, diferentemente da entrada no Céu, o ingresso no ciberespaço depende do acesso a tecnologias que permanece firmemente fora do alcance de vastas faixas da população mundial.⁴⁰(WERTHEIM, 2001, p. 18-19, grifo da autora).

⁴⁰ A exclusão digital é múltipla e vem sendo caracterizada como uma nova forma de desigualdade social, oriunda da distribuição desigual dos recursos digitais e usos desiguais. Tem consequências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual do acesso a computadores e Internet, podendo ampliar, a longo prazo, as atuais desigualdades sociais, assim como criar um novo tipo de divisão social entre os grupos existentes (SORJ; GUEDES, 2005; PARK, 2017). Segundo a professora e pesquisadora sul-coreana, especialista em mídias digitais e mídia e política Sora Park (2017), a exclusão social captura múltiplas dimensões da infraestrutura, acessos e usos, indo o conceito além da falta de acesso à infraestrutura ou propriedade de dispositivos. Implica em um estado de provação de não ser capaz de usar as tecnologias digitais de forma eficaz (PARK, 2017). Para o pesquisador Marcelo Knop (2017), como as novas tecnologias de informação e comunicação se tornaram a espinha dorsal da modernidade, as pesquisas a respeito de tal temática são importantes, pois revela além das características das pessoas que possuem ou não computadores, o acesso ou não a essas novas tecnologias, além do uso contínuo ou descontínuo dessas ferramentas, adicionadas às características dos agentes envolvidos e às estruturas sociais que aportam ou não tais processos. Ele também assevera que "tem-se ampliado o caráter assimétrico e excludente do atual processo de globalização econômica, impondo novas pautas de comportamento e

Para Wertheim (2001) o ciberespaço é “[...] uma espécie de *res cogitans* eletrônica, um novo espaço para o exercício de alguns daqueles aspectos da humanidade que não se encontravam morada na imagem puramente fisicalista do mundo.” (WERTHEIM, 2001, p. 170), um espaço que propicia uma arena imaterial coletiva não no *post-mortem*, mas no aqui e agora do plano terreno.

Já Edgar Gómez Cruz (2021) entende o conceito de ciberespaço como duplamente complexo, acarretada pela união de duas palavras dotadas de diferentes significados dados em diferentes contextos: "cibernética" e "espaço". Cruz (2021) ainda afirma que

não parece ter havido uma reflexão verdadeira em torno da relação entre a cibernética e sua possível utilização como marco teórico para o estudo da cultura ou de seu espaço. Assim, obscureceu-se a procedência teórica do prefixo, passando a ser, em seu uso cotidiano, um sinônimo de “computacional em rede”, “virtual”, “não físico”, etc. Como sugere Cicognani (1998) “no termo ciber + espaço, o espaço assume o significado de ‘matéria física’, enquanto ciber lhe dá sua característica imaterial ”. (CRUZ, 2021, p.433).

Para o acadêmico mexicano, em meio as várias possibilidades de definições, de forma mais extensa, o ciberespaço se refere a um "espaço (artificial, virtual e irreal) criado para a comunicação por meio do computador" (CRUZ, 2021, p. 434). Também compara a conceituação de ciberespaço com a ponta de um iceberg, tanto por possibilitar e constituir o discurso de diferenciação entre dois espaços - o "real" e o "virtual" -; e por dar sentido ao uso de metáforas espaciais - tais como "entrar", "conectar", dentre outras - como referência a

configurando novos mercados de consumo, ou seja, incidindo de forma diferenciada sobre os indivíduos e grupos, em uma sociedade já acentuadamente desigual como a brasileira (TESTA, 2007; MATOS e CHAGAS, 2008; FERNANDEZ, 2010). TILLY (2006), por sua vez, destaca que, a partir da segunda metade do século passado, as diferenças ligadas ao capital financeiro, à informação, aos meios de comunicação e ao conhecimento técnico-científico participaram, cada vez mais, na produção de desigualdade, especialmente no plano internacional. Já neste século, esses recursos se tornaram ainda mais importantes, tanto local como internacionalmente. É também neste sentido que CHEN E WELLMAN (2005) destacam a exclusão digital como um fenômeno social multidimensional, perpassada pelas desigualdades sociais em nível global, nacional, comunitário e do indivíduo." (KNOP, 2017, p. 43). Ver: SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 72, p. 101-117, jul 2005; KNOP, Marcelo Ferreira Trezza. Exclusão digital, diferenças no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação: questões conceituais, metodológicas e empíricas. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 5, n. 2, pp. 39-58, 2017; PARK, Sora. The State of Digital Inequalities: interplay between social and digital exclusion. In: PARK, Sora. **Digital Capital**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. Cap. 3. p. 35-62; BERRÍO-ZAPATA, Cristian; SANT'ANA, Ricardo Cesar Gonçalves. **Exclusão digital**: discurso e poder sobre a tecnologia da informação. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 417 p.

muitas das práticas da internet. Corroborando com tal pensamento, retomamos a Wertheim (2001), que afirma

O que está em questão, é claro, é o significado da palavra "espaço" e o que constitui um caso legítimo desse fenômeno. [...] Na "era da ciência", muitos de nós acostumamos tanto a pensar o espaço como algo puramente físico que pode nos ser difícil aceitar o ciberespaço como um "espaço" genuíno. No entanto, o neologismo de Gibson é apropriado, pois capta uma verdade essencial desse novo domínio. Quando "vou ao" ciberespaço, meu corpo permanece em repouso na minha cadeira, mas "eu" - ou pelo algum aspecto de mim - sou transportada para outra arena, que possui sua própria lógica e geografia, e tenho profunda consciência disso enquanto estou lá. Sem dúvida é uma espécie de geografia diferente de tudo que experimento no mundo físico, mas ela não se torna menos real por não ser material. Permita-me enfatizar esta ideia: o fato de algo não ser material não significa que é irreal, como a tão citada distinção entre "ciberespaço" e "espaço real" implica. Embora destituído de fisicalidade, o ciberespaço é um lugar real. *Eu estou lá* - seja qual for o significado final desta afirmação (WERTHEIM, 2001, p. 168-169, grifo da autora).

O ciberespaço é, portanto, um local real, mas não físico. A palavra "espaço" transcende a noção fisicalista do mundo contemporâneo. Nesse ambiente, há interação, comunicação e representação, remetendo a sua etimologia de *cyber*-espaço, um espaço diferente, cibernético, que oportuniza possibilidades e implicações (MONTEIRO, 2007). Explanando melhor a ideia, uma outra característica fundamental do ciberespaço é a desterritorialização. O conceito de território, de acordo com Maria Gabriela Parenti Bicalho e Rossana Cristina Ribeiro Morais (2016) é amplo, e diz respeito ao poder, seja ele político ou simbólico, com fronteiras físicas, sociais, simbólicas culturais, subjetivas, podendo ser definido também pela sua "[...] materialidade, relações de poder, bases de produção, dimensões simbólicas, intervenções sociais e construção da subjetividade ou identidade pessoal" (BICALHO; MORAIS, 2016, p. 13). Para Lemos (2007), território é todo espaço, seja ele físico ou simbólico, que é apoderado por forças políticas, culturais, subjetivas ou econômicas. Já Félix Guattari e Suely Rolnik (1986), afirmam

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente "em casa". O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; RONILK, 2010, p. 388).

Para os autores, o território é tido como sinônimo de apropriação e subjetivação, e os processos de desterritorialização/reterritorialização são fundamentais para sua compreensão. Desterritorialização diz respeito ao deslocamento, fluxo, à descodificação de um determinado elemento, ideia ou mecanismo, que não perde a sua virtualidade (MONTEIRO, 2007; SOUZA, 2016). Já a reterritorialização se refere a "[...] (re)codificação, (re)alocação, (re)montagem e (re)colagem, que transformam e reconfiguram prática e semanticamente as espacialidades, sejam elas virtuais ou não" (SOUZA, 2016, p. 57).

André Maias e Rogério Bravo (2010) afirmam que por ser desterritorializado e internacional, o ciberespaço propicia a emergência não apenas de novas formas de sociabilidade, trocas comerciais, manifestações culturais, produções simbólicas e ativismos políticos, como também de atos de terrorismo e crime organizado, transformando as concepções tradicionais de soberania, territorialidade e cidadania em conceitos que necessitam de uma nova reconfiguração em uma sociedade cada vez mais digital. Ainda sobre esse caráter, Lemos (2007) menciona que

Ela nos coloca em meio a diversos problemas de fronteira, agravando as crises de controle e de acesso, influenciando em todas as demais formas de desterritorializações contemporâneas. A desterritorialização informacional afeta a política, a economia, o sujeito, os vínculos identitários, o corpo, a arte. A internet é, efetivamente, máquina desterritorializante sob os aspectos político (acesso e ação além de fronteiras), econômico (circulação financeira mundial), cultural (consumo de bens simbólicos mundiais) e subjetivo (influência global na formação do sujeito). Estão em marcha processos de desencaixe e de compressão espaço-tempo na cibercultura. (LEMOS, 2007, p. 6)

Em suma, André Lemos (2007) aponta que o ciberespaço tem sua origem em um espaço estriado, institucional (DELEUZE; GUATTARI, 1997), controlado e vigiado em um território militarizado e industrializado. É comandado por mecanismos técnicos e regulado por instituições governamentais e privadas. No entanto, ele passa a ser desterritorializado pelas dinâmicas sociais e políticas, e através de ações ciberativistas, *blogs*, *softwares* sociais, redes P2P⁴¹,

⁴¹ Rede P2P, ou *peer-to-peer* (par a par ou ponto a ponto, em português), diz respeito a rede de computadores que compartilham arquivos pela internet, em que cada usuário é uma espécie de servidor de arquivos, trocados diretamente entre outros usuários, permitindo o compartilhamento de serviços e dados sem a necessidade de um servidor central.

movimentos por *softwares* livres, comunidades virtuais, este espaço é ressignificado, reterritorializado (LEMOS, 2007). Assim, o ciberespaço pode ser interpretado como "[...] um mecanismo de liberação da emissão, de reconfiguração cultural e de sociabilidade coletiva em rede é a potência para a criação de linhas de fuga em um espaço de controle informacional", acarretando readaptações na indústria do entretenimento e cultura massiva (LEMOS, 2007, p. 7).

A desterritorialização também trouxe consequências nos laços sociais e espaços de interação, alterando a noção de localidade geográfica das relações sociais, embora a internet não tenha sido a pioneira nesse processo (RECUERO, 2006). Marshall McLuhan (1964) já afirmava que com o advento dos meios de transporte e de comunicação, se iniciou o processo de expansão das interações sociais, com as cartas, telefone e de outros meios de comunicação mediada iniciaram as trocas comunicacionais independentes da presença, dando início à desterritorialização dos laços sociais. No entanto, com o advento da comunicação mediada pelo computador, associada a sua influência na sociedade e na vida cotidiana, as pessoas passam a buscar novas formas de conectar-se e estabelecerem relações, possibilitando o surgimento de grupos sociais na Internet, com características comunitárias, formando novas formas de sociabilidades e gerando novos laços sociais mantidos à distância, como afirma Raquel Recuero (2006).

Compreendendo ainda as relações entre indivíduos, e como a comunicação mediada por computador modifica a sociabilidade, a docente ainda define um conceito também importante para esse trabalho: o de redes sociais. Com a atual revolução cibertecnológica da comunicação e ampliação da cibercultura, essas interações são estendidas para as redes.

Segundo Recuero (2006), "uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) localidade geográfica das relações sociais" (RECUERO, 2006, p. 26). As redes sociais se caracterizam pela complexidade da interconexão entre os indivíduos e vinculam-se à percepção de um grupo social estabelecido pela sua estrutura, a "rede", que é geralmente oculta e se manifesta nas interações (RECUERO, 2017). Essas estruturas

possuem um papel imprescindível tanto no comportamento, como na visão de mundo desses indivíduos, influenciando e sendo influenciada por esses atores sociais. A rede dentro da qual qualquer indivíduo está inserido (ou seu grupo social) é também a responsável por uma grande parcela de influência sobre esse indivíduo. O lugar de alguém na estrutura social advém de uma série complexa de relações, da qual emergem normas, oportunidades e, inclusive, limitações. (RECUERO, 2017).

Diferente do pronunciado pelo senso comum, que denomina ferramentas sociais digitais como o Facebook, Twitter, etc., como "redes sociais", os conceitos não são sinônimos. Assim, o Facebook por si só não apresenta redes sociais, mas a forma como as pessoas se apropriam dele possibilita

[...] desvelar redes que existem ou que estão baseadas em estruturas sociais construídas por essas pessoas (muitas vezes, de modo diferente daquele previsto pela própria ferramenta). Uma vez que passem a usar o Facebook, os atores criarão ali redes sociais que passarão a ser exibidas por ele. (RECUERO, 2017, p. 12-13)

Os "sites de rede social", são então ferramentas sociais na Internet aptas a publicizar e influenciar as estruturas sociais (RECUERO, 2017). O termo, cunhado pelas docentes e pesquisadoras estadunidenses danah boyd⁴² e Nicole Ellison (2007) é definido como

Serviços baseados na Web que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou sem público dentro de um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros usuários com quem eles compartilham uma conexão e (3) visualizar e cruzar sua lista de conexões e aquelas feitas por outras pessoas dentro do sistema. A natureza e a nomenclatura dessas conexões pode variar de site para site. (boyd; ELLISON, 2007, p. 211, tradução nossa).

Dessarte, os sites de redes sociais ampliam as conexões sociais existentes no espaço *offline*, permitindo que apareçam em larga escala, como também auxiliam na sua manutenção, e corroboram para os debates públicos devido às suas especificidades de interação entre os e as usuárias (RECUERO, 2017) sendo um terreno ideal para o advento de comunidades instantâneas de práticas transformadoras (SOUSA; RACHIT, 2019).

⁴² Nome escrito em minúsculo, pois segundo a pesquisadora, reflete "o equilíbrio original de minha mãe e satisfaz minha própria irritação política com a importância das letras maiúsculas". boyd, danah. **What's in a name?** s/d. Disponível em: <http://www.danah.org/name.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Acreditamos também ser importante assinalarmos as distinções entre rede social e comunidade virtual para seguirmos o debate teórico. Enquanto as redes sociais são amplas e sem um direcionamento pontual, as comunidades virtuais seriam uma tentativa de definir os agrupamentos sociais no ciberespaço, através de laços fortes entre aqueles e aquelas que a integram, além de diálogos constantes e permanentes (RECUERO, 2006; ROSSA, 2017). O conceito de comunidade virtual foi popularizado na obra de Howard Rheingold (1993). Para o docente, o termo diz respeito à associação sociocultural reiteradamente formada por indivíduos que compartilham de interesses, metas e apoio mútuo no ciberespaço. Sobre comunidades virtuais, Pierre Lévy (1999) ainda acrescenta que são construídas sobre "[...] as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais." (LÉVY, 1999, p. 127).

Nesse sentido, a cibercultural, imersa em um espaço digital abastado de informações, potencializa o que é próprio da dinâmica cultural - o compartilhamento, distribuição, cooperação e apropriação de bens simbólicos (LEMOS, 2004; ROSSA, 2017). Essa conexão entre usuários e usuárias com o computador possibilitou um ambiente de mediações de interação inédito, permitindo tanto a publicação e ampliação das redes, como também novas conexões e formas de circulação e informação e núprios modos de interação, propiciando o surgimento de novas formas de conversação, sejam elas coletivas, síncronas ou assíncronas, públicas, abarcando um grande número de atores e atrizes (RECUERO, 2012; MARTINS; NUNES, 2019). E, afirma Recuero (2012), diferente das anteriores, as conversações no espaço digital, concebidas no âmbito das redes sociais *on-line*, se espalham por outros espaços e grupos sociais, podendo ser amplificadas pelas conexões das pessoas envolvidas, adquirindo novos contextos, priorizando ideais e lutas próprias, que explanaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 - ATIVISMOS DIGITAIS

Como vimos anteriormente, o real não se dissocia do virtual, e portanto os impactos do mundo virtual não podem ser decompostos dos processos sociais e políticos *offline*, que são afetados pelas novas formas de comunicação *on-line*. O sociólogo Bernardo Sorj (2016) nos lembra que as transformações sociais, sejam elas de ordem do trabalho ou do consumo, assim como os processos de individualização, mudanças socioculturais, aliadas às rupturas ideológico-políticas, são anteriores à eclosão da comunicação através da Internet, sendo que essa última é influenciada por essas tendências preexistentes, assim como as modifica. Adicionalmente, Lemos (2018) afirma que estamos em uma nova fase da era da informação, marcada pela transformação de átomos em *bits* e pela convergência tecnológica e ampla informatização das sociedades contemporâneas. E essa nova etapa, que o autor chama de “era da conexão”, é identificada pela emergência da computação ubíqua (possibilitando estar em vários lugares ao mesmo tempo), pervasiva (com a inserção de chips em objetos e equipamentos que passam a trocar informações) ou senciente (propiciando a interconexão de computadores e objetos por meio de sensores que passam a se reconhecer de maneira autônoma e a trocar informações) (LEMOS, 2018).

Ademais, as redes sociais digitais possuem uma grande capacidade de convocação, consequência lógica do seu potencial de disseminação. De acordo com Noelia García-Estévez (2017), não é possível entendermos o ciberativismo sem compreender o desenvolvimento e aplicações da web 2.0, tratado no capítulo anterior, considerando também a importância das redes sociais. Para a pesquisadora, as redes sociais representam muito mais do que pontos de encontro, sendo novas formas de expressão que possibilitam a mobilização e dinamização da opinião pública, onde cidadãos e cidadãs têm acesso a grandes quantidades de informações, que não são mais canalizadas exclusivamente pela mídia tradicional, pelos discursos políticos ou institucionais. E essa viralidade é basilar, uma vez que permite que a mensagem se espalhe muito rápido a um custo baixo (GARCÍA-ESTÉVEZ; 2017). A Internet se torna então um espaço público, onde é possível se manifestar, potencializando a repercussão das causas e ideias.

Com a disponibilidade das informações na Internet, Castells (2013) afirma que há uma maior ânsia por lutas em prol de mudanças, já que a velocidade da Internet permite que as pessoas estejam cada vez mais conectadas, transformando a forma de fazer política e de engajamento em causas sociais. Cleiton Lixieski Sell e Jeano Saraiva Corrêa (2018) afirmam que o ciberespaço deu voz a um número maior de internautas, que colaboram e interagem entre si, conscientizando-os de sua cidadania. Entendem também as redes como "um conceito propositivo e, a partir não mais da hierarquização do poder entre os participantes, mas das relações mais horizontalizadas, abertas ao pluralismo político-cultural" (SELL; CORRÊA, 2018, p. 55).

Os docentes Fábio Malini e Henrique Antoun (2013) afirmam que o ativismo das comunidades virtuais criou o ciberespaço, proletarizando a Internet através da ação de organizações não-governamentais, das militâncias dos movimentos de gênero, racial, LGBTQIA+, ambiental, anárquico, dentre outros, que criaram um novo povoamento e um novo espaço na Internet. Em comparação com as reivindicações, sobretudo da década de 60, com os movimentos dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, feministas e LGBTQIA+, afirmam que

hoje os jovens precários padecendo de uma juventude interminável, de uma educação permanente, mas capazes de inventar as novas relações que constituem o mundo cansaram de ser objeto da promessa de ganhos mirabolantes escondidos ao final de grandes maratonas. Gostam de compartilhar, querem colaborar livremente entre seus coletivos e exigem que lhes seja devolvida a franqueza com que se relacionam com os estados, as corporações e as instituições. Se as condições para o jogo da franqueza social são o anonimato e o vazamento, eles estão dispostos a inundar as ruas e as praças, sobrecarregar as redes sociais e informacionais exigindo honestidade e transparência na governança, condições mínimas para aceitação da governamentalidade (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 209).

O intuito desse capítulo é a explanar a complexidade do ciberativismo, tanto através de seu conceito, como também através de alguns exemplos, para depois compreender a tomada das ruas por esses movimentos.

3.1 O conceito de ciberativismo

Bernardo Sorj (2016) distingue três grandes ondas na formação da sociedade civil. A primeira, construída a partir de ideologias políticas com visões do conjunto da sociedade, composta por organizações que refletiam amplos

setores sociais, correntemente vinculadas em torno de interesses socioeconômicos ou profissionais, e com líderes nomeados por seus membros. Já a segunda onda, é caracterizada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), constituída por diversas organizações que respaldam suas legitimidades nos valores morais das causas defendidas, tais como direitos humanos, meio ambiente, questões de gênero e sexualidade, dentre outras. A terceira, por sua vez, se institui no mundo virtual, integradas por cidadãs e cidadãos que expõem suas opiniões (geralmente pessoais), nas redes sociais, e a comunicação, predominantemente através de mensagens curtas ou de imagens, tendem a mobilizar sentimentos e atitudes reativas. E para o autor, essas ondas se sobrepõem e influenciam mutuamente, tendendo a ocupar espaços anteriores, seja no formato organizacional, como também nos conteúdos das mensagens (SORJ, 2016). Portanto, o mundo *offline* tem um papel fulcral no mundo virtual, intervindo diretamente nas redes sociais, assumindo movimentos de opinião e mobilizações, suscitadas e/ou produzidas no mundo virtual, com atores e atrizes *offline* que desempenham papéis centrais nesses espaços de virtualidade.

Ciberativismo, é também denominado como ativismo na internet, ativismo na *web*, ativismo *on-line*, dentre outros. Se fundamenta no uso de tecnologias da informação e comunicação com o propósito de alcançar metas ou lutar contra as injustiças através da internet. E devido à sua comunicação rápida e eficaz, além da capacidade de disseminar informações específicas para grandes públicos, possibilita também a coordenação, sendo um canal adicional de comunicação para grupos, organizações e movimentos sociais (RIGITANO, 2003; BECKER, 2010; GARCÍA-ESTÉVEZ, 2017).

Há críticas de céticos quanto a esse tipo de ativismo, usando termos de forma depreciativa, tais como "ativismo de sofá", "superficial", "*slaktivismo*" ou "ativismo preguiçoso" (em inglês o "*slacktivism*", juntando as palavras *slacker*/preguiçoso e *ativism*/ativismo)⁴³. Alguns exemplos que incluem curtir

⁴³ Sorj (2016) afirma que quando nos deparamos com a bibliografia a respeito dos impactos do mundo virtual, encontramos duas vertentes. Os "otimistas", que enfatizam as NTICs como novas possibilidades de comunicação horizontal entre os e as usuárias, além de eliminarem a distância física, possibilitando a abertura de novos canais alternativos de informação. E, por outro lado, há os "pessimistas", que apreendem os impactos da Internet como destruidores da privacidade, coletando dados que permitem a manipulação e controle por parte dos Estados e de empresas,

uma postagem ou página para mostrar apoio a um grupo de interesse no Facebook, assinar petições *on-line*, comentar usando *hashtags*, usar filtros nas fotos de perfil (ou mais recentemente, figurinhas nas fotos) para apoiar causas e/ou celebrar data⁴⁴ dentre outros. Para os críticos, esse tipo de ativismo pode prejudicar a democracia, afetando ações cívicas "reais", tais como protestos, voluntariado e caridade, podendo inclusive substituir outras ações cívicas, uma vez que o desejo interno de agir das pessoas passa a ser satisfeito com a participação em ações *on-line* (LEE; HSIEH, 2013; JAIME, 2017). No entanto, não aderindo a um determinismo tecnológico, é imprudente desconsiderar esse novo fenômeno social [o ciberativismo] e as redes sociais digitais como ferramenta e agentes para mudanças políticas e sociais que impactam a vida *offline*, até mesmo porque, como vimos, o virtual e o real se complementam e são indissociáveis (SAVAZONI; COPELLO, 2016; JAIME, 2017).

Como aponta Suely Ferreira Deslandes (2018), o conceito de ativismo digital ou ciberativismo engloba uma série de fenômenos diversos, embora mantenham certa sinergia entre si. Manuel Castells (2000) foi um dos antecipadores ao pensar o ativismo na Internet como uma nova forma de atuação político-social à disposição dos movimentos sociais atuais, em que “o ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” (CASTELLS, 2003, p. 114). O sociólogo espanhol entende o ciberativismo como uma forma de

assim como o empobrecimento do debate político, e da manutenção das estruturas de poder por grandes empresas e poder político do mundo real no virtual. Concordamos com o sociólogo de que ambas posições se referem a fenômenos reais e que o ciberativismo é influenciado por ambas as tendências.

⁴⁴ Para alguns exemplos de filtros temporários, ver: BUGORKOVA, Olga; TANTAWI, Ghada. Filtro arco-íris do Facebook é criticado na Rússia e no Oriente Médio. **BBC News Brasil**. [on-line], 30 jun. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150630_facebook_arco_iris_rb. Acesso em: 20 nov. 2021; CAÇÃO, Sofia. A moda dos filtros solidários no Facebook. **Observador**. [on-line], 17 nov. 2015. Disponível em: <https://observador.pt/2015/11/17/moda-dos-filtros-solidarios-no-facebook/>. Acesso em: 20 nov. 2021; alguns mais recentes: ASCOM ADUFG-SINDICATO. **Em defesa de vacinação contra a Covid-19, Adufg-Sindicato lança novo filtro no Facebook**. 2021. Disponível em: <https://www.adufg.org.br/noticias/2-noticias/9197-em-defesa-de-vacinacao-contra-a-covid-19-adu-fg-sindicato-lanca-novo-filtro-no-facebook>. Acesso em: 20 nov. 2021; INSTAGRAM lança os adesivos 'Vacinas Salvam Vidas' para Stories. **Estado de Minas**. [on-line], 27 abr. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2021/04/27/interna_tecnologia,1260945/instagram-lanca-os-adesivos-vacinas-salvam-vidas-para-stories.shtml. Acesso em: 20 nov. 2021.

utilização da Internet, seja por grupos ou indivíduos, fomentando suas ações políticas nos multiversos midiáticos viabilizados pela rede (CASTELLS, 2000).

Sandor Vegh (2003) define o ativismo *on-line* como

um movimento politicamente motivado que conta com a Internet. O cenário é bastante simples: os ativistas agora aproveitam as vantagens das tecnologias e técnicas oferecidas pela Internet para atingir seus objetivos tradicionais. Suas estratégias são aprimoradas ou baseadas na Internet. No primeiro caso, a Internet é usada apenas para aprimorar as técnicas tradicionais de *advocacy*, por exemplo, como um canal adicional de comunicação, sensibilizando além do possível antes da Internet, ou coordenando ações de forma mais eficiente. No último caso, a Internet é usada para atividades que só são possíveis *online*, como um *sit-in* virtual⁴⁵ ou invasão de sites alvo. O ativismo *online* é composto por ações pró-ativas para atingir um determinado objetivo ou por ações reativas contra os controles e as autoridades que os impõem (VEGH, 2003, p. 71-72, tradução nossa, grifo nosso).

Vegh (2003) também classifica três categorias do ativismo *on-line*, segundo seus objetivos e funções, a saber: conscientização/advocacy; organização/mobilização; e ação/reação. E tanto indivíduos como organizações podem ser incluídos em uma categoria específica, como também podem desenvolver ações que abarquem as três categorizações (RIGITANO, 2003). No primeiro caso, o propósito é conscientizar e apoiar causas via difusão de informações pela internet (RITANO, 2003; DINIZ; CALEIRO, 2011). Enquanto os canais tradicionais de informações podem ser controlados por aqueles cujos interesses são opostos aos dos e das ativistas, a internet atua como uma fonte alternativa de notícias e informações, fornecidas por indivíduos e organizações independentes, que geralmente focam em eventos e questões que são subnotificados, silenciados ou mal relatados nas mídias tradicionais (VEGH, 2003). Com essa difusão, pessoas em diversas partes do mundo tomam conhecimento das questões tratadas e até desconhecidas, e passam a apoiar e até mesmo mobilizar em prol de tais causas. Maria Eugenia Cavalcanti Rigitano (2003) menciona que nessa categoria podemos enquadrar a maioria das

⁴⁵ *Sit-in* virtual ou bloqueio virtual é uma tática usada por ativistas da Internet para inibir ou interromper o tráfego de um determinado site. Os participantes tentam realizar um ataque de recusa de serviço - no qual milhares de ativistas acessam um determinado site da Web por meio de computadores e outros dispositivos eletrônicos simultaneamente, sobrecarregando o tráfego do site, acarretando a redução do desempenho do servidor do site ou o desligando-o completamente. O nome do termo é derivado das manifestações não violentas durante o Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos durante os anos 1950 e 1960. Ver: VIRTUAL SIT-IN. In: BRITANNICA, The Encyclopedia Britannica, 2021. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/virtual-sit-in>>. Acesso em: 22/11/2021.

organizações ativistas, que tem como objetivo proteger e reivindicar os direitos de grupos marginalizados, tais como minorias étnicas e mulheres. Dentre exemplos, podemos citar as campanhas promovidas pela Anistia Internacional⁴⁶, cujo portal fornece informações extensas sobre direitos humanos em países específicos; assim como a Associação Revolucionária de Mulheres do Afeganistão (RAWA, do inglês *Revolutionary Association of the Women of Afghanistan*)⁴⁷, que reporta na internet abusos sofridos por afegãs, através de vídeos que retratam torturas e abusos de poder, além de execuções femininas no país (RIGITANO, 2003).

Com relação à segunda categorização, organização/mobilização, Vegh (2003) elenca três formas de mobilização: i) para convidar pessoas para ações offline, através de *e-mails* com as informações do movimento, tais como data, hora, local, dicas de comportamento durante a manifestação; ii) para ações que geralmente ocorrem *offline*, mas que podem se tornar mais eficiente na internet, como por exemplo, enviar *e-mails* para autoridades como forma de protesto e abaixos assinados *on-line*; iii) para organizações e mobilizações que são exclusivamente *on-line*, tais como campanhas massivas coordenada de *spam*, que saturam propositalmente o servidor, interrompendo-o. Sendo que esse último se vincula à próxima categoria.

Já a terceira categoria do ativismo *on-line*, ação/reação, é também conhecida como ativismo *hacker* ou "*hacktivism*", que abrange diversos tipos de atos, desde a invasão e congestionamento de sites até crimes virtuais e ciberterrorismo (RITANO, 2003; VEGH, 2003; DINIZ; CALEIRO, 2011). É um tipo de ativismo em rede que tem no *hacking*⁴⁸ sua técnica essencial em prol de

⁴⁶ <https://www.amnesty.org/>

⁴⁷ Segundo site da organização, a RAWA "[...] é a única organização política/social feminista das mulheres afegãs, anti-fundamentalista, que luta pela paz, liberdade, democracia, e pelos direitos das mulheres no maligno fundamentalismo afegão." Para mais informações, acesse: <http://www.rawa.org/>

⁴⁸ Como bem pontua a filósofa Maísa Martorano Suarez Pardo (2020), há um campo de disputas há décadas acerca do *hacker* e de suas práticas, o *hacking*. Se inicialmente o termo *hacker* dizia respeito às pessoas que desenvolviam sistemas de computação e programas, estruturando a Internet, cujo trabalho possibilitou os computadores e a própria internet, posteriormente, há uma relação quase que imediata de ilegalidade e criminalidade quando pensamos nas pessoas (*hackers*) e suas práticas (*hacking*). "É válido notarmos que algumas distinções e disputas dentro da comunidade hacker não são mais tão acirradas como eram nos anos 1990 e início dos anos 2000. Nessa época, havia disputas e uma tendência a impor uma definição única ao termo *hacker* como programadores e entusiastas da tecnologia, buscando manter uma

uma causa política, em que usuários com conhecimentos avançados de informática e conhecimento nas NTICs e redes, se apoderam ou interceptam tecnologias, baseados no valor social e político da tecnologia, entendendo-a como mediadora imprescindível para o surgimento de novas formas de sociabilidade, além de suas implicações sociais (WRAY, 1998; GUALDRÓN, 2006; GARCÍA-ESTÉVEZ, 2017). Para García-Estévez (2017), os pontos de partida dos *hacktivistas* coincidem com os princípios prescritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Dentre exemplos, podemos mencionar o *Wikileaks*, uma organização transnacional de mídia sem fins lucrativos, criada pelo ativista australiano e porta-voz da organização Julian Assange, em 2006. A organização é responsável pela publicação de vários documentos confidenciais, tanto estatais como empresariais, abordando assuntos como corrupção, crimes de guerra, espionagem, lavagem de dinheiro, atentado aos direitos humanos, dentre outros assuntos de interesse público. Um outro exemplo é o *Anonymous*, que rejeita a alcunha de organização ou grupo, tratando-se de uma "ideia e uma forma de ação compartilhada por uma ampla, difusa e heterogênea rede de grupos e indivíduos atuando em todo o mundo" (MACHADO, 2013, p. 21). Não há lideranças centrais e nem uma localização geográfica. Sua atuação já se fez presente em acontecimentos políticos nos Estados Unidos, logo após o *Anonymous* ter defendido o *Wikileaks*, quando vazaram informações da empresa HBGary, que havia sido contratada pelo governo estadunidense para investigar os *hacktivistas*. O vazamento de informações revelaram práticas ilícitas que

distância daqueles a que se referiam como *crackers* – indivíduos especializados em quebras de códigos e invasão de sistemas, dentre outras atividades. Essas distinções não apenas são ignoradas pela população geral, como também podem não fazer sentido, na medida em que parecem impor, de partida, uma distinção moral: o bom *hacker* é apenas programador e desenvolvedor, um entusiasta do *software* livre, e o *cracker* é quem quebra códigos e faz testes de penetração, o mau *hacker*. Categorizar os indivíduos como se todas suas ações fossem inteiramente boas ou más não parece ser a melhor maneira de lidar com o fenômeno: um mesmo hacker pode se engajar nas mais diferentes ações. Em outras palavras, o excesso de rigidez na terminologia impõe uma limitação ao indivíduo que a atividade não suporta. Assim, parece preferível darmos atenção aos diferentes tipos de atividades e às diferentes motivações que levam seus agentes a elas." (PARDO, 2020, p. 149-150, grifo da autora). Ver: MACHADO, Murilo Bansi. **Por dentro dos Anonymous Brasil: poder e resistência na sociedade de controle.** 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013; PARDO, Maísa Martorano Suarez. Democracia Hackeada: hacking, legitimidade e opinião pública. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 16, n. 30, p. 141-176, 2020.

acarretaram um pedido de comissão parlamentar de inquérito no Congresso estadunidense. Também teve participação no movimento *Occupy Wall Street* e na Primavera Árabe, corroborando com a queda de vários regimes em países no norte da África. (MACHADO, 2013).

De forma a complementar a complexidade das formas de ativismos na web, José Marques de Vasconcelos Filho e Sérgio Coutinho (2016) afirmam que dentre as expressões chave para lidar com o contexto em que se encontram as lutas políticas do século XXI encontramos: *crowdfunding*, *crowdsourcing*, *crowdacting*. Tais termos buscam na multidão (*crowd*) formas de criar ideias e solucionar problemas de maneira participativa.

O *crowdfunding* diz respeito a formas de patrocínio coletivo, seja de pequenas causas a grandes eventos culturais, possibilitando que pessoas com baixo poder aquisitivo ou em condições sociais carentes, consigam ter experiências que antes achavam inconcebíveis (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2016; GULKA, 2016). É um espaço ou iniciativa em que pessoas ou grupos que possuem ideias, mas não tem como expô-las, dialogam e recebem contribuições intelectuais e financeiras para concretizá-las. Neste sentido, podemos citar a plataforma *Kickstarter*, considerado por Iuri Bolesina e Luciano Araújo Migliavacca (2016) tanto como um meio de arrecadação de dinheiro, mas sobretudo como local que enseja a construção e aproximação de comunidades, facilitando a participação e o acesso, além de fomentar a cidadania ativa.

No Brasil, temos os exemplos do Vakinha, Queremos e Catarse, fortemente enraizados na vertente do financiamento cultural. Dentre exemplos, podemos citar o projeto de *crowdfunding* "Jornada pela Democracia – Todos por Dilma" na plataforma Catarse⁴⁹, durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Foi idealizado por Guiomar Silva Lopez e Maria Celeste Martinez, que lutaram contra a ditadura militar na década de 70 no país, juntamente com a ex-presidenta. Foi a terceira maior da história do *crowdfunding* no Brasil, arrecadando R\$ 791.996, 58% a mais do que a meta, que era de R\$ 500 mil, quando a campanha foi lançada, em 29 de junho de 2016.

⁴⁹ Ver: JORNADA pela Democracia - Todos por Dilma. 2016. Disponível em: <https://www.catarse.me/Dilma>. Acesso em: 05 out. 2021.

O objetivo era o direito de mobilidade de Dilma, custeando as viagens da presidenta pelos diversos estados do país, para que pudesse lutar junto aos cidadãos e cidadãs brasileiras contra o possível impeachment, na tentativa de manter o mandato presidencial. Na época, devido às medidas restritivas, a Casa Civil determinou que a presidenta só poderia se locomover usando aeronaves oficiais no trecho entre Brasília e Porto Alegre. Do total, 11.471 pessoas fizeram doações *on-line* pela plataforma, e do valor total, 13% foi a taxa do Catarse, e 4% foram para impostos. Embora seja um projeto que abarca uma série de especificidades, expressa o papel do modelo e a sua implicação em ações sociopolíticas⁵⁰.

Já no *crowdsourcing*, um indivíduo, instituição, organização não governamental ou empresa preconiza para um grupo de indivíduos heterogêneo com conhecimento variado e diverso a se comprometerem voluntariamente a uma tarefa, seguindo a premissa da união para a solução de problemas, desenvolvimento de projetos ou promoção de inovações no espaço virtual (SANTOS; ROCHA, 2019). O termo remete à colaboração, produção coletiva e

⁵⁰ Dentre outros exemplos de *crowdfunding*, o caso do refugiado sírio Jadallah Al Ssabah, em 2008, que além de ter sido vítima de um estelionato. Sem saber e com português pouco fluente, alugou um terreno que estava abandonado para montar um restaurante. Após a reforma e compra dos equipamentos, no dia da abertura, a prefeitura removeu arbitrariamente todos os pertences, e Jadallah foi vítima da truculência da Guarda Civil Metropolitana. O vídeo com conteúdo de violência gráfica viralizou nas redes, e através do site Vakinha, foram arrecadados R\$ 36.025,11, R\$ 21 mil a mais do que a meta original, para ajudá-lo a recuperar uma parte do dinheiro investido e abrir um novo estabelecimento. Para mais informações sobre o caso, acesse: CAMPANHA para ajudar refugiado sírio agredido por guardas em SP passa de R\$ 23 mil. 2018. Disponível em: <https://buzzfeed.com.br/post/campanha-para-ajudar-refugiado-sirio-agredido-por-guardas-em-sp-passa-de-rusd-23-mil>. Acesso em: 15 out. 2021; AJUDE Jadallah a recomeçar. 2018. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-jadallah-a-recomecar>. Acesso em: 15 out. 2021. Em 2017 também houve uma colaboração monetária para ajudar a família do estudante Mateus Ferreira, agredido por um policial militar durante um protesto em Goiânia. O estudante foi submetido a cirurgias neurológicas e teve a clavícula imobilizada, sequelas na visão e olfato reduzido. As doações eram para a compra das passagens, estadias e futura recuperação do estudante. Do total, foram arrecadados R\$ 39.392, como pode-se ver na plataforma FORÇA, Mateus! 2017. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/forca-mateus>. Acesso em: 15 out. 2021. Recentemente, em 2020 já no contexto da pandemia pelo novo Coronavírus, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) lançou o "Fundo de emergência para Sem-Tetos afetados pelo coronavírus", visando o apoio a famílias que vivem nas periferias em situação de vulnerabilidade, arrecadando recursos para a compra de alimentos, refeições e marmitas, kits de higiene e limpeza, álcool em gel e máscaras para milhares de sem-teto nas periferias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Roraima, Goiás e Distrito Federal. Ao total, foram angariados R\$ 1.247.088,31. Ver: FUNDO de emergência para Sem-Tetos afetados pelo coronavírus. 2020. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/ajude-os-sem-teto-a-enfrentar-o-coronavirus>. Acesso em: 15 out. 2021.

democrática, processos cooperativos, voluntários, gratuitos e de autoria não identificada, sustentando que o conhecimento reunido possa melhorar a vida de muitas outras pessoas (CONTIPELLI, 2013; VIEIRA, 2013; VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2016; GULKA, 2016). A Wikipédia é um exemplo de *crowdsourcing*, como promulga em sua página

é um projeto de enciclopédia multilíngue de licença livre, baseado na web e escrito de maneira colaborativa. O projeto encontra-se sob administração da Fundação Wikimedia, uma organização sem fins lucrativos cuja missão é "empoderar e engajar pessoas pelo mundo para coletar e desenvolver conteúdo educacional sob uma licença livre ou no domínio público, e para disseminá-lo efetivamente e globalmente". Integrando um dos vários projetos mantidos pela Wikimedia, os mais de 51 milhões de artigos (1.074.732 em português, até 4 de outubro de 2021) hoje encontrados na Wikipédia foram escritos de forma conjunta por diversos voluntários ao redor do mundo. Quase todos os verbetes presentes no sítio eletrônico podem igualmente ser editados por qualquer pessoa com acesso à internet e ao endereço eletrônico. (WIKIPEDIA, 2021).

Outros exemplos de *crowdsourcing* podem ser encontrados no Instituto Dana Farber, referência mundial em pesquisas e tratamento de câncer, vinculado ao Harvard Cancer Center. Em um esforço coletivo, entre as e os pesquisadores do instituto e demais outros hospitais, além da *Harvard Business School* e do *Laboratory for Innovation Science em Harvard*, em colaboração com a Topcoder, empresa voltada para designers, desenvolvedores, cientistas de dados e programadores competitivos, estão desenvolvendo através de algoritmos baseados nas tomografias computadorizadas, inteligências artificiais capazes de identificar tumores nas tomografias em questão de segundos e com alta precisão⁵¹. Igor Ajouz (2017) menciona o *crowdsourcing* no âmbito constitucional, com a plataforma chilena *La Constitución de todos*⁵². Criada em 2015, trata-se de uma ferramenta tecnológica para a promoção do diálogo e da educação em torno da Constituição do Chile, em que é possível ler e comentar cada um dos artigos, além de votar contra ou a favor, e propor uma redação diferente. De acordo com informações disponíveis na plataforma, se trata de uma

⁵¹ Ver: CROWDSOURCING Used to Develop an Artificial Intelligence-Based Solution for Radiation Therapy Targeting Matches Harvard Expert. 2019. Disponível em: <https://ish.harvard.edu/news/crowdsourcing-used-develop-artificial-intelligence-based-solution-radiation-therapy>. Acesso em: 08 out. 2021.

⁵² Ver: LA CONSTITUCIÓN de todos: una plataforma para crear la constitución de todos, entre todos. una plataforma para crear la constitución de todos, entre todos. 2015. Disponível em: <https://laconstituciondetodos.cl/>. Acesso em: 15 out. 2021.

iniciativa de trabalho plural, com diferentes afinidades e interesses, sem agravo da participação dos membros nas diversas organizações. No Brasil, para além das mobilizações através das redes sociais como o Twitter⁵³, outros instrumentos de manifestação popular estão sendo aplicados, como a subscrição de petições públicas em consultas abertas em plataformas *on-line*, "reconhecendo a força e o ímpeto da colaboração cívica, a Câmara dos Deputados mantém uma página vocacionada ao *crowdsourcing*, com prováveis repercussões sobre as deliberações atinentes à 3.367 Propostas de Emenda Constitucional [...]" (AJOUZ, 2017, p. 625).

O *crowdacting* por sua vez, a qual nos ateremos neste trabalho, refere-se à mobilização das pessoas para ações reais, utilizando os meios digitais para tal (VASCONCELOS FILHO; COUTINHO, 2016; GULKA, 2016). Em outras palavras, é a levada do ativismo das redes para as ruas.

3.2 - Da internet para as ruas

Há um consenso bibliográfico acerca do marco do ciberativismo: em 1994, no México, durante o Levante Zapatista ou Revolta de Chiapas, no mesmo período em que a *World Wide Web* se popularizava entre as e os usuários de computadores pessoais. A utilização da internet pelo movimento zapatista, é tida como inspiração de resistência, sendo um dos primeiros movimentos sociais a usar a internet para o ativismo global. A comunicação e a prática midiática tiveram papéis centrais, sendo que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) catalisou várias mobilizações sociais ao redor de questões de discussões que envolviam o movimento indígena de Chiapas e a crítica contrária ao neoliberalismo, disseminando informações sobre o movimento, divulgando suas causas, buscando apoio da sociedade civil e a formação de uma rede de solidariedade internacional (RIVELLO; PIMENTA, 2008; ALCÂNTARA, 2015;

⁵³ Inclusive, o protótipo do Twitter surgiu dentro do âmbito militante. Sob o nome TXTMob, criado em 2004 pelo *Institute for Applied Autonomy* (em português, Instituto de Autonomia Aplicada), um coletivo ativista de artistas anônimos, conhecido por empregar tecnologia em protesto, foi desenvolvido para organizar manifestações contra a convenção nacional do Partido Republicano, nos Estados Unidos. Dois anos depois, de seu desdobramento, foi lançado o Twitter como o conhecemos, mas que mantém o "DNA ativista", quando analisamos seu uso nas manifestações contemporâneas, inclusive nas aqui trabalhadas (COSTA, 2018). Ver: HIRSCH, Tad; HENRY, John. TXTmob: text messaging for protest swarms. **CHI'05 extended abstracts on Human factors in computing systems**. 2005. p. 1455-1458.

ALCÂNTARA; BRINGEL, 2020). A criação do website oficial se deu no final de 1996, e a partir de então, foram usadas listas de discussões na web, envio de e-mails e o uso de sites FTP (*File Transfer Protocol*, ou Protocolo de Transferência de Arquivo, em português), que permitiam o envio de arquivos para a internet, amplificando assim a causa. Rebeca Freitas Cavalcante (2010), afirma que na mesma época, ONGs como o Greenpeace e a Anistia Internacional passaram a usar essas ferramentas na promoção de suas causas.

Na mesma década, em 1999, observa-se o fortalecimento do ciberativismo, agora nas manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle. A denominada "Batalha de Seattle", abarcou grupos heterogêneos tanto em suas demandas como na forma de protesto, abarcando ambientalistas, anarquistas, trabalhadores sindicalizados, estudantes e humanistas presentes durante a reunião da OMS, onde seriam alinhadas questões diplomáticas, técnicas que consolidaram o paradigma das políticas neoliberais globalizantes. Sua importância está em ter sido um "centro de convergências" de diversas questões ao sistema global, tais como contra as grandes corporações da agroindústria e o controle exercido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as dívidas dos países pobres africanos, questões acerca do sistema carcerário, o desemprego e as precariedades ambientais (FRANÇA, 2016). Tais protestos repercutiram nas mídias e demarcaram a emergência do movimento antiglobalização como um ator mundial (ALCÂNTARA, 2015). As novas tecnologias da informação e comunicação foram usadas como ferramentas de participação, mobilização e criação de identidade, originando e popularizando o Centro de Mídia Independente (CMI, também conhecido como Indymedia ou, em inglês, *Independent Media Center* - IMC). Sobre esse evento, Leah A. Lievrouw (2011), tecnologias de informação e mudança social, comenta

numerosas organizações com objetivos amplamente progressistas, liberais ou de justiça social ou global planejaram protestos e manifestações em resposta à reunião. Ativistas da mídia local queriam produzir um serviço de notícias que proporcionasse um contraponto à cobertura convencional da maioria das cúpulas globais: o tratamento deferente e de celebridade aos líderes nacionais, a aceitação inquestionável da OMC e de seus objetivos, e a marginalização das objeções dos manifestantes. Eles esperavam apresentar uma visão "interna" ou "de rua" das reuniões e protestos para um público global e cobrir eventos relacionados à cúpula (como conferências de imprensa, painéis de discussão ou debates) que a grande imprensa geralmente

ignorava. Eles também compreenderam que, ao entrarem online, estariam livres dos prazos e cortes habituais do ciclo de notícias da mídia de massa e poderiam fornecer cobertura contínua em tempo real para qualquer pessoa com acesso à Internet. Com vários meses de antecedência, eles começaram a organizar uma alternativa "redação do pessoal multimídia" como base das operações. (LIEVROUW, 2011, p. 134, tradução nossa).

Essa experiência traçou a relação intrínseca entre a ativismo e comunicação alternativa, sendo a comunicação no ativismo midiático tanto meio e fim de luta, basilar para a transformação do poder e do controle dominante (CARROLL; HACKETT, 2006; ALCÂNTARA, 2015). No Brasil, o Mídia NINJA⁵⁴ (sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), existente desde 2011, é um modelo que nasce desse midiativismo, propondo articular pontos de vista plurais frente à grande mídia, assim como o argentino Emergente, uma plataforma latino-americana de redes independentes de midiativismo por meios de processos participativos, abertos e verticais⁵⁵.

Com o advento da Web 2.0, o alastramento da rede sem fio e a popularização do acesso por dispositivos móveis, as possibilidades comunicativas das redes foram ampliadas, verificando protestos que utilizavam a conexão via celulares para se organizarem (PEREIRA, 2016). Nessa esteira, temos a deposição do presidente filipino Joseph Estrada em 2001, após quatro dias de manifestações, que foram instituídas e coordenadas através de mensagens de texto de celulares, as SMS⁵⁶, a tecnologia móvel mais utilizada na época. Mais recentemente, André Lemos (2018) articulou sobre o celular na "era da conexão". Se durante os anos 70 observamos uma convergência tecnológica e a implantação do computador pessoal (PC, em inglês *Personal Computer*), nos anos seguintes, de 80 a 90, há a popularização da internet e o computador pessoal se transforma em coletivo, interligado a um sistema de rede, sendo a rede o computador, e o computador, uma máquina de conexão (LEMOS, 2018). Já no século XXI, com a expansão da computação móvel e das novas

⁵⁴ Ver: <https://midianinja.org/>

⁵⁵ Para mais informações, acesse: MÍDIA NINJA. **Emergentes completa 5 anos na cobertura midiativista da América Latina**. 2021. Disponível em: <https://midianinja.org/news/emergentes-completa-5-anos-na-cobertura-midiativista-da-america-latina/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁵⁶ *Short Message Service* (SMS) ou Serviço de mensagens curtas é um serviço disponível em telefones celulares digitais que permite o envio de mensagens curtas entre estes equipamentos e outros dispositivos.

tecnologias nômades, tais como celulares e laptops, entramos em uma fase, a da conexão ubíqua, pervasiva e senciente que mencionamos no início deste capítulo, e que afina-se na mobilidade. E essa "era da conexão" caracterizada por Lemos (2018) é marcada tanto pela expansão dos contatos sobre formas de relações telemáticas, como, com o desenvolvimento das tecnologias móveis, os "computadores coletivos móveis" (CCm), possibilitam a computação ubíqua sem fio. Com o despontar da quinta geração da telefonia móvel (5G), isso deve se intensificar ainda mais, pois uma das características dessa tecnologia é possibilitar que mais dispositivos estejam conectados, além do aumento da velocidade de conexão, possibilitando que a transferência de arquivos e o consumo de vídeos e áudios em tempo real sejam mais rápidos, como também a diminuição da resposta da conexão e maior capacidade de banda, permitindo o aumento de informações, criação de mais conteúdos e melhoria da qualidade. E, como aponta Sofia Martins Geraldes (2021), a liderança no desenvolvimento desta infraestrutura acarreta, liderança econômica e geopolítica, para além da tecnológica⁵⁷.

Dessarte, a rede se transforma em um ambiente generalizado de conexões, abarcando o usuário em constante mobilidade. E ainda assevera

A era da conexão é a era da mobilidade. A internet sem fio, os objetos sencientes e a telefonia celular de última geração trazem novas questões em relação ao espaço público e espaço privado, como a privatização do espaço público (onde estamos quando nos conectamos à internet em uma praça ou quando falamos no celular em meio à multidão das ruas?), a privacidade (cada vez mais deixaremos rastros dos nossos percursos pelo cotidiano), a relação social em grupo com as smart mobs, etc. As novas formas de comunicação sem fio estão redefinindo o uso do espaço de lugar e dos espaços de fluxos (CASTELLS, 1996). Nas cidades contemporâneas, os tradicionais espaços de lugar (rua, praças, avenidas, monumentos) estão, pouco a pouco, transformando-se em espaços de fluxos, espaços flexíveis, comunicacionais, "lugares digitais" (HORAN, 2000). (LE MOS, 2018, p. 111).

⁵⁷ Com isso, os grandes investimentos chineses em ciência e desenvolvimento de tecnologias da informação, como a 5G, tem sido considerada pelos Estados Unidos como uma ameaça à segurança nacional e global, tanto no quesito econômico, como próxima relação de espionagem política e industrial (GERALDES, 2021). Ver: BIAVASCHI, Eduardo Luiz et al. DRAGÃO DIGITAL CHINÊS: O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR E A TECNOLOGIA 5G. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 36, n. 76, p. 163-188, 2021; GERALDES, Sofia Martins. 5G, HUAWAI, CHINA e Estados Unidos: a competição pela tecnologia do futuro. **Janus 2020-2021-As relações internacionais em contexto de pandemia**, 2021.

O celular se converteu então em um "teletudo", que de media de contato interpessoal, voltado para a comunicação, se transformou em um media massivo, apropriado para a troca rápida de informações (LEMOS, 2018). Não obstante, com o desenvolvimento e popularização dessas tecnologias móveis, observamos uma série de manifestações políticas empreendidas por redes sociais móveis, inseridas nesse contexto de tecnologias e computação móvel e redes sem fio, oportunizando novas formas de mobilização e coordenação (ALCÂNTARA, 2015). Dentre esses eventos, podemos citar o 13M em Madrid (2004)⁵⁸, as revoltas urbanas na França em 2005⁵⁹, a Primavera Árabe (2010), o *Movimiento 15M*, na Espanha (2011)⁶⁰, o *Occupy Wall Street* (2011), nos

⁵⁸ Em 11 de março de 2004, três dias antes das eleições gerais espanholas, ocorreram atentados terroristas coordenados, quase simultâneos, contra o sistema de trens suburbanos da Cercanías, em Madrid, na Espanha, matando 193 pessoas, e deixando 2050 feridas. Houveram controvérsias com relação a autoria dos atentados, principalmente após os partidos Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e o Partido Popular (PP), dois dos principais partidos políticos espanhóis, se acusarem de ocultação ou distorção de evidências devido ao período eleitoral, acarretando crises de credibilidades. O desconhecimento dos atores, a possibilidade de novos ataques e a influência que o perpetrador poderia ter sobre o resultado das eleições tão próximas contribuíram para o aumento do tráfego da internet pelos espanhóis, em busca de informações. Simultaneamente, no dia 13 de março (13M), milhares de pessoas foram mobilizadas através de e-mails, fóruns, weblogs e, especialmente, mensagens SMS para protestar contra o Governo e o Partido Popular. Para mais detalhes a respeito do uso das novas tecnologias móveis e da internet, ver: AYERDI, Koldobika Meso. Teléfonos móviles e Internet, nuevas tecnologías para construir un espacio público contrainformativo.: el ejemplo de los flash mob en la tarde del 13m. **Revista Latina de Comunicación Social**, Canarias, v. 7, n. 58, p. 1-16, 2004.

⁵⁹ Foram acarretadas após episódios de violência urbana que culminaram com a morte de dois jovens, Bouna Traoré e Zyed Benna, em um subúrbio parisiense. Os protestos foram facilitados pelo uso das novas mídias e tecnologias, que jovens suburbanos de origem imigrante – principalmente africana (árabe e subsaariana) utilizaram para coordenar, trocar opiniões e informações e apelavam à ação. Ademais, as mídias digitais foram usadas para denunciar reportagens tendenciosas e imprecisas vinculadas em notícias nacionais e internacionais. Para mais informações, ver: RUSSELL, Adrienne. Digital Communication Networks and the Journalistic Field: the 2005 French riots. **Critical Studies In Media Communication**, [s. l], v. 24, n. 4, p. 285-302, 2007.

⁶⁰ Também conhecido como movimento dos indignados, diz respeito a uma série de protestos espontâneos que ocorreram nas praças principais de cidades espanholas, especialmente Madrid e Barcelona, envolvendo inúmeras questões, como a crise econômica e a resposta do governo, o desemprego, dentre outras. Não foram convocadas ou apoiadas por partidos políticos ou organizações tradicionais da sociedade civil, tais como sindicatos, ONGs, instituições acadêmicas, etc., e também não ressoou na mídia. O coletivo de convocação "democracia real ya", no entanto, se formou na internet, e abarcava pessoas desempregadas, aposentados e acima de tudo, jovens. García (2013), afirma que "[...] o que em breve seria conhecido como o movimento # 15M (em referência ao seu enorme impacto no Twitter) ou o "Indignados" (como resultado de a influência no movimento de uma escrita do francês Stéphane Hessel, falecido recentemente) nasceu sem a intervenção da mídia ou poderes tradicional, que ignorou ou tentou silenciar sua importância, até mesmo após a demonstração." (GARCÍA, 2013, p. 6). Para mais informações, ver: GARCÍA, Guillermo López. Del 11M al #15M: Nuevas tecnologías y movilización social en España. **Revista F@Ro**, Valparaíso, v. 16, p. 1-12, 2013; NEZ, Héloïse.

Estados Unidos e as manifestações de junho de 2013 no Brasil⁶¹. Para Alcântara (2015),

em todas estas mobilizações as NTICs, as redes sociais digitais, bem como outros espaços de comunicação na internet, tiveram papel importante. Embora cada uma destas lutas se dê em contextos e por motivos muito diferentes umas das outras, é possível estabelecer similitudes entre elas no que tange a forma de se fazer política – na qual destaca-se, dentre outras características – a utilização das NTICs. (ALCÂNTARA, 2015, p. 86).

Geoffrey Pleyers (2013) afirma que, após essas manifestações que se iniciaram nos anos 2010, foi possível fazer três constatações. A primeira, de que a internet não acarretou um domínio de ações e movimentos virtuais, alocando as mobilizações dos espaços físicos para os virtuais, mas ao contrário: a aderência de práticas de ocupação de espaços públicos urbanos, particularmente e simbolicamente de praças⁶² - espaços públicos de exercício da cidadania, sendo historicamente locus de manifestações, protestos e reivindicações -, são basilares para estes movimentos. Uma segunda constatação, seria a de que a internet é um espaço virtual global, e o uso das redes sociais corroboram na construção de mobilizações nacionais e locais. Por fim, as redes sociais e a internet não substituem os meios de comunicação de

What has become of the Indignados? The biographical consequences of participation in the 15M movement in Madrid (2011–19). **Social Movement Studies**, [s. l.], v. 9, p. 1-22, 16 set. 2021.

⁶¹ Iniciado principalmente pelo “Movimento Passe Livre”, que protestava contra o aumento de R\$ 0,20 centavos na tarifa de ônibus, ganhou grande repercussão em todo país, onde mais de 75% da população apoiava o movimento. Com tamanho apoio, diversos grupos foram criados no Facebook, assim como várias hashtags foram compartilhadas no Twitter, no intuito de debater e organizar os atos por todo o país, assim como multiplicar as pautas. Ver: MOREIRA, Orlandil de Lima; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Vem pra rua: os protestos de junho. 13-21 p. In: SOUSA, Cidoval Moraes; SOUZA, Arão de Azevêdo. **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013; MALINI, Fabio. GOVEIA, Fabio. CIRARELLI, Patrick. CARREIRA, Lia. HERKENHOFF, Gabriel. REGATTIERI, Lorena Lucas. LEITE, Marcus Vinicius. **#VemPraRua: Narrativas da Revolta Brasileira**. 2014. 18 p.

⁶² Durante a Antiguidade, as praças eram locais de oradores e de debates públicos. Na Idade Média, eram símbolos de poder, reunindo artesãos, comerciantes e arte de rua, no início do processo de urbanização. Já durante a Idade Moderna, as praças ganharam status, agrupando o comércio crescente, câmaras, igrejas, prefeituras, residências das elites. Hodiernamente, têm sido palco de manifestações e protestos sobretudo de jovens, seja na Praça Tahrir, no Cairo (Egito); na Praça da Puerta del Sol, em Madri (Espanha), Parque Zuccotti, Nova Iorque (Estados Unidos), Largo da Batata, em São Paulo, palcos das manifestações anteriormente mencionadas neste trabalho. Ver: GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 203-221, 2013; SILVA, Marina Jorge da; OLIVEIRA, Marina Leandrini; MALFITANO, Ana Paula Serrata. O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 438-447, 2019.

massa, mas a partir de suas interações, as mídias alternativas militantes ganharam uma maior visibilidade (PLEYERS, 2013).

Reconhecemos as diferenças sociais entre os países em que ocorreram os protestos acima mencionados, assim como os índices de acesso à internet em cada um deles para que possamos verificar o índice de participação nas redes enquanto um espaço público. No entanto, mesmo que muitas das demandas populares não tenham alcançado êxito, as análises que são feitas apontam que o cenário se alterou, e a politização popular foi ampla, constituindo a internet, as NTICs e as redes sociais digitais como ferramentas importantes no cenário democrático (CARVALHO; SIRQUEIRA, 2019). A esse respeito, os docentes Malini e Antoun (2013) afirmam que

as narrativas compartilhadas na Internet fazem parte de um movimento social que recusa a hierarquização de representantes e representados. Recusa a naturalização do funcionamento do poder. Recusa deixar para a mídia tradicional o poder de dizer o que pertence ou não ao acontecimento. A centralidade do poder funciona nessa separação. Não se trata de desqualificar os saberes dos especialistas, eruditos, e sim de questionar a sua clausura e seu isolamento. A multidão questiona essa divisão, diante de um conhecimento instável, não mais recluso a uma sala de redação, a uma solitária máquina de escrever ou a um laboratório de pesquisa. E quanto mais os sujeitos estão juntos e imersos em um acontecimento de rua, mais intenso e emocional fica o compartilhamento das informações na Internet. A narrativa se multiplica e se alarga nas redes sociais. A conversação se torna mais duradoura povoando uma cartografia de controvérsias. Os novos modos de pensamento e luta (seja qual for sua dimensão) passarão cada vez mais pelo agenciamento entre a Internet e a rua, pois ambas têm uma qualidade comum: exprimem o barulho da multidão (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 249)

E ao pensarmos nessa multidão, remetemos a Judith Butler (2019), que afirma que uma reunião repentina com um grande número de pessoas pode ser tanto fonte de medo, como de esperança, havendo tanto motivos bons para temer os perigos dessas ações, como também para distinguir o potencial político em assembleias imprevisíveis. Destarte, pensamos as multidões presentes nessas manifestações à luz do que Howard Rheingold (2002) definiu como *smart mobs*. Usando como exemplo as manifestações que ocorreram nas Filipinas em 2001, contra o presidente Estrada, Rheingold (2002) define as *smart mobs* ou “multidões inteligentes”, sendo *smart* referente aos dispositivos “inteligentes”, utilizados por pessoas para se conectar, comunicar e mobilizar-se (MADEIRA; FIGUEIREDO; RIOS, 2012). Para Rheingold (2002), o termo diz respeito às

peças que atuam em conjunto, mesmo sendo desconhecidas, que cooperam de forma que não era possível anteriormente, com dispositivos que possuem capacidades de comunicação e computação, que se conectam com outros dispositivos de informação. Embora compartilhe semelhanças com *flash mobs*, que seria a reunião pública de pessoas que não se conhecem, coordenada através de celulares e da internet, realizando um ato que posteriormente é dispersado, a *smart mob* carrega uma intenção política e se vincula ainda ao lema "faça você mesmo", propagado pela cultura *hacker*, e no credo na promessa de empoderamento através da rede (ALCÂNTARA, 2015; PEREIRA, 2016).

Ademais, acerca dessa multidão, desses corpos que a compõem, concordamos e remetemos a Butler (2018), quando a filósofa afirma que essas manifestações em massa podem ser lidas como uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente, e que essa multidão se reúne em assembleia seja nas ruas, praças ou outros espaços públicos em um exercício performativo do direito de aparecer.

Então, quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá; elas persistem; elas se reúnem em assembleias e manifestam, assim, o entendimento de que sua situação é compartilhada, ou o começo desse entendimento. (BUTLER, 2018 ,p.32)

Trata-se de uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais vivíveis, de "corpos em aliança" que se aglomeram para expressar suas revoltas e no ato de representarem suas existências plurais nesses espaços públicos, demandando reconhecimento e valorização, o exercício da liberdade e direito de aparecer, vindicando uma vida que possa ser vivida (BUTLER, 2018). Essa precariedade que Butler (2018) se refere, é no sentido de vulnerabilidade, uma desigualdade promovida pelo governo ou gestão da necropolítica, e é essa a condição social e econômica que une as mulheres, LGBTQIA+, pobres, apátridas, pessoas com habilidades diferenciadas, minorias raciais e religiosas, transpassando essas categorias e produzindo alianças potenciais (BUTLER, 2018). E a respeito dessa aliança nas ruas que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - A INTERNET E OS MOVIMENTOS FEMINISTAS: NOVAS POSSIBILIDADES COMUNICACIONAIS

Bem antes da organização do que hoje temos como os movimentos feministas, as mulheres lutavam pelo seu protagonismo nos espaços em que foram marginalizadas, sobretudo dos *locus* públicos. E ao longo do tempo, foram se apropriando dos meios disponíveis para difundir seus ideais de liberdade e emancipação (SOUSA; RACHIT, 2019). A imprensa foi, principalmente durante o século XIX e XX, uma importante forma de divulgação e difusão das ideias feministas, através de materiais impressos. E com as transformações que ocorreram a partir da década de 90, com a popularização de computadores e da internet, esse novo espaço gradativamente vai se tornando tanto um meio de contribuição e transformação, como também de organização (SOUSA; RACHIT, 2019). Maira Evangelista de Sousa e Brenda Rachit (2019) afirmam que, diante dessas novas possibilidades, os movimentos feministas viram nesse contexto formas de agregar mais mulheres tanto às causas feministas, como também pela democratização do acesso às informações relacionadas as mobilizações.

Ademais, se antes as mobilizações feministas demoravam para alcançar um grande número de mulheres, e as lutas e campanhas eram longas, pois a aderência era aos poucos, com a internet e as NTICs essas lutas se disseminam de forma extremamente rápida (SOUSA; RACHIT, 2019). A exemplo, em 2017 o Google BrandLab, vinculado a empresa e que aponta as tendências observadas nos serviços da Google no Brasil, publicou um dossiê divulgando quais haviam sido os assuntos mais buscados no país nas plataformas de pesquisas (Google) e vídeo (Youtube)⁶³. Os temas acerca da diversidade foram os mais procurados no buscador, sendo o Feminismo, Racismo e LGBTQI+ os tópicos mais pesquisados, mostrando que o assunto se transformou em um pauta política e global (GOOGLE BRANDLAB, 2017). No que diz respeito ao feminismo, o volume de buscas sobre o termo cresceu mais de 200%, em comparação aos anos anteriores, e nos cinco primeiros meses de 2017, as buscas pelo termo

⁶³ Ver: GOOGLE BRANDLAB (São Paulo). Google. **Dossiê BrandLab - A busca por diversidade no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/futuro-do-marketing/gestao-e-cultura-organizacional/diversidade-e-inclusao/dossie-brandlab-diversidade/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

tiveram o dobro do volume de 2012 inteiro, alcançando os patamares equivalentes as buscas sobre racismo, que sempre foi o tema relacionado à diversidade mais discutido no Brasil. Comparado com dados de 2012, em 2017 se buscava 4x mais sobre empoderamento feminino; as buscas por machismo cresceram 163%; e as buscas por feminismo negro cresceram 65%. No primeiro semestre de 2017 foram publicados no Youtube mais de 14 mil vídeos sobre feminismo, quase 14 mil a respeito de violência sexual, 13 mil sobre mulheres negras, 11.800 vídeos abordando assédio sexual e 8 mil vídeos sobre empoderamento feminino (GOOGLE BRANDLAB, 2017).

Diante disso, cada vez mais é notável a apropriação da internet e de outros meios para a construção de comunidades instantâneas de práticas transformadoras, com comunidades feitas por e para mulheres, como asseveram Sousa e Rachit (2019). Sobre essas comunidades, Cristiane Guilherme Bonfim e Márcia Vidal Nunes (2017) afirmam

O surgimento de coletivos que se denominam feministas e que utilizam a internet para difundir o debate de questões como aborto, assédio sexual, representatividade na política e no mundo do trabalho vem trazendo à tona posicionamentos pessoais que provavelmente algumas mulheres não se sentiriam à vontade para declarar de forma presencial. (BONFIM; NUNES, 2017, p. 68)

Coadunando com tal pensamento, Amanda Cantú Rodrigues Soares e Márcia Mazzarin (2021) afirmam, para além das questões de conectividade, podendo os movimentos serem locais e globais ao mesmo tempo, e permitirem a conexão e troca de experiências, possibilitando um debate contínuo e convocações de participação conjunta, uma outra característica basilar, é o sentimento de companheirismo que as redes sociais criam. E para Manuel Castells (2013), a rede viabiliza o desenvolvimento do companheirismo, e "esta é uma questão fundamental para o movimento, porque é a partir do companheirismo que as pessoas superam o medo e descobrem a esperança (CASTLLES, 2013, p. 167).

4.1 Alguns dados demográficos e de acesso à Internet na Argentina e no Brasil

De acordo com dados da Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*, CIA)⁶⁴ (2021), a população da Argentina em julho de 2021 corresponde a mais de 45,8 milhões de pessoas. Desse total, 51,2% é composta por mulheres (no relatório os dados não publicaram outros gêneros além de "feminino" e "masculino") (DATAREPORTAL, 2021)⁶⁵ e 92,2% da população vive em centros urbanos - um terço da população vive em Buenos Aires (CIA; DATAREPORTAL, 2021). A taxa de alfabetização de pessoas adultas (com 15 anos ou mais) na Argentina foi relatada em 99% em 2018, sendo que 99,06% das argentinas e 98,93% dos argentinos estavam alfabetizados (WORLD BANK, 2021)⁶⁶. No que diz respeito ao ensino superior, as disparidades de gênero no desempenho educacional no país seguem a tendência geral dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com 45% das mulheres argentinas entre 25-34 anos com diploma de ensino superior, em comparação a média de 51% nos países membros da OCDE. Em contraste, 34% dos argentinos concluíram o ensino superior, média um pouco abaixo dos países que compõem a OCDE, que era de 38% em 2018 (OCDE, 2019)⁶⁷.

A Argentina, segundo dados da CIA (2021) e da Statista (2021)⁶⁸, possui um dos mercados móveis mais vigorosos da América Latina, com operadoras adicionais no mercado: desde as primeiras conexões de banda larga no final dos anos 90, é um dos países com a maior taxa de aderência da Internet na América Latina, com mais de 3/4 de sua população com acesso à rede. Com relação ao acesso a Internet, no início do ano, havia um pouco mais de 36 milhões de

⁶⁴ CIA. **Argentina**. 2021. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/argentina/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁶⁵ DATAREPORTAL. **Digital 2021: Argentina**. 2021. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-argentina>. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁶⁶ World Bank Open Data. **Literacy rate, adult total (% of people ages 15 and above) Brazil, Argentina**. 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.ADT.LITR.ZS?end=2018&locations=BR-AR&start=2018&view=bar>. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁶⁷ OECD. **Education at a Glance: OECD Indicators Argentina**. 2019. Disponível em: https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2019_CN_ARG.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁶⁸ Statista Research Department. **El uso de internet en Argentina – Datos estadísticos**. 2021. Disponível em: <https://es.statista.com/temas/7678/el-uso-de-internet-en-argentina/#dossierKeyfigures>. Acesso em: 27 nov. 2021.

usuárias e usuários, sendo que 85,7% dos homens e 85,3% das mulheres argentinas tinham acesso à Internet no final de 2020, segundo o portal Statista (2021). O segmento da população entre 18 e 29 anos é o que mais acessou a internet em 2018, com percentual de 92%, seguido da população de 13 a 17 anos, com 90,7%, e por fim, a faixa etária de 30 a 64 anos, com 85,3% (STATISTA, 2021). Havia 36 milhões de usuários e usuárias de mídia social na Argentina em janeiro de 2021 (DATA REPORTAL, 2021), sendo que a rede mais acessada até o final de 2020, foi o Youtube, com cerca de 96% dos internautas interagindo na plataforma, seguido pelo WhatsApp e pelo Facebook como as redes sociais mais populares da Argentina, ambos com a participação de mais de 90% dos internautas (STATISTA, 2021).

Já o Brasil, ultrapassou os 213 milhões de habitantes em 2021 (CIA, 2021)⁶⁹, composta de 50,9% mulheres e 49,1% de homens (DATAREPORTAL, 2021)⁷⁰, sendo que 87,2% da população brasileira vive em centros urbanos (DATAREPORTAL, 2021). A taxa de alfabetização entre pessoas com 15 anos ou mais no Brasil era de 93,22% em 2018, sendo que a porcentagem de meninas e mulheres foi de 93,42%, e a de meninos e homens, 93% (WORLD BANK, 2021). E as mulheres no Brasil têm 42% mais probabilidade de terem concluído o ensino superior do que os homens, embora tenham menos probabilidade de estarem empregadas (OECD, 2019)⁷¹.

O Brasil é um dos maiores mercados móveis e de banda larga da América Latina, e o acesso à Internet aumentou, variando conforme as linhas geográficas e socioeconômicas (CIA, 2021). Em 2021, cerca de 152 milhões de pessoas no Brasil tiveram acesso à internet, das quais 150,48 milhões via celular. Enquanto 63,8 milhões de brasileiros e brasileiras usaram computadores para acessar a internet (STATISTA, 2021)⁷². Em 2019, 51% das pessoas que acessavam a

⁶⁹ CIA. **Brazil**. 2021. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/brazil/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁷⁰ DATAREPORTAL. **Digital 2021: Brazil**. 2021. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-brazil>. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁷¹ OECD. **Education at a Glance: OECD Indicators Brazil 2019**. Disponível em: https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2019_CN_BRA.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

⁷² Statista Research Department. **Internet usage in Brazil – statistics & facts**. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/2045/internet-usage-in-brazil/#dossierKeyfigures>. Acesso em: 27 nov. 2021.; _____. **Frequency of WhatsApp usage among smartphone owners in Brazil in 2020 and 2021**. 2021. Disponível em:

Internet por meio de um computador desktop no Brasil eram do sexo masculino, enquanto mais de 49% do público era feminino, porcentagem que se manteve com relação ao acesso via dispositivo móvel: 50,1% da audiência digital conectada por celular ou tablet no Brasil era composta por homens, enquanto as mulheres representavam os outros 49,9% das usuárias (Statista, 2021). De 2020 até maio de 2021, jovens entre 16 e 24 anos foram os que mais acessaram a internet, 96%, sendo que tal comportamento diminuiu com o avanço da idade, 50% das pessoas acima dos 60 anos acessam a internet (STATISTA, 2021). Em janeiro de 2021, somavam mais de 150 milhões de usuários e usuárias de mídias sociais no país, sendo equivalente a 70,3% da população total (DATAREPORTAL, 2021). Durante 2020, o Facebook concentrou mais da metade (56,13%) de todas as visitas a sites de mídia social no Brasil. O Pinterest e Twitter vieram em seguida, com cerca de 14,79% e 10,29%, respectivamente. As mulheres foram a maioria das usuárias do Facebook no Brasil (STATISTA, 2021). Quanto ao WhatsApp, a pesquisa realizada no início de 2021, 86% das e dos entrevistados afirmaram usar o aplicativo todos os dias, e mais da metade dos consumidores de notícias com 45 anos ou mais no Brasil usavam o WhatsApp como fonte de notícias (STATISTA, 2021)

4.2 Sobre as entrevistas

Como mencionado na introdução desta dissertação, foram realizadas seis entrevistas com mulheres que compareceram às marchas do *Ni Una Menos* e do #EleNão, sendo quatro com brasileiras, e duas com argentinas, e todas elas se identificam como feministas. Em contexto de pandemia, acarretada pela Covid-19, todas as entrevistas foram feitas *on-line*, através do Google Meet, entre junho e novembro de 2021. As entrevistadas brasileiras estiveram presentes no ato do #EleNão em Goiânia, e as entrevistas seguiam de acordo com indicações da entrevistada, que elegia uma outra possível pessoa para participar das entrevistas. No entanto, o contato com as argentinas foi difícil. Embora seus perfis, assim como do próprio *Ni Una Menos*, estejam nas redes, a resposta foi difícil. Foram enviados e reenviados diversos *e-mails* e mensagens, tanto através

do Facebook, Instagram e Twitter, e quase todas sem sucesso. A exceção das que cito aqui. No entanto, em diálogo com uma das entrevistadas, que faz parte do *Ni Una Menos* em sua cidade, ela me disse elas já passaram por muita “trollagem” (termo usado pela própria entrevistada, e consiste em sacanear, chatear, tirar sarro, com argumentos sem sentido no intuito de enfurecer ou atrapalhar a conversa), além de inúmeras formas de violências que ocorrem no meio digital. Totalmente plausível, se lembrarmos que a internet enquanto espaço democrático, permite possibilidades tanto para setores progressista como também para alas mais obscuras, tais como a “manosfera” (*manosphere*, em inglês), união de vários grupos *on-line* em favor dos direitos dos homens, demarcado pela sua extrema misoginia, [...] apelo às armas e prescrições de mudança no serviço de homens, crianças, famílias, Deus, o passado, o futuro, a nação, o planeta e todas as outras coisas não feministas (MENZIES, 2007, p. 65, tradução nossa). E a ascensão de tais grupos é reforçada não apenas no contexto do ressurgimento contemporâneo da política neoliberal, como na ascensão da nova direita, pelas variantes populistas neoconservadoras, neoliberais, antifeministas e de direita da “masculinidade hegemônica”⁷³.

Isto posto, segue algumas informações sobre as entrevistadas:

- Lídia Freitas, servidora pública de área administrativa e doutoranda em Antropologia Social. Fez parte da organização do #EleNão em Goiânia, Goiás, e também já fez parte da organização de várias outras marchas feministas na cidade, como da Marcha das Vadias;
- Lara Marinho, graduanda em História e pesquisadora dos Movimentos Feministas. Possui um perfil no Instagram, voltado para o feminismo radical, e já participou de várias ações feministas e participa de coletivas também. Foi manifestante durante o ato do #EleNão.
- Ana Beatriz Bernardes, também graduanda em História e artista. Participou enquanto manifestante;

⁷³ Ver: MENZIES, Robert. Virtual backlash: Representations of men’s “rights” and feminist “wrongs” in cyberspace. In: CHUNN, Dorothy E.; BOYD, Susan B.; LESSARD, Hester (Ed.). **Reaction and resistance: Feminism, law, and social change**. Vancouver: University Of British Columbia Press, 2007. Cap. 2. p. 65-97; GING, Debbie. Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere. **Men And Masculinities**, v. 20, n. 2, p.1-20, maio 2017.

- Michely Coutinho, advogada, servidora técnica, ativista em Direitos Humanos, comunicadora de rádio e atua em conselhos e entidades do primeiro e terceiro setor. Participou da organização de vários movimentos e organizações, dentre eles, a Marcha das Vadias e o #EleNão, em Goiânia.
- Maria Florencia Perez, secretária da Associação Civil *Ni Una Menos*, em Santiago de Estero, na Argentina. Participou de todas as marchas do Ni Una Menos em seu distrito, primeiro como manifestante, depois como organizadora;
- Juana Rodríguez, arquiteta, participou enquanto manifestante dos atos do *Ni Una Menos* em Buenos Aires, Argentina.

4.3 "No hay excusa para cubrir al que abusa [...]Todas las que mataste hoy son mi musa [...], que importa si llevaba escote o blusa? / El problema no es la ropa que usa"⁷⁴ - o movimento Ni Una Menos

O *Ni Una menos* (em português, Nem uma a menos) surgiu na Argentina em 2015, em marchas multitudinária em várias cidades do país, assim como de outros países na América Latina, tais como Chile e Uruguai, denunciando a violência machista. O nome do coletivo se remete a frase da escritora e ativista mexicana Susana Chávez, "*Ni una muerta más*" (em português, Nem uma morta mais), usada na luta contra os feminicídios em Cidade Juárez, no México. Foi uma das primeiras vozes a denunciar os assassinatos sistemáticos de mulheres em meados da década de 1990. Foi encontrada mutilada e morta em 2011, na colônia Cuauhtémoc, no México.

Apesar da Lei 26.485, voltada à "proteção abrangente para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres nas áreas em que desenvolvem suas relações interpessoais" (ARGENTINA, 2009)⁷⁵, sancionada em 2011, não havia

⁷⁴ Trecho da música Ni Una Menos, do projeto argentino de reggaeton feminista e lésbico, denominado Chocolate Remix, liderado pela cantora, compositora e produtora Romina Bernardo. Ver: CHOCOLATE Remix. **Ni una menos**. Youtube, 01 jun. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dNe23z088SY>. Acesso em: 30 nov. 2021.

⁷⁵ ARGENTINA. **Ley 26.485** (2009): Ley de Protección Integral a las Mujeres. Buenos Aires, 11 mar. 2009. p. 1-34. Disponível em:

divulgação e nem estatísticas oficiais sobre femicídios⁷⁶ ou casos de violência de gênero (CERSÁN, 2019). Até então, os dados estatísticos acerca de femicídios

https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/ley_26485_violencia_familiar.pdf. Acesso em: 05 dez. 2021.

⁷⁶ O conceito de femicídio foi utilizado pela primeira vez em 1976, pela escritora e ativista sulafricana Diana Russel, durante o Tribunal Internacional Sobre Crimes Contra as Mulheres, realizado em Bruxelas, para se referir ao assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, definindo-o como uma forma de terrorismo sexual ou genocídio de mulheres. O conceito, como afirmam as pesquisadoras Stela Nazareth Meneghel e Ana Paula Portella (2017), diz respeito a assassinatos de mulheres por homens impulsionados pelo ódio, desprezo, prazer ou sentimento de propriedade. Posteriormente, a ativista considerou oportuna a tradução do inglês “femicide” para o espanhol “femicídio”, para evitar a feminização da palavra homicídio, e para ser um contraponto à neutralidade do termo homicídio (CAMPOS, 2015). O termo alude ao extremo de um padrão sestemarizado de violências, tanto universais, como estruturais, arraigado no poder patriarcal das sociedades ocidentais, sendo um continuum de terror contra as mulheres, abrangendo um variedade de abusos físicos e psicológicos, como por exemplo estupro, tortura, prostituição, incesto, abuso sexual, agressões físicas e sexuais, assédio sexual, heterossexualidade forçada, cirurgias cosméticas, mutilação genital, dentre outras (CAMPOS, 2015). Meneghel e Portella (2017) ainda afirmam que “Russel ancora-se na perspectiva da desigualdade de poder entre homens e mulheres, que confere aos primeiros o senso de entitlement – a crença de que lhes é assegurado o direito de dominação nas relações com as mulheres tanto no âmbito da intimidade quanto na vida pública social – que, por sua vez, autoriza o uso da violência, inclusive a letal, para fazer valer sua vontade sobre elas. O femicídio, assim, é parte dos mecanismos de perpetuação da dominação masculina, estando profundamente enraizado na sociedade e na cultura. São expressões deste enraizamento a identificação dos homens com as motivações dos assassinos, a forma seletiva com que a imprensa cobre os crimes e com que os sistemas de justiça e segurança lidam com os casos.” (MENEGHEL; PORTELLA, 2017, p. 3079). Já o conceito de feminicídio foi cunhado pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde, que afirmava que o termo femicide em espanhol era análogo ao termo homicídio, e apenas significava morte de mulheres. A docente e pesquisadora Carmen Hein de Campos (2015) afirma que “Para Lagarde, para que ocorra o feminicídio devem concorrer a impunidade, a omissão, a negligência e a conivência das autoridades do estado, que não criam segurança para a vida das mulheres, razão pela qual o feminicídio é um crime de estado. Assim, Lagarde introduz um elemento político na conceituação, isto é, a responsabilidade do estado na produção das mortes de mulheres” (CAMPOS, 2015, p. 106). E embora haja essa distinção conceitual entre os termos, em geral, as duas expressões são tidas como sinônimos nas legislações latino-americanas e na literatura feminista, ambos designando o assassinato misógino de mulheres, e os debates acerca de seus usos são relativamente novos, havendo países que optaram por incorporar em sua legislação o termo feminicídio, tais como México, Nicarágua e República Dominicana; e outros que usam o termo femicídio, como Honduras, Chile e Guatemala (CAMPOS, 2015; Meneghel; Portella, 2017). No entanto, considerando a diferença originária de cada um desses conceitos, aqui utilizaremos “femicidio”, como é usado na Argentina e como está nos documentos do *Ni Una Menos* e na legislação do país. Ademais, a comunicadora argentina Gabriela Barcaglioni, em entrevista ao portal Diário Digital Femenino (2015), afirmou “Hoje só usamos femicídio porque acho que foi instalado por uma questão de uso. Aos poucos, demos um conteúdo ao termo femicídio, que o associa diretamente ao conceito estabelecido e desenvolvido por Marcela Lagarde. Portanto, há confusão sobre isso. Acho que quando falamos de femicídio na Argentina também estamos colocando em cena o Estado. Observe o movimento *Ni Una Menos*. Quem ele estava interpelado por esses assassinatos? O Estado. Em outras palavras, embora usemos o nome de femicídio, o conteúdo político é, na verdade, também feminicídio.” (DIARIO, 2020, tradução nossa). Ver: DIARIO Digital Femenino. **Femicidio y feminicidio, ¿son lo mismo?** 2020. Disponível em: <https://diariofemenino.com.ar/df/femicidio-y-feminicidio-son-lo-mismo/>. Acesso em: 02 dez. 2021; MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, nov. 2017; CAMPOS, Carmen Hein de. **Feminicídio no Brasil: uma**

e da violência de gênero na Argentina eram baseados em dados não oficiais, sobretudo da *La Casa del Encuentro*, organização fundada em 2003 em prol dos direitos humanos das mulheres, meninas, crianças e adolescentes, e que em 2008 lançou o *Observatorio de Femicidios en Argentina Adriana Marisel Zambrano*, o primeiro relatório de femicídio do país. A organização publicava relatórios anuais sobre as mortes de mulheres na Argentina, e, segundo Carolina Cepeda-Másmela e Jean-Marie Chenou (2018), os dados compilados pela organização ajudaram a robustecer as manifestações do *Ni Una Menos*. Manchetes como "Em 2013, houve um femicídio a cada 30 horas na Argentina" (La Nación, 2014)⁷⁷, "Cinco mulheres são mortas por semana" (Página/12, 2015)⁷⁸, "A cada dez dias uma garota é assassinada" (Clarín, 2015)⁷⁹, além de darem legitimidade estatística, contribuíram para a extensão das mobilizações (CEPEDA-MÁSMELA; CHENOU, 2018). A situação acerca dos assassinatos de mulheres na Argentina já estava alarmante, e em 26 de março de 2015, um grupo de mulheres que reunia escritoras, jornalistas, ativistas, vítimas, amigos e familiares de vítimas de violência doméstica, organizou uma maratona de leitura na praça Boris Spivacow, em Buenos Aires, após o assassinato da jovem de 19 anos Daiana García, morta pelo seu companheiro, e o tratamento nefasto da mídia. Alguns meses depois, em maio, foi encontrado o corpo de Chiara Páez, de 14 anos, morta por recusar a realizar um aborto clandestino, foi assassinada pelo namorado com a cumplicidade de sua família. Em repúdio a sua morte e reforçando o sentimento de indignação pública, além da ausência de ações institucionais, a jornalista Marcela Ojeda publicou em seu Twitter "Atrizes, políticas, artistas, empresárias, referências sociais ... mulheres, todas, bah .. não vamos levantar a voz? ELES ESTÃO NOS MATANDO" (OJEDA, 2015) ,

análise crítico-feminista. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 103-115, jan./jun. 2015.

⁷⁷ AMAYA, Sol. En 2013 hubo un femicidio cada 30 horas en la Argentina. **La Nación**. Buenos Aires, p. 1-2. 06 mar. 2014. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/en-2013-hubo-un-femicidio-cada-30-horas-en-la-argentina-nid1669754/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁷⁸ CARBAJAL, Mariana. Matan a cinco mujeres por semana. **Página/12**. Buenos Aires, p. 1-1. 05 mar. 2015. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-267401-2015-03-05.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁷⁹ HEGUY, Silvina. Femicidios: cada diez días muere una chica asesinada. **Clarín**. Buenos Aires, p. 1-1. 29 mar. 2015. Disponível em: https://www.clarin.com/edicion-impresa/femicidios-argentina-asesinatos-adolescentes-violencia-genero_0_rJdQu-5PXx.html. Acesso em: 20 nov. 2021.

mobilizando mulheres, sobretudo jornalistas, a reagirem imediatamente ao *tweet*, dando início ao movimento (DÍAZ; LÓPEZ, 2016; CEPEDA-MÁSMELA; CHENOU, 2018).

O coletivo também lançou uma ação, o #DeLaFotoALaFirma (em português, “Da foto à assinatura”), aproveitando o ano eleitoral na Argentina. O coletivo publicou cinco pontos de compromisso e lançou a *hashtag*, em uma tentativa de pressionar os e as representantes e lideranças políticas a não simplesmente partilharem e tirarem fotos com cartazes do movimento, mas de firmar um compromisso público, no qual se comprometeriam a cumprir as demandas (DÍAZ; LÓPEZ, 2016; CEPEDA-MÁSMELA; CHENOU, 2018; BEDROSIAN, 2019). O documento de cinco pontos solicitava:

Implementar com todos os recursos necessários e monitorar o Plano Nacional de Ação para a Prevenção, Assistência e Erradicação da violência contra a mulher, conforme estabelece a lei 26.485;
 Garantir que as vítimas tenham acesso à justiça. Em cada promotoria e em cada delegacia de polícia deve haver pessoal treinado e adequado para receber as denúncias. As causas da jurisdição civil e criminal devem ser unificadas; as vítimas devem ter acesso a apoio jurídico gratuito durante todo o processo judicial;
 Elaborar o Cadastro Oficial Único de Vítimas de Violência contra a Mulher. Produzir estatísticas oficiais e atualizadas sobre femicídios. Só o dimensionamento do ocorrido permitirá o desenho de políticas públicas eficazes;
 Garantir e aprofundar a Educação Sexual Integral em todos os níveis educacionais, para formar na igualdade e para uma vida livre de discriminação e violência sexista. Sensibilizar e treinar docentes e gestores;
 Garantir a proteção das vítimas de violência. Implementar monitoramento eletrônico dos agressores para garantir que não violem as restrições de abordagem impostas pela Justiça. (NI UNA Menos, 2015)

Todos os candidatos presidenciais daquele ano assinaram a petição na qual prometiam incluir tais questões em suas plataformas (STEFANETTI, 2020).

Se a princípio a ação estava sendo pensada para ocorrer apenas em Buenos Aires, a mobilização virtual nas redes sociais, assim como a difusão e viralidade do assunto, e vínculos com outras organizações feministas, acarretaram um impacto a nível nacional. A manifestação principal foi realizada em 3 de junho de 2015 (3J), na Praça do Congresso de Buenos Aires, reunindo mais de 250 mil pessoas, entre organizações de mulheres e feministas, movimentos políticos e sociais, sindicatos, artistas e várias figuras públicas (ACCOSSATTO; SENDRA, 2018). Ocorreram atos em outros locais em Buenos

Aires, como nas praças Plaza Italia, Plaza Moreno, Plaza Belgrano de Ensenada (El Dia, 2015)⁸⁰, e em outras cidades argentinas, tais como Rosario, Salta, Córdoba, Mar del Plata, Posadas, Mendoza, San Luis, Tucumán, Catamarca, Jujuy e La Rioja, entre outras (El Dia, 2015)⁸¹, abarcando mais de 400 mil pessoas nas ruas do país. Durante as entrevistas, Juana, presente nos atos em Buenos Aires mencionou

muitas mulheres, muita gente, muitas pessoas comovidas, famílias e também partidos políticos, sindicatos, agremiações estudantis, organizações feministas... as ruas estavam lotadas! [...] E havia tanto a alegria, pois a luta é conjunta, mas havia muita dor também. (Juana, 2021, tradução nossa)

Já Maria, presente na manifestação na província de Santiago del Estero, afirma que, diferente do que ocorria em Buenos Aires,

A maioria das mulheres que estavam ali naquele momento, [nós fomos], a título pessoal, digamos. Havia poucas organizações já estabelecidas nesse momento como organizações feministas, muito poucas, com exceção das organizações pela diversidade... Não eram tantas, mas eram a maioria naquele momento. [...] Foi a primeira marcha através de estratégias comunicacionais aqui na Argentina. Naquela época, acho que não era chamado de femicídio, houve uma série de casos de femicídios, por toda mídia, e foi algo realmente espantoso, espantoso. Assim, vários setores de companheiras feministas, geraram essa estratégia comunicacional para sair às ruas. Aqui em Santiago, as convocações da ação nacional saíram sobretudo do âmbito acadêmico. Naquele momento, éramos militantes, mulheres cansadas, fartas de tanta violência, e nesse momento eu lembro que a marcha foi multitudinária. Depois começamos a marchar como organização. (Maria, 2021, tradução nossa)

Houve também repercussão internacional, com marchas em outros países da América Latina, como Chile e Uruguai, em que milhares de mulheres foram às ruas contra a violência. A pesquisadora argentina Noelia Belén Díaz e Alejandro Hernán López (2016) reproduzem dados sobre o impacto das manifestações

Ni Una Menos foi uma convocatória feita pelas redes sociais. Entre 11 de maio e 3 de junho de 2015, foram 643.613 *tweets* com a *hashtag* #NiUnaMenos. 687 políticos se manifestaram nas redes sociais com o cartazes #NiUnaMenos: 180 prefeitos, 99 deputados, 34 senadores, 11 governadores e os então candidatos à presidência Daniel Scioli, Florencio Randazzo, Mauricio Macri, Sergio Massa e Margarita

⁸⁰PUNTOS de encuentro y adhesiones en la Región por la marcha #NiUnaMenos. **El Dia**. Buenos Aires, p. 1-1. 02 jun. 2015. Disponível em: <https://www.eldia.com/nota/2015-6-2-puntos-de-encunetro-y-adhesiones-en-la-region-por-la-marcha-niunamenos>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁸¹NI UNA Menos: se espera una marcha masiva. se espera una marcha masiva. **El Dia**. Buenos Aires, p. 1-1. 02 jun. 2015. Disponível em: <https://www.eldia.com/nota/2015-6-2--ni-una-menos-se-espera-una-marcha-masiva>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Stolbizer. 834 organizações sociais, de ONGs a sindicatos, clubes e associações de moradores, aderiram por meio das redes. 2.137 personalidades da Argentina e 280 de outros países latino-americanos *tuitaram* #NiUnaMenos. #NiUnaMenos se tornou um *trending topic* – a palavra ou frase mais repetida em uma rede social– em todo o mundo em 3 de junho de 2015. (ES VIRAL, 2015 *apud* DÍAZ; LÓPEZ, 2016, p. 47, tradução nossa).

Embora estivesse ancorada em estratégias de mobilização tradicional, com uma longa história no país, tais como as marchas, o uso da tecnologia foi primordial na mobilização das pessoas, para além das ativistas e feministas (CEPEDA-MÁSMELA; CHENOU, 2018). A ação surgiu e se massificou nas redes sociais, no entanto, o seu objetivo final era o repertório de protestos clássicos, através da concentração e mobilização nos espaços públicos (ACCOSSATTO; SENDRA, 2018).

Os movimentos feministas não são algo recente na história da Argentina, o surgimento do feminismo data do final do século XIX e início do século XX, com mulheres que ao longo do tempo opinaram e influenciaram a vida política do país, mesmo que não tenham sido reconhecidas e que estivessem longe do direito à cidadania (BARRANCOS; ARCHENTI, 2019). Durante o período da ditadura militar na Argentina (1976-1983), as mulheres enfrentaram a situação de forma decisiva, na luta contra a ditadura e exigindo a aparição com vida de seus familiares, tais como as Mães da Praça de Maio. Com a restauração da democracia os movimentos feministas argentinos se robusteceram, com mudanças notáveis de posições epistemológicas, e de agenda, sob influência da segunda onda nos Estados Unidos e na Europa (BARRANCOS; ARCHENTI, 2019). Ademais, desde 1986, ano em que foi realizado o primeiro *Encuentro Nacional de Mujeres*, há reuniões nacionais de mulheres abarcando mais de 350 organizações. Trata-se de um evento horizontal que se expandiu pelo país, englobando outras perspectivas, como por exemplo as lésbico-feministas vêm ampliando seus espaços nos últimos anos. Em 2003, a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito foi proposta e organizada nesses encontros, exigindo a legalização do aborto em hospitais públicos, conseguindo ampla decisão de organizações civis, de diversos grupos e personalidades vinculadas aos direitos humanos. E após décadas de lutas feministas pela ampliação do direitos sexuais e reprodutivos, no final de 2020, a lei pela

despenalização e legalização e atenção pós-aborto, a Lei 27.610, foi aprovada. Com isso, os movimentos feministas locais já eram heterogêneos e após 2015, segundo a socióloga e jornalista cultural argentina Cecilia Sosa (2021), experienciaram uma grande mudança radical. E se por um lado os encontros de mulheres se tornaram cada vez mais populares, com

as intervenções de *Ni Una Menos* tornaram-se uma nova forma de pedagogia para as jovens nas ruas. Enquanto o coletivo se identificou desde o início como “um grito coletivo contra a violência machista”, eventualmente esse grito, ao invés de um lamento doloroso, revelou um vetor horizontal, radical e dissidente. Assim, *Ni Una Menos* ajudou a criar uma atmosfera inovadora que se espalhou por todo o país, América Latina e além (SOSA, 2021, p. 142, tradução nossa).

De fato, as manifestações do *Ni Una Menos* tiveram uma grande repercussão no cenário internacional, se expandido para outros países, além do Chile e Uruguai, como também para o México, Guatemala, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Peru, Brasil, França e Espanha. Estabeleceram-se assim redes em escala global, ampliando as possibilidades de redes entre as ativistas e de novas coalizões.

Em 2016, ocorreu outra marcha, sob o lema *#VivaNosQueremos* (em português, Nos Queremos Vivas). Houve uma mudança no local da concentração, da *Plaza del Congreso* para uma marcha em direção à histórica *Plaza de Mayo*. A ação de aborto legal, que em 2015 foi excluída da convocação de Buenos Aires, desta vez fazia parte da petição; enquanto a bandeira do arrasto era carregada por parentes de vítimas de femicídio e travestícios⁸² ganhavam maior visibilidade (LAUDANO, 2017). No documento do coletivo daquele ano, propalavam

Dizer nem uma menos é estar alerta e denunciar toda violência machista que persegue, viola e mata mulheres heterossexuais, lésbicas, gays, travestis e trans. A toda essa violência que restringe liberdades, ocupações e trajetórias. Sem pão e sem trabalho, os mais

⁸² Também denominado transfeminicídio ou transfemicídio, vai de encontro ao que a socióloga Berenice Bento (2016) afirma: “Ao acrescentar “trans” ao “feminicídio”, por um lado, reafirmo que a violência contra travestis, mulheres trans e mulheres transexuais é da ordem do gênero, e, por outro, reconheço que há singularidades nesses crimes.” (BENTO, 2016, p. 46). No contexto argentino, a ativista Lohana Berkins utiliza o termo para designar assassinatos de travestis no país, afirmando que também é uma forma de femicídio. Ver: BENTO, Berenice. *Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência*. In: COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: Edufba, 2016. p. 43-68.; PINHEIRO, Tarcísio Dunga. **Entre dados e dúvidas: uma análise do transfeminicídio no Brasil**. 2021. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

desprotegidos e desprotegidos ficam ainda mais. (NI UNA MENOS, 2016, tradução nossa⁸³)

Acerca das heterogeneidade das presentes, Maria reforça que tal composição também faz parte da realidade de Santiago del Estero, nas manifestações ao longo dos anos

E cada vez que as marchas acontecem, pelo menos em Santiago, elas são incontroláveis. Não conseguimos fazer a logística das quadras, das pessoas. Há muita gente, muitas mulheres, filhas, mulheres organizadas, organizações, organizações pela diversidade, e também mulheres e pessoas que vão por motivos pessoais. E bem, são violências que atravessam a nós todas (Maria, 2021, tradução nossa).

Vale ressaltar que nesse mesmo ano, em reconhecimento as potencialidades dos coletivos de mulheres nos espaços públicos, Lucía Marisol Cerdán (2019) afirma que vários coletivos, o *Ni Una Menos* incluso, foram convocados através das redes sociais para uma greve nacional de mulheres, em decorrência a repressão policial durante a *Marcha del Encuentro Nacional de Mujeres*, em Rosário, e indignação com os sete casos de feminicídios - dentre eles, o caso de Lucía Pérez⁸⁴ - que haviam ocorrido semanas antes. O *Miércoles Negro* ocorreu em 19 de outubro, com adesão de outros países da América Latina e Caribe (CERDÁN, 2019). Paralelamente, em 22 de setembro ocorriam na Polônia os *Czarny Protest* (algo como “Protestos Negros”), com multidões de mulheres vestidas de preto nas ruas em em prol da derrubada do veto total ao aborto (HAMMARSTRON, 2020). Cerdán (2019) afirma que foram realizadas também greves contra a violência e o descaso estatal perante os problemas das mulheres. Contatando movimentos de mulheres em outros países, sobretudo da Coreia do Sul, Rússia, Argentina, Irlanda, Israel e Itália, o grupo *International Women’s Strike* (em português, Greve Internacional das Mulheres) foi criado no Facebook, e, em finais de outubro, os coletivos de polonesas convidaram as argentinas a aderirem a greve, pois “sem a consolidação global não alcançaremos o que nos propusemos. O melhor que podemos fazer é

⁸³ MENOS, Ni Una. Los reclamos, los argumentos. **Página/12**. Buenos Aires, p. 1-1. 4 jun. 2016. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-300981-2016-06-04.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁸⁴ A jovem de 16 anos foi drogada à força, estuprada e empalada quatro dias antes, na cidade de Mar del Plata. ARGENTINA se mobiliza contra os feminicídios no país. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/19/internacional/1476905030_430567.html. Acesso em: 29 nov. 2021.

manifestarmos em solidariedade com as outras mulheres, porque todas vivemos a mesma coisa: uma forte consolidação do machismo em tempos de crise mundial.” (CERDÁN, 2019). Dessarte, 25 de novembro foi eleito como data para a primeira ação solidária, para o Dia Internacional contra a Violência de Gênero, e no ano seguinte, em 08 de março, foi marcada a greve.

Em 2017, as marchas do *Ni Una Menos* foram sob o lema “Chega de violência machista e cumplicidade do Estado”, com a centralidade na *Plaza de Mayo* de Buenos Aires, onde simbolicamente foi lido o documento oficial do protesto pela jornalista e locutora Liliana Daunes - feminista que utiliza sua voz em comunicações de vários espaços argentinos, como na Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito - juntamente com a ativista e defensora dos direitos humanos argentinos, Nora Cortiñas, figura representativa tanto simbólica como historicamente no país, por ser cofundadora das *Mães da Plaza de Mayo*, posteriormente *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora* (CEPEDA-MÁSMELA; CHENOU, 2018; STEFANETTI, 2019). Naquele 3 de junho marchavam diversas organizações e coletivos com suas bandeiras, além de milhares de mulheres, trabalhadoras sexuais, assim como a presença da *Comunidad Homosexual Argentina*, uma organização não governamental argentina criada em 1984, em prol dos direitos e da participação democrática de homossexuais, transexuais e bissexuais; e das militantes do *Madres Víctimas de Trata* (Mães Víctimas de Tráfico, em português), um grupo de mães e familiares cujas filhas, filhos e filhas⁸⁵ desapareceram, vítimas da exploração de redes organizadas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual (STEFANETTI, 2019).

As taxas de feminicídios continuam crescentes, e a condenação do sistema patriarcal, da violência contra as mulheres e da violência simbólica que exerciam os meios de comunicação tradicionais, reforçando estereótipos de gênero permanecem (STEFANETTI, 2019). Com a inércia do governo, nesse mesmo ano, o coletivo questionou a falta de compromisso do governo de Macri com as reivindicações que ele havia assinado em 2015. Ademais, foram pautas das

⁸⁵ Procuramos manter a linguagem não-binária, como está na página da organização. Ver: MADRES VÍCTIMAS DE TRATA (Argentina). **Sobre nuestra ONG**. s/d. Disponível em: <https://madresvictimastrata.wixsite.com/nuestraong/quienes-somos>. Acesso em: 20 nov. 2021.

manifestações as condições socioeconômicas que afetam diretamente as mulheres. No manifesto de 2 de junho de 2017, denunciavam

No dia 10 de maio, quando estávamos formando um corpo coletivo na Plaza de Mayo para demonstrar nosso contrapoder diante da impunidade para crimes de Terrorismo de Estado, o governo de Alianza Cambiemos comprometeu a vida das futuras gerações ao tomar bilhões de dívidas. A mesma permissão que foi obtida na última ditadura cívico-militar à força de sangue, tortura, sequestro, desaparecimento, extermínio e apropriação de crianças. Os genocidas e seus cúmplices silenciaram vozes dissidentes e, usurpando o governo, endividaram-se, confiscaram a força de trabalho e de produção a serviço do capital financeiro. E quando denunciávamos a impunidade do genocídio amparada por este governo, eles nos endividam novamente?

[...] a dívida é outra forma de violência que põe em risco a nossa vida. [...] Nós mulheres sabemos, aprendemos no dia a dia o que é estar endividada. Sabemos que a dívida não nos permite dizer não quando queremos dizer não. E a dívida do Estado sempre acaba derramando a sujeição sobre nós. E sobre nossxs filhxs. E sobre nossxs netxs. Isso nos expõe a níveis mais elevados de precariedade e novas violências. Para endividar-se, o Estado promete planos para aumentar a flexibilidade do trabalho e reduzir gastos públicos que afetam diferencialmente as mulheres.

[...] As finanças, através das dívidas, constituem uma forma de exploração direta da força de trabalho, do poder vital e da capacidade de organização das mulheres nos lares, nos bairros, nos territórios. A violência machista se torna ainda mais forte com a feminização da pobreza e a falta de autonomia econômica que a dívida implica. (NI UNA MENOS, 2017, tradução nossa⁸⁶)

A questão econômica permaneceu em pauta nas marchas do ano seguinte, em 2018, à luz das negociações para um novo contrato de crédito iniciado entre Macri e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Slogans com "*Vivas, libres y desendeudadas nos queremos*" (Nos queremos vivas, livres e sem dívidas, em português), "*¡NO al pacto de Macri con el FMI!*" (NÃO ao pacto de Macri com o FMI) eram comuns, demonstrando a convergência da campanha do *Ni Una Menos* com as mobilizações sociais que marcaram a Argentina nas décadas anteriores (CEPEDA-MÁSMELA; CHENOU, 2018). Desta vez, durante a leitura das reivindicações do *Ni Una Menos*, houveram várias oradoras, representando setores distintos dos movimentos feministas, denotando a pluralidade da ação. Dentre as presentes estavam Liliana Daunes novamente; Paula Arraigada, política e ativista trans; Laura Omega, cantora e militante da

⁸⁶ Ver: NI UNA MENOS (Argentina). **Manifiesto #DesendeudadasNosQueremos**. 2017. Disponível em: <http://niunamenos.org.ar/manifiestos/desendeudadasnosqueremos/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

causa afro; Mariana Britos, do coletivo de migrantes e Mónica Berruti, operária, membro da *Comisión directiva de Metrodelegados* e vítima de repressão (STEFANETTI, 2019). As demandas acerca das ações judiciais sobre os femicídios e travestício permanecem e são feitas extensões das lutas em solidariedade a Marielle Franco e é exigida a liberdade de Ahed Tamimi, jovem ativista palestina que luta contra a ocupação dos territórios palestinos, presa por 8 meses após bater em soldados israelenses. Camila Stefanetti (2019) assevera que durante as manifestações de 2018, houve um deslocamento radical das ações centrais na agenda pública: do femicídio para a descriminalização e legalização do aborto. Embora as organizadoras concordassem com tal questão, havia sido uma pauta secundária no movimento. No entanto, no contexto argentino, em que o número de mortes por abortos clandestinos aumentava, essa era uma demanda que não poderia ser adiada (STEFANETTI, 2019).

Como observamos na diversidade das vozes e pautas entre 2015 e 2018, e nas falas das entrevistadas, o *Ni Una Menos* trata-se de um coletivo plural e heterogêneo. A ativista argentina Cecília Palmeiro, uma das organizadoras do *Ni Una Menos*, em entrevista aos pesquisadores argentinos Díaz e López (2016) declara que

Ni Una Menos é um espaço muito plural, uma revolução feminista, com uma agenda muito diversificada. É como uma célula aberta. Temos uma linha anticapitalista, antineoliberalismo e obviamente antimachista. Parece-nos importante fazer parte de uma frente anti-Macrista. Do contrário, o feminismo pode ser rapidamente compreendido pela direita, como ocorreu na maioria dos países do primeiro mundo. Queremos um feminismo de base popular e internacional, não nacional. Estamos em rede com grupos do México, Peru, Brasil. Há um movimento internacional que deve ser realizado ao lado de uma luta anticapitalista radical. O patriarcado é a base do capitalismo, tal como foi construído nos séculos XIII e XIV. Não é algo aleatório. É uma luta que começa com a desigualdade de gênero, mas trabalha contra todas as desigualdades. A desigualdade de gênero é a primeira " (PALMEIRO, 2016 *apud* DÍAZ; LÓPEZ, 2016, p. 16, tradução nossa).

Trata-se de um coletivo aberto não hierárquico, onde cada uma contribui como pode, e muitas das organizadoras militam em outros movimentos (DÍAZ; LÓPEZ, 2016). Para Maria, uma das entrevistadas

Nós nos definimos como uma organização política feminista, não apenas como uma associação civil. É uma ferramenta de trabalho. [...] Sempre dizemos que somos uma equipe interdisciplinar porque cobrimos tudo. Essa é a realidade daqui, de Santiago, e isso ocorre de

maneiras diferentes em outras cidades, em outros territórios aqui na Argentina. (Maria, 2021, tradução nossa).

A entrevistada é secretária geral da Associação Civil do *Ni Una Menos* em Santiago del Estero, e iniciou sua militância feminista durante a primeira marcha do *Ni Una Menos*, em 2015, em sua cidade, depois de ter sofrido um abuso sexual.

Após um ato de violência, um abuso sexual, 2 ou 3 anos depois, passei a militar. Passei a acompanhar as marchas e a participar das reuniões e de tudo mais. Bem depois... Sempre digo que foi o lugar onde recuperei um pouco minha vida, ajudando outras mulheres de alguma forma. Nós, como organização, fazemos todo tipo de acompanhamento e bem... Não faltei nenhuma marcha, acredito. Anualmente aqui temos várias marchas feministas e pela diversidade. (Maria, 2021, tradução nossa).

Ambas as entrevistadas ressaltam a importância da ocupação das ruas pelos movimentos

Sabemos que é o lugar onde temos que estar e sabemos que temos que ocupar as ruas. E para nós, há muito tempo, tem sido um lugar quase de dor, de raiva. Mas esse formato vem sendo mudado, transformado em alegria, em festa. Estamos vivas, e que continuemos assim. E que possamos compartilhar os direitos que conquistamos (Maria, 2021, tradução nossa).

É onde se faz a luta, é um lugar político. A Internet foi e é importante também, quanto mais mulheres se informando e se empoderando, melhor. Mas devemos tomar as ruas, incomodar, mostrar nossas insatisfações nas ruas, que são lugares extremamente políticos. Se não tomarmos as ruas, eles as tomam de nós. (Juana, 2021, tradução nossa)

Para além da importância que a internet, os sites e redes sociais digitais e as NTICs tiveram na primeira convocatória, em 2015, tais ferramentas ainda são basilares para o coletivo. Accossatto e Sendra (2018) mencionam que os aspectos essenciais do ciberativismo adotados desde a formação do *Ni Una Menos*, permitiu que o coletivo transpusesse os limites das vias tradicionais de intermediação com os e as atores sociais e políticas. A Internet possibilitou a difusão de informações rapidamente e a um baixo custo, potencializando a capacidade de criação e ampliação de coalizões (ACCOSSATTO; SENDRA, 2018). Luciana Peker, ativista argentina especializada em gênero e também organizadora do *Ni Una Menos*, sobre o uso dos sites de redes sociais, afirma

Com tudo o que foi gerado principalmente pelas meninas com maior incidência no Twitter, Ni Una menos é uma demonstração de que a mídia dá as costas para a questão da violência e como, quando há

suporte midiático e nas redes sociais, o assunto ganha uma repercussão pública muito mais importante. Esse lugar em que se chegou, não se havia chegado. Também é verdade que, às vezes, o feminismo, o jornalismo de gênero e a militância são muito enigmáticos por progredir em uma linguagem não sexista ou por terem certos slogans, e é difícil para eles terem uma chegada mais popular. Embora o movimento de mulheres na Argentina entre em certos setores populares, não entra massivamente na televisão, nas casas, em outros lugares. (PEKER, 2016 *apud* DÍAZ; LOPÉZ, 2016, p. 19, tradução nossa).

Ambas as entrevistadas concordaram com a importância da Internet e das NTICs para o *Ni Una Menos*, Juana inclusive afirma ser um espaço de informações e formador. Aliás, Maria ainda ressalta a importância do uso das NTICs na província de Santiago del Estero em dois pontos

Para nós, é o nosso meio de comunicação principal por muito tempo. A mídia não nos deu espaço e até hoje é muito difícil. [...] É a nossa palavra que circula e não a dos outros [sobre nós], e acreditamos que é o meio para as organizações autogestionadas, como no nosso caso, têm sido uma ferramenta de comunicação responsável. Temos muita atenção com tudo o que vamos a dizer, como vamos a dizer, em perspectiva com questões de gênero e direitos humanos. [...] Temos telefone de plantão, temos companheiras que ficam de plantão nas redes sociais para qualquer emergência, temos um sistema de acompanhamento que aqui nem o Estado outorga ou faz esse tipo de acompanhamento. [...] Para recompor uma mulher que foi vítima de algum abuso, precisamos de pelo menos quatro companheiras para intervir nesse acompanhamento, pois o processo é muito longo. E para nós, interessa que ela se recomponha integralmente para além do processo judicial, que ela pode continuar ou não, essa é a decisão da mulher. O processo é muito difícil, mas sabemos que é aqui que temos que estar. Também acompanhamos casos judiciais e conseguimos libertar uma mulher. Ela estava presa injustamente por dois anos e meio, por se defender, estava detida e graças à intervenção de organizações feministas, conseguimos libertá-la. Obviamente fizemos toda uma estratégia de comunicação, a retiramos de Santiago, levamos o caso a toda Argentina, por meio de uma comunicação. Tudo isso acontece nas redes sociais. E as pressões vêm de todos os lados. A gente sempre aparece com nosso cavaleiro de batalha nas redes sociais, porque tem mulheres aí fora que não podem estar ativamente nas lutas diárias, mas mesmo que digam: "bem, vou compartilhar o que estou acompanhando e o que isso causa em mim". E daqui a pouco nos tornamos as coisas reais. (Maria, 2021, tradução nossa).

Para além do uso na organização interna, possibilitando formas ágeis de comunicação e coordenação de ações coletivas, e de ser um meio de contato com outras mulheres, como vimos anteriormente, antes da tomada das ruas pelo coletivo, a questão dos femicídios na Argentina era uma questão negligenciada, sem dados e informações oficiais. Cerdán (2019) ainda afirma que quando havia cobertura jornalística, a adjetivação dos casos representavam o silêncio e a

cumplicidade diante da vulnerabilidade em que se encontravam as mulheres. Inclusive, um dos pedidos do documento que foi lido durante a primeira marcha em 2015, era de que os meios de comunicação transformassem o modo como as abordagens jornalísticas era feitas, pois em muitos casos, os enfoques eram nas vítimas, de forma a culpabilizante, enfatizando suas roupas, amizades, comportamentos, os modos de se divertirem, dentre outros. Vindicavam também uma mídia "comprometida com o desenvolvimento de protocolos, além do indispensável cumprimento dos protocolos e códigos de ética existentes para a cobertura jornalística desses casos." (NI Una Menos, 2015)⁸⁷. Com as notícias transmitidas na mídia tradicional vinculadas a representações dominantes da cultura patriarcal (CERDÁN, 2019), não só o *Ni Una Menos*, como também outros coletivos, divulgam casos diários de femicídio em suas redes, denunciando os perpetradores e exigindo justiça. Ademais, redes de mídias feministas na internet tem sido criadas, a exemplo o LatFem "um meio de comunicação feminista nativo digital" (LATFEM, s/d)⁸⁸, criado na Argentina, e focado principalmente na América Latina e Caribe. Segundo o site,

fazemos jornalismo de uma perspectiva feminista e interseccional. Nos reconhecemos como parte do movimento Ni una menos. Nosso olhar está voltado para as desigualdades de gênero, classe e raça. E na agenda ativista do movimento feminista local, regional e global. (LATFEM, s/d, tradução nossa)

Ademais, dentre os legados do *Ni Una Menos*, para além dessa nova forma de se manifestar, o coletivo não se resguardou somente no âmbito *on-line* e nas ruas, foram criadas associações civis, como a qual pertence uma das entrevistadas. Em uma rápida pesquisa na internet, observamos que há também uma *Asociación Civil Frente Nacional Ni Una Menos México*⁸⁹, o que nos mostra a extensão do coletivo. Ainda sobre os reflexões na Argentina, através das demandas do movimento, foi criado o *Registro Nacional de Femicidios de la Justicia Argentina*, para o registro de dados estatísticos de processos judiciais

⁸⁷MENOS, Ni Una. Ni Una Menos. **Página/12**. Buenos Aires. 5 jun. 2015. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-9775-2015-06-05.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

⁸⁸ LATFEM. **Quiénes somos**. s/d. Disponível em: <https://latfem.org/quienes-somos/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

⁸⁹FRENTE Nacional Ni una menos. 2018. Disponível em: <https://www.cndh.org.mx/palabras-clave/4964/frente-nacional-ni-una-menos>. Acesso em: 29 nov. 2021.

em que se investigam as mortes violentas de mulheres cis, trans e travestis por razões de gênero. Fruto também dessas lutas, está o *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad*, criado em 2019, durante o mandato de Alberto Fernández. De acordo com a ministra Elizabeth Gómez Alcorta,

nasce das bases, das praças e de cada reunião coletiva. Nasceu da exigência de justiça a cada marcha militante. Nasce de uma demanda por mãos e melhores políticas públicas. E surge da compreensão histórica de um Estado que reúne essa demanda e a traduz em uma reação urgente para caminhar sem demora em direção à igualdade de oportunidades para as pessoas (ALCORTA, 2019, tradução nossa⁹⁰).

As pressões que foram colocadas acerca da pauta histórica do aborto no país, depois de vários anos foram votadas, e hoje o aborto é legalizado no país, legatário das contribuições do *Ni Una Menos*.

4.4 "Uma manhã, eu acordei / E ecoava: ele não, ele não, não, não / Uma manhã, eu acordei / E lutei contra um opressor" - o #EleNão no Brasil

As eleições presidenciais de 2018 foram marcadas pelos intensos e complexos debates a respeito dela, com participação significativa da comunicação em rede, tratamento da informação e fatos (SANTOS; PEREIRA, 2021). O modo como os dispositivos, redes sociais, recursos e ferramentas foram utilizados fizeram parte da experiência do evento, sendo ao mesmo tempo ferramentas eleitorais e instrumentais do senso-dissenso democrático, como afirmam Gustavo Souza Santos e Anete Marília Pereira (2021), perpassando o imaginário popular e os espaços *on* e *off-line*. Verónica Capasso e Ana Bugnone (2019) afirmam que a opinião pública brasileira e internacional foi abalada por dois fenômenos ao longo de 2018. Um deles, foi o assassinato da vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marielle Franco, em março daquele ano. Lésbica, negra e a favelada (como ela mesma se definia), defensora da igualdade racial e de gênero, além de voz ativa contra a intervenção militar no Rio de Janeiro, assinalada por Michel Temer, quem estava no cargo da presidência até então. Já o segundo, em abril de 2018, foi a prisão sem provas

⁹⁰ ALCORTA, Elizabeth Gómez. **El Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad**. 2019. Disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/actividad-oficial/9-noticias/46609-el-ministerio-de-las-mujeres-generos-y-diversidad>. Acesso em: 08 dez. 2021.

do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, no intuito de impedir sua participação nas eleições daquele ano (CAPASSO; BUGNONO, 2019). Ademais, em um contexto de crescente autoritarismo, *fake news*⁹¹ e fortalecimento da extrema-direita no Brasil, um dos concorrentes pleiteando o cargo da presidência era Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL). Durante sua trajetória política e campanha, o então candidato se posicionou a favor da ditadura militar de 1964, da tortura, da estigmatização e violência contra as mulheres, estimulou a intolerância a pessoas LGBTQIA+, negros e negras, pessoas com deficiência, indígenas e pobres, sobretudo⁹². E a sua campanha presidencial foi voltada para a liberação do porte de armas de fogo, a defesa do moralismo de costumes e planos ultraliberais para a economia brasileira. A respeito dessas pautas, Thais Marques de Santo e Douglas M. R. Porto (2020), afirmam

A primeira das pautas foi atrelada a um discurso que criou um “nós”, que compreende: cidadãos que trabalham, adquirem seus bens materiais e, com isso, têm o direito de zelar por eles, mesmo que custe a vida de outro ser humano; e também criou a imagem antagônica, o inimigo a ser combatido, o “eles”: “vagabundos” que não trabalham, que ameaçam o patrimônio alheio e que, portanto, podem ser exterminados por um de “nós” à revelia dos valores ancorados nos direitos humanos, socialmente aceitos como válidos e positivados constitucionalmente. Inclusive, o combate aos direitos humanos tornou-se uma espécie de bandeira de luta deste candidato (SANTO; PORTO, 2020, p. 64).

Nesse contexto, o #EleNão foi um movimento iniciado nos sites de redes sociais em 2018. Nasceu dentro de uma comunidade no Facebook, chamada

⁹¹ *Fake news* ou notícias falsas é uma expressão que se popularizou e politizou a partir de 2016, nas eleições dos Estados Unidos. Antes dessas eleições, o termo denotava principalmente notícias imprecisas, muitas vezes fabricadas intencionalmente, ou era usado como um termo mais específico para a sátira política na forma de programas de notícias encenados. Com a popularização do termo em 2016, ele foi ressignificado, tornando-se um conceito multifacetado. Propondo uma definição jurídica ao termo, Arthur Emanuel Leal Abreu e João Maurício Leitão Adeodato (2020) propõem a expressão “informações verificavelmente inverídicas”, ampliando a compreensão e colocando como critério a possibilidade de verificação que comprovem as alegações, ao invés do sentido “proliferação de conteúdo falso”. Isto posto, usamos a expressão com tal sentido. Ver: ABREU, Arthur Emanuel Leal; ADEODATO, João Maurício Leitão. Complexidades na conceituação jurídica de fake news. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 19, n. 1, aug. 2020.; FERREIRA, Ricardo Ribeiro. Rede de mentiras: a propagação de fake news na pré-campanha presidencial brasileira. **Observatorio (OBS*)**, v. 12, n. 5, 2018; QUANDT, Thorsten et al. Fake news. **The international encyclopedia of journalism studies**, p. 1-6, 2019.

⁹² Algumas das afirmações de Bolsonaro que repercutiram na época podem ser lidas em BOLSONARO em 25 frases polêmicas. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 27 nov. 2021; EL País. As controversas de Bolsonaro. Youtube, 05 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KczwxvO3-iE>. Acesso em: 30 nov. 2021.

“Mulheres Unidas Contra Bolsonaro” (MUCB), criada pela servidora pública e publicitária baiana Ludimilla Teixeira, juntamente com outras amigas, em 30 de agosto daquele ano. Em pouco tempo, essa comunidade foi crescendo, chegando a atingir mais de 2 milhões de adeptas em três semanas. O grupo foi formado em oposição direta a Bolsonaro, em repúdio por seus posicionamentos e ideologias extremistas e conservadoras, como também as suas posturas polêmicas e ofensivas, acarretando discussões sobre temas como a defesa da democracia e questões identitárias. A descrição do grupo apregoa seu viés apartidário e anti-Bolsonaro

Grupo OFICIAL destinado a união das mulheres de todo o Brasil (e as que moram fora do Brasil) contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia, racismo, homofobia e outros tipos de preconceitos. Acreditamos que este cenário que em princípio nos atormenta pelas ameaças as nossas conquistas e direitos é uma grande oportunidade para nos reafirmarmos enquanto seres políticos e sujeitos de direito. Esta é uma grande oportunidade de união! De reconhecimento da nossa força! Nas últimas eleições lutamos sob o lema do #EleNao e agora seguimos unidas na resistência e enfrentamento a esse governo fascista. O reconhecimento da força da união de nós mulheres pode direcionar o futuro deste país! Bem-vindas aquelas que se identificam com o crescimento deste movimento (MULHERES unidas contra Bolsonaro, 2018⁹³)

O intuito, além de reflexões sobre a agenda e oposição ao candidato, era reunir em torno de debates que estimulassem o reconhecimento de sua identidade, experiências cotidianas, vivências diárias e projetos de vida. Também buscava a formação de uma rede de fortalecimento e conscientização contra qualquer ameaça aos direitos das mulheres, e também de afirmação das integrantes da rede como seres políticos e atrizes sociais (SANTOS; PEREIRA, 2021; SOUSA; RACHIT, 2019). Diulia Luísa Hartmann Soares (2021) atentando a pluralidade das integrantes do MUCB, desde adolescentes a mulheres acima de 70 anos, que pela lei, já não são mais obrigadas a votar, afirma que essas mulheres viram no ciberespaço uma forma de apoiarem-se mutuamente, e se ajudarem a passar por um momento em que os próprios familiares apoiavam o Bolsonaro, na maioria das vezes. Assim, sem o apoio da família, o grupo no Facebook se tornou um lugar seguro e solidário para que pudessem discutir

⁹³ MULHERES unidas contra Bolsonaro, 2018. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/499414607198716/> Acesso em: 30 nov. 2021.

política livre e abertamente, sem serem silenciadas pela extrema oposição, que muitas vezes poderiam estar em seus próprios lares (SOARES, 2021). Dentro dessa comunidade *on-line*, as características próprias do movimento e a identidade construída coletivamente foram se criando e viralizando. Nesse âmbito, a *hashtag* que nomeia as manifestações surgiu, demarcando as razões do movimento repudiar a candidatura de Bolsonaro. A respeito da frase, Capasso e Bugnono (2019) afirmam que

"Ele Não" teve a peculiaridade de não propor um candidato alternativo e se tornou o slogan que poderia aglomerar opiniões divergentes. Essa frase, replicada em diferentes mídias - junto com as intervenções artísticas e visuais - articulou as demandas de diferentes grupos sociais contra um candidato que, a partir de suas próprias falas, é apontado como racista, homofóbico e misógino. (CAPASSO; BUGNONO, 2019, p. 146, tradução nossa)

Em pouco tempo #EleNão viralizou em outros sites de redes sociais, sendo utilizada em postagens de protestos e posicionamentos, tanto por mulheres, como por outros grupos contrários a candidatura de Bolsonaro, como por LGBTQIA+, sindicalistas, negros, indígenas.

Com a proporção que #EleNão estava ganhando, as manifestações nas ruas começaram a ser delineadas para o dia 29 de setembro, e grupos específicos criados para melhor gerenciar de acordo com a localidade começaram a serem pensados. No entanto, antes que a divisão por regiões fosse feita, o grupo foi hackeado na madrugada de 16 de setembro de 2018, devido a sua crescente visibilidade e agência. Excluíram as administradoras e moderadoras do grupo, e algumas delas tiveram seus celulares clonados e contas pessoais sequestradas - configurado como crime na legislação brasileira⁹⁴ - e o nome do grupo foi alterado para "Mulheres com Bolsonaro"⁹⁵. No entanto, embora as discussões no grupo originário no Facebook tenham sido obstaculizadas, a *tag* #EleNão se robustecia nas redes, se tornando um dos assuntos mais comentados no Twitter, e houve apelo principalmente a mulheres e LGBTQIA+ de se posicionarem contra Bolsonaro, atingindo diversos estamentos, figuras públicas nacionais e internacionais, assim como a

⁹⁴ A Lei Nº 12.737/2012 ou "Lei Carolina Dieckmann", é uma alteração no Código Penal Brasileiro, que foi sancionada em 2012. Voltada para crimes virtuais e delitos informáticos, foi o primeiro texto tipificador de crimes cibernéticos, voltado para invasões a dispositivos que ocorrem sem a permissão do/da usuária.

⁹⁵ Posteriormente, as administradoras tiveram acesso ao grupo novamente.

convocatória às ruas⁹⁶. A respeito das convocações para as ruas em Goiânia, Lídia, uma das organizadoras do ato, chama atenção para o número de mulheres que compareceram na reunião de organização do #EleNão na capital goiana. Segundo ela

A organização dos atos feministas que ocorriam em Goiânia, e o #EleNão não foi nenhuma novidade nesses termos metodológicos, era muito aberta. A gente fez uma reunião aberta, fizemos a divulgação, e quem apareceu foi dali pra frente chamada de organização do ato, bem assim mesmo. E funcionava assim com a Marcha das Vadias. A gente organizava no Facebook: "Olha vai ter uma reunião de organização de um ato que a gente vai fazer". Era sempre numa praça... Ali na Praça Universitária ocorria a organização pra Marcha das Vadias, e quem aparecia ali, virava organização, já saía de lá com tarefa. Já recebia um "olha, essa é sua responsabilidade agora, você é a organização do ato". Então foi sempre assim, nunca teve esse tipo de hierarquia no feminismo assim, pelo menos nas experiências que participei, até 2019 eu não vi isso [...]

[...]

As reuniões [do #EleNão] foram totalmente abertas lá na FE [Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás]. Houve um chamado, foi feito um evento no Facebook, e por que isso aconteceu? Não por acaso, surgiu primeiro ali em São Paulo, eu acho, aí se espalhou e todo mundo já marcou "Vamos fazer o nosso!". Ai algumas companheiras resolveram criar o evento. [...] A gente teve uma reunião gigante! Apareceram, sei lá, umas 50 mulheres, o que era muito incomum pra gente. Quando a gente chamava reunião pra organizar atos, apareciam umas 7,10... Apareceram 50! [...] Meninas muito jovens, outras mulheres mais velhas, até mulheres que nunca tinham militado no feminismo apareceram pra organização desse ato. Eu me lembro que essa era uma narrativa comum, da pessoa dizer assim na reunião "Olha, eu nunca vim numa reunião feminista na minha vida, essa é a primeira, mas eu acho que isso é muito importante, o Bolsonaro não pode vencer as eleições". Então essa era narrativa, você tinha mulher de mais de 50 anos que "tava" numa reunião feminista pela primeira vez, mas que diziam "eu sou feminista, eu só não participava disso aqui, é a primeira vez". Outras já diziam assim "olha, eu 'tô' conhecendo o feminismo agora, eu não sei se sou feminista ainda, mas eu 'tô' aqui e eu quero contribuir com essa mobilização". [...] O pessoal teve que pegar cadeira nas outras salas. Ai a gente saiu de lá com a missão de se organizar em GTs [grupos de trabalho], que é uma coisa muito comum na organização de atos hoje em dia. Tinha um de comunicação de segurança, de saúde pra cuidar de primeiros socorros na hora do ato, de divulgação, de material, em que o pessoal ia ter que ir atrás de partidos, sindicatos pra ir atrás de verbas pra ter material de divulgação. Era a dinâmica padrão dos atos feministas: distribuir em GTs e ter mulheres trabalhando ali nesses

⁹⁶ MIDIA Ninja. Mulheres contra Bolsonaro #EleNão. Youtube, 25 set. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lb9xpbkK3q4>. Acesso em: 30 nov. 2021.

GTs. Ai cada GT, era um novo grupo do Whatsapp. Então você tinha um grupão de Whatsapp, era enorme esse grupo, toda hora tinha mensagem [...] e aí você tinha os grupinhos menores que era o GT que você “tava”. Aí eu lembro que “tava” no de comunicação e em um outro que não me lembro. Ai era assim, era muita gente organizando e aí virava aquele caos, você tinha que decidir uma coisa [...] nessas horas fazia-se um monte de enquetes em grupo do Facebook e pelo Whatsapp. (Lídia, 2021)

E essa tônica espontânea, coletiva, plural, iniciada em sites de redes sociais, autônoma e não hierarquizada, foi algo presente também no movimento *Ni Una Menos*, na Argentina

No que diz respeito à repercussão, em análises de *tweets* na data da primeira manifestação do #EleNão, Alena Moreira e Gabriela Santos Alves (2019) enumeram que houveram 531.632 *tweets*, vindos de 185.037 usuários, a maioria do Brasil, como também de mais 36 outros países. A respeito das palavras mais usadas nessas publicações, pontuam que

Os termos mais utilizados foram 1) mulheres; 2) Bolsonaro; 3) brasil; 4) ruas; 5) ato. Outras palavras que foram mencionadas nas postagens, também nos dão indicativos importantes. Enquanto o candidato Jair Bolsonaro, enfatiza constantemente o amor à “pátria”, os “valores morais”, o “cidadão de bem” e até mesmo chega a defender a “ditadura”; o movimento #EleNão tem como grande pauta a defesa pela “democracia”, a luta contra o “retrocesso”, e cita a “história”, a “resistência”, os “livros” para mostrar que compreende bem a magnitude de seu papel na história brasileira, ao lado de outros movimentos sociais que lutaram contra o autoritarismo e a ditadura. (MOREIRA; ALVES, 2019, p.3)

Verificaram também que o *tweet* mais compartilhado durante o dia das manifestações, com 49 mil *retweets* e 71 mil curtidas, foi um vídeo compilação de declarações ao longo da trajetória do candidato, enfatizando sua postura machista, racista e homofóbica⁹⁷. A segunda publicação mais compartilhada foi a da cantora Iza, uma fotografia da manifestação no Rio de Janeiro com a mensagem "Mulheres do Brasil!! Quanto orgulho!! #EleNão"⁹⁸. E a terceira postagem mais compartilhada foi um vídeo reunindo 60 figuras públicas, entre atrizes, escritoras, musicistas e *youtubers*, explicitando as razões de oposição ao militar de reserva (MOREIRA; ALVES, 2019)⁹⁹. A adesão da campanha por muitas celebridades não foi um fato ocasional, a anuência de figuras públicas

⁹⁷ <https://twitter.com/dhelama/status/1041711472659898369>

⁹⁸ <https://twitter.com/IzaReal/status/1046130859177385984>

⁹⁹ <https://twitter.com/laursunset/status/1046059068606074883>

advém da popularidade dos movimentos feministas atuais com advento e popularização da internet.

Já as *hashtags* mais utilizadas durante o dia das manifestações, para além de #elenao e suas variantes (#elenunca, #elejamais), Moreira e Alves (2019) identificaram também o uso de #épelavidadasmulheres e #nãomereçoserestuprada, mostrando que o movimento estava em consenso com as principais pautas feministas da América Latina, a região com maior letalidade para as mulheres (REINA; CENTENERA; TORRADO; JUCÁ, 2018). De acordo com dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹⁰⁰, em 2017, mais de 2.700 mulheres foram assassinadas na região, em razão do seu gênero. A lista de feminicídios em 2017 foi liderada pelo Brasil, em números totais com 1.133 vítimas. Mas ao comparar relativamente, El Salvador desponta na região, com 10,2 feminicídios para cada 100 mil mulheres (CEPAL, 2017). Dessarte, o movimento mostrava que se manifestar contra o defensor da ditadura, para além de ser uma tentativa de barrar o avanço da extrema-direita no país, se tratava de uma questão de vida ou morte para mulheres e LGBTQIA+, principalmente (MOREIRA; ALVES, 2019).

Nas ruas, os protestos levaram uma multidão plural, não só de diversos setores organizados da luta feminista e de mulheres sem filiação alguma, inclusive sem experiência de prática política (SANTO; PORTO, 2020), como também de corpos contrários às convicções do candidato e que se sentiam ameaçados, caso Bolsonaro fosse eleito, e com o apoio e participação também de movimentos sociais, partidos políticos e diversos setores da sociedade civil solidários à pauta. As manifestações ocorreram nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, em mais de 350 cidades, além da repercussão internacional, havendo oposições públicas contra o Bolsonaro em 73 cidades em 33 países¹⁰¹. O #EleNão saiu do ciberespaço e ocupou ruas, corpos e muros. A respeito das pessoas presentes nas manifestações, todas as entrevistadas mencionaram a pluralidade, dentre elas, Ana Beatriz destaca

¹⁰⁰<https://nacoesunidas.org/cepal-27-mil-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-na-america-latina-e-caribe-em-2017/>

¹⁰¹MÍDIA NINJA#EleNão aconteceu em mais de 400 cidades em 34 países – Balanço NINJA. 2018. Disponível em: <https://midianinja.org/news/elenao-aconteceu-em-mais-de-400-cidades-em-34-paises-balanco-ninja/>. Acesso em: 20 set. 2021.

quando a gente chegou lá, algo que me chamou a atenção foi que eu vi muita mulher na organização. Eu não me lembro de ver homens na organização e de ouvir da galera que estava com os alto-falantes [microfones], eu não me lembro de ouvir vozes masculinas de liderança, de convocação. Quando abriram para as falas, eu lembro mais de vozes de mulheres do que de homens, isso eu achei muito interessante. [...] Eu vi muito essa participação feminina, muita mãe com criança, acho isso muito incrível, sabe [...] muita bandeira LGBT. Eu mesma estava com umas tintas pintando a galera e me lembro de chegar um menino e pedir pra eu pintar, não lembro... acho que eram as cores da bandeira trans e tudo mais. Eu lembro de ser um movimento muito inclusivo [...] era uma marcha contra um candidato que a gente já via esse problema todo que viria a ser, mas a gente esperava que não fosse, a gente tinha consciência de que seria um desastre, principalmente um desastre no quesito direitos das mulheres, direitos de pessoas LGBTQ+, direitos de outras minorias sociais, de pessoas pretas, indígenas... Então assim, eu vi uma multiplicidade de pessoas muito grande, sabe... isso me deixou muito feliz! (Ana Beatriz, 2021).

De forma semelhante, mas lembrando também de outros grupos presentes, que Ana Beatriz não mencionou, Lídia também ressalta o tamanho que foi o ato,

No dia você via tudo, homens, crianças, famílias, pessoas que talvez nem fossem de esquerda... O ato foi muito grande, nós tivemos pessoas de um espectro ideológico enorme, [...] teve muitas falas de homens, de homens de partidos, parlamentares apareceram pra falar, até parlamentares de partidos de centro, 1 ou 2 fizeram fala no dia do #EleNão aqui em Goiânia. Foi um ato realmente gigante, me lembro que na época chegaram a falar em 20 mil pessoas, eu acho q em Goiânia, talvez na ultimas anos, esse ato só tenha perdido para o ato do Fora Marconi, que teve 25 mil pessoas, eu acho que o segundo maior ato foi o #EleNão aqui em Goiânia depois do Fora Marconi, em 2012. (Lídia, 2021).

Ademais, Lídia ainda pontuou durante a entrevista sobre alguns aspectos que, ao menos, ela observou no movimento em Goiânia

Não foi chamado logo de cara de um ato feminista, foi usada mais a categoria mulheres do que feminismo. Entao assim, diferente da Marcha das Vadias e do Ni Una Menos, que sao movimentos q se nomeiam feministas, e onde você dificilmente vai encontrar alguem na reuniao, na organização que não seja feminista, o #EleNão foi diferente. Era um movimento de mulheres contra Bolsonaro, então você vai encontrar no dia do ato, e mesmo na organização, algumas mulheres que diziam assim "Eu não sei bem se essa categoria feminismo se aplica a mim, mas eu defendo os direitos das mulheres, eu acho que o Bolsonaro é [um] candidato fascista"... Repetia-se muito essa palavra e tal. Então eu acho que esse é um diferencial do #EleNão: trabalhou mais com a categoria mulher e mulheres do que com as categorias feminismo, feminismos ou feministas. Foi mais isso, e você tinha muita gente trabalhando na organização que, talvez, não se nomeei feminista, até mesmo na organização, não só de gente que

foi no dia. [...] Até me lembro que teve uma polemica, porque alguém queria falar alguma coisa sobre legalização do aborto no microfone, outra pessoa falou "não, não é a hora", então aquele foi o código para "olha, isso aqui não é um ato feminista, isso aqui não é a marcha das vadias, não é um lugar que a gente pode dizer: 'olha nós somos feministas e queremos descriminalizar o aborto'. Isso aqui é diferente, isso aqui é uma reunião de mulheres que estão encabeçando o ato, mais as famílias delas que estão todas atrás, dizendo não ao candidato Jair Bolsonaro. E aí me lembro de alguns conflitos [...] que teve algumas companheiras mulheres que ficaram chateadas porque tinham muitos homens falando no microfone... Aí vem toda aquela questão: esse é um ato feminista, não é? E aí assim, algumas companheiras ficaram chateadas porque queriam que o ato fosse feminista, mas não necessariamente foi um ato pautado pelas questões típicas do feminismo. (Lídia, 2021)

Tal ponto de vista também foi compartilhado pelas entrevistadas Lara e Ana Beatriz. A participação de mulheres em movimentos sociais não o torna irrevogavelmente "movimentos de mulheres" ou "movimentos feministas". Segundo Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009), a diferença entre os movimentos é que o primeiro diz respeito a movimentos que são compostos em sua maioria por mulheres, e cujas reivindicações não são necessariamente em prol de direitos específicos das mulheres. Já os "movimentos feministas", se referem às lutas que reconhecem as relações entre homens e mulheres não inscritas na natureza, passíveis de transformações. Para esse movimento, as mulheres são especificamente e sistematicamente oprimidas, e vinculam as desigualdades e opressões de gênero a outras formas de injustiça social, política, econômica e/ou ecológica, e propõe a transformação da sociedade civil, assim como dos Estados e dos mercados capitalistas. (AGUIAR, 2007; PEDRO, 2006; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). O #EleNão, embora tenha sido aderido também pelos movimentos feministas, e em várias localidades foram organizados por feministas, como as organizadoras aqui entrevistadas, sua pauta principal era contra um candidato à presidência no Brasil. Mas ao mesmo tempo, concordamos com a afirmação de Lara, é um movimento que se insere na agenda feminista, em razão *"da representação que o Bolsonaro tem, de misógino, machista, homofóbico, dessa supremacia masculina"* (Lara, 2021).

A do uso e importância da internet e das NTICs, todas afirmaram sua relevância para os movimentos sociais em geral, e principalmente para os feministas. Michely inclusive, ciberativista desde o início dos anos 2000, afirmou

que a blogosfera foi fundamental para o campo progressista e ainda complementa

[...] principalmente feministas e não só o movimento feminina, mas também o LGBT, o Fora Marconi aqui, nasce muito na internet, com um grupo de jovens que participei que se encontrava pela internet. Eram jovens de vários partidos, de vários movimentos, e a gente organizou o Fora Marconi lá em 2011/12. Então... Eu acho que a gente sempre teve um grupo de ativistas que se identificaram muito com essa militância, com o ciberativismo e caíram para dentro. Então eu fiquei com isso, me informando e não só usando as redes sociais, [mas também] tentando entender cada vez mais o que a gente tem hoje como algoritmo, né? Até porque ninguém falava dessa forma [naquela época]. Mas entender a lógica das redes sociais, e utilizá-la pro campo progressista (Michely, 2021)

A entrevistada também, assim como as outras, reforçaram a necessidade também da tomada das ruas pelas mulheres,

Como movimento feminista, então foi um boom! foi um boom muito grande. De repente várias páginas começaram a surgir, aqui em Goiás nós criamos várias páginas, inclusive dentre elas, a própria página da Marcha das Vadias aqui em Goiânia no Facebook, da rede de mulheres lésbicas e bissexuais de Goiás e outras páginas feministas. [...]. Então a gente tem mais de 10 anos 15 anos juntas sempre nesse front, mas nunca deixando a rua. Eu acho que é um grande diferencial nosso, esse é o ponto que quero muito deixar: eu jamais deixei a rua! Para mim a rua é a fonte do direito. Direito não cai do céu, não dá em árvore. Ele nasce na rua. Então, eu sempre utilizei a internet como forma de mobilização para rua, para conquista de direitos, pra mobilização para ir para rua, para chamar para um Fora Marconi, pra uma Marcha das Vadias, pra uma marcha de 8 de Março, para um Fora Cunha. (Michely, 2021).

Lara também enfatiza

Eu sinto mais ligação com mulheres no ambiente virtual, porque como me identifico em uma vertente muito má interpretada, é muito difícil encontrar suporte, mulheres que vão estar lá comigo, que, enfim, tenham o mesmo pensamento, etc. No mundo virtual eu encontrei, a partir do momento que a minha página foi tendo mais visibilidade, eu fui conhecendo outras mulheres e a gente criou um coletivo que chama "Racha", um coletivo que tinha mais ou menos 30 mulheres. E a nossa atuação foi toda virtual, inclusive até financeira, sempre que surgia uma mulher que precisava de apoio...por exemplo, teve uma mulher daqui do interior de Goiás que ela apanhou muito por ser lésbica na rua, e a gente se juntava, fazia vakinha essas coisas. E também questão de leitura, sabe? Meio que um clube de livro on-line (Lara, 2021)

Embora o resultado final da eleição não tenha sido o que esperávamos, e Bolsonaro foi eleito presidente da república, o #EleNão teve um papel basilar de mobilizações que há muito tempo não se via no país. Teve uma capacidade de integrar, que tem sido considerada a principal novidade política no país ultimamente, e também

As mulheres realizaram o que nenhuma organização política tradicional tem sido capaz de fazer: aglutinaram em torno do #EleNão praticamente todos os setores da luta das mulheres, mulheres negras, brancas, indígenas, lésbicas, transexuais, evangélicas, católicas, de religiões de matriz africana, abastadas, trabalhadoras; feministas anarquistas, liberais, socialistas, radicais; partidos políticos que disputaram as eleições com candidaturas próprias, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Democrático Trabalhista (PDT); Movimentos Sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Movimento LGBT+; sindicatos; entidades de representação estudantil (SANTO; PORTO; 2020, p. 65).

O movimento também robusteceu a rede de mulheres na internet, engajou pessoas que não eram politicamente ativas e colocou as mulheres e os movimentos feministas como atrizes sociais na linha de frente contra retrocessos aos seus direitos e no exercício de sua cidadania, expressa no ciberespaço e no espaço urbano. Sousa e Rachit (2019) asseveram também que o #EleNão trouxe transformações socioculturais imensuráveis durante o processo eleitoral, através de mudanças subjetivas em cada pessoa que participou dessa construção social.

A importância das redes virtuais no atual contexto pandêmico foi algo que também foi comentado. Michely acredita que a pandemia tem sido uma divisora no quesito uso de NTICs e internet, e acredita que a partir de então, o mundo será híbrido, tanto no que diz respeito à otimização do tempo, como para estratégias. Se antes a comunicação não era vista com importância por alguns dentro dos movimentos sociais, hoje se tornou eixo estratégico nas reuniões, e principalmente os movimentos feministas utilizaram tais estratégias de forma protagonista. Na realidade de Santiago del Estero, na Argentina, no contexto de isolamento social e *lockdown*, o uso tem sido imprescindível, tanto no atendimento de mulheres, quanto para pressionar o governo e a polícia local no que diz respeito a violência contra as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação nos propusemos a analisar as manifestações do #EleNão aqui no Brasil, e o *Ni Una Menos*, na Argentina, de forma a tentar compreender se podemos afirmar que são movimentos que se inserem dentro de uma suposta “quarta onda”, termo esse ainda em disputa.

É inegável o papel que a internet e as NTICs têm desempenhado nas nossas vidas e na sociedade, reconfigurando nossas interações pessoais e com o mundo. A percepção da separação entre o "mundo *on-line*" e o "mundo *off-line*" é uma perspectiva defasada, e as fronteiras entre ambos estão cada vez mais borradas, pois como vimos, o virtual é uma extensão do real.

O *boom* da Internet, assim como a expansão da computação móvel e das novas tecnologias nômades, tendo os celulares e *smartphones* como exemplo, e as redes sociais digitais transformaram vertiginosamente a maneira como acessamos, consumimos e produzimos informações. A Internet se transformou em uma mediadora que facilita e amplia as relações humanas tanto nos âmbitos político-estatais, como nas transações econômicas e comerciais e também nas relações pessoais e afetivas, além de ser o ponto de partida para a concretização de uma possibilidade de atos. E foi a respeito dessa percepção, como também da conceitualização da Internet e das NTICs que os capítulos 2 e 3 se propunham ressaltar.

Já o primeiro e último capítulo foram tratadas as questões da contextualização e caracterização da "quarta onda", e dos movimentos *Ni Una Menos* e #EleNão, assim como as entrevistas com as militantes, respectivamente. Essa tida nova onda vem sendo caracterizada pelo seu caráter internacional; jovem; que denuncia as violências de gênero, enfatizando que se trata de um sistema de dominação machista e conceituam a violência como um problema social público/estrutural, não individual; além do uso extensivo dos recursos, ferramentas *on-line* e *sites* de redes sociais.

Ambos foram movimentos multitudinários que mobilizaram mulheres a se organizarem pelas redes e tomarem as ruas não apenas na América Latina, como também em outras cidades ao redor do globo. O componente jovem dos movimentos possibilitaram não apenas uma estética, como também atualização das linguagens dos movimentos feministas. Tanto nos bastidores como nas ruas, como ficou mais evidente no *Ni Una Menos*, há comunicadoras, jornalistas, artistas, escritoras, ativistas, dentre outras, que não apenas tecem e fortalecem essas redes, como também constroem suas próprias narrativas.

Resguardando as particularidades de cada um, os dois foram mobilizados e divulgados através de sites de redes sociais com recursos e ferramentas *on-*

line, que demarcam a quarta onda feminista, e cuja relevância esteve presente nas falas das entrevistadas, que também ressaltaram a importância não só organizacional, como também estratégica da internet e das NTICs, sendo imprescindível para os movimentos feministas, tanto para a construção de sua narrativa, como para agência. As falas das entrevistadas também reforçam a necessidade de irem às ruas reivindicarem suas demandas, corroborando com o pensamento de Manuel Castells (2013), de que atualmente a construção dos espaços públicos dos movimentos sociais se dá em um espaço híbrido entre as redes sociais digitais e o espaço urbano ocupado. A interseccionalidade também foi algo observado tanto durante as leituras sobre os eventos, como também foram levantadas pelas entrevistadas.

Considerando todo trabalho até aqui, podemos afirmar então que o #EleNão e o Ni Una Menos são movimentos que podemos localizar como expressões da quarta onda dos movimentos feministas. Os gritos ecoando "ele não", "nenhuma a menos, viva nos queremos" bradados sobretudo por jovens corpos em alianças nas ruas, reivindicam não apenas direito de aparecer, como também o direito de viver, e a defesa pela democracia e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ACCOSSATTO, Romina; SENDRA, Mariana. Movimientos feministas en la era digital: las estrategias comunicacionales del movimiento ni una menos. **Encuentros: Revista de Ciencias Humanas, Teoría Social y Pensamiento Crítico**, Cabimas, v. 8, n. 6, p. 117-136, jul. 2018.

ALCÂNTARA, Lívia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, set. 2015.

_____; BRINGEL, Breno. Dos Zapatistas aos Indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 41, p. 1-18, 2020.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Estudos sobre direito da internet e da sociedade da informação**. Coimbra: Almedina, 2001.

BARRANCOS, Dora; ARCHENTI, Néida. Feminismos e direito das mulheres na Argentina: história e situação atual. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2019. Cap. 2. p. 55-64.

BECKER, Maria Lúcia. **Verbetes Cidadania das Minorias**. Enciclopédia Intercom de Comunicação, 2010. Disponível em: www.cienciasnuevas.com.br/site/wp-

content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunicação.pdf. Acesso em 20 nov. 2021.

BEDROSIAN, Alyssa. **Write, tweet, march**: how Argentina's NiUnaMenos employed discourse in digital and physical spaces to reach the masses. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Master Of Arts (M.A.) Languages, Literatures, And Cultures – Spanish Concentration, University Of North Carolina, Greensboro, 2019.

BICALHO, Maria Gabriela Parenti; MORAIS, Rossana Cristina Ribeiro. Ciberespaço e território: construção de uma discussão interdisciplinar. **Revista Percursos**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 05-23, maio/ago 2016.

BOLESINA, Iuri; MIGLIAVACCA, Luciano Araújo. “Crowdfunding” em Políticas Públicas: ciberparticipação e espelho referencial à agenda política. **Revista da Faculdade de Direito-Rfd-Uerj**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 1-21, jun. 2016.

BONFIM, Cristiane Guilherme; NUNES, Márcia Vidal. #PrimeiroAssedio - como a ONG Think Olga pauta o debate feminista no Facebook. In: SEJA GÊNERO E SEXUALIDADE NO AUDIOVISUAL, 1., 2017, Goiânia. **Anais do SEJA**. Goiânia: Ueg, 2017. p. 64-78.

boyd, danah; ELLISON, Nicole B.. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. **Journal Of Computer-mediated Communication**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 210-230, out. 2007.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia.. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 266 p.

CARROLL, William; HACKETT; Robert. Democratic media activism through the lens of social movement theory. **Media, Culture & Society**. 2006, p. 83-104.

CARVALHO, Marina Rúbia Mendonça Lôbo de; SIRQUEIRA, Márcio Costa. DA INTERNET PARA AS RUAS: o ativismo virtual como movimento modificador da participação popular no cenário brasileiro. **Revista Jurídica**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 162-181, 2019.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Vol. II, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Galáxia da Internet**. Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **A sociedade em rede**. A era da Informação: economia, sociedade e cultura. v.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CANAVATE, Doris Lamus. La irrupción de una nueva ola feminista: ¿ La cuarta ola?. **La Manzana de la Discordia**, v. 15, n. 2, p. 1-26, 2020.

CEPEDA-MÁSMELA, Carolina; CHENOU, Jean-Marie. #NiUnaMenos: data activism from the Global South. **Television & New Media**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 396-411, 2019.

CERDÁN, Lucía Marisol. **La cobertura periodística de las marchas de Ni Una Menos en los portales digitales de la ciudad de Rosario (2015, 2016 y 2017)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales. 2019.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. A comunicação virtual segundo Lévy e Baudrillard. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Campo Grande, 2001. p. 1-15.

CONTIPELLI, Ernani. Crowdsourcing Constitution: solidariedade e legitimação democrática na Pós Modernidade. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.8, n.3, 3º quadrimestre de 2013.

COSTA, Cristiane. A Nova Geração Política - Rede, in: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). **Explosão Feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 43-60, 2018.

CRUZ, Edgar Gómez. De volta ao ciberespaço: uma alucinação consensual acadêmica. In: BANNELL, Ralph Ings; MIZRAHI, Mylene; FERREIRA, Giselle (org.). **Deseducando a educação: mentes, materialidades e metáforas**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2021. Cap. 14. p. 423-450.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água, 2000.

DESLANDES, Suely Ferreira. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 23, n. 10, p. 3133-3136, out. 2018.

DÍAZ, Noelia Belén; LÓPEZ, Alejandro Hernán. **Ni Una Menos: el grito en común: la estrategia comunicacional de la movilización que marcó un hito en la lucha por los derechos de las mujeres en la Argentina**. 2016. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Facultad de Periodismo y Comunicación Social, Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, 2016.

FAUVILLE, Geraldine; LUO, Mufan; QUEIROZ, Anna Carolina Muller *et al.* Nonverbal Mechanisms Predict Zoom Fatigue and Explain Why Women Experience Higher Levels than Men. **Social Science Research Network Electronic Journal**, [S.L.], p. 1-18, 2021.

FRAGA, Elisângela Aparecida Macedo; SILVA, Cinthia Lopes da. Comunidades Virtuais de Internet: Atualização do debate sobre lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v.13, n.4, dez, p. 1-20, 2010.

FRANÇA, Vanessa de Vasconcellos Lemgruber da. Protestos de Seattle a Belo Horizonte: uma nova forma de se fazer democracia. **Astrolabio: Revista internacional de filosofia**, Barcelona, p. 110-120, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIBSON, William. **Neuromancer**. 5. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2016. 320 p.

GOMES, Márcia; RORATO Londero, Rodolfo; ARAÚJO do Nascimento, Michelle. McLuhan e Neuromancer: Aldeia Global e outros conceitos no imaginário cyberpunk. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, n. 38, p. 111-117, abr. 2009.

GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; OLIVEIRA, Elismênia Aparecida. Das idades transitórias: as “jovens” no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas. **Revista Feminismos**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 1-30, dez. 2013.

GONÇALVES, Eliane. Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 341-370, jun. 2016.

GUATTARI Félix; RONILK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GUALDRÓN, Juan Carlos Aceros. **Jóvenes, hacktivismo y sociedad de la información**: recorrido introductorio por el activismo tecnológico en Cataluña. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2006. 112 p.

GULKA, Juliana Aparecida. **Análise de presença digital**: um estudo do portal de periódicos UFSC. 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica. Coleção Estudos Culturais, 2000.

HAMMARSTRON, Natane Flores. **Feminismo para 99% em Porto Alegre: o caráter transnacional dos protestos de 08 de março de 2017**. 2020. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

JAIME, Sonia Evangelina Alcántar. **La función social del slacktivismo prosumido en redes sociales**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Coordinación del Posgrado En Estudios del Desarrollo Global, Facultad de Economía y Relaciones Internacionales, Universidad Autónoma de Baja California, Tijuana, 2017.

JOUZ, Igor. Redes sociais e crowdsourcing constitucional: a influência da ciberdemocracia sobre a gênese e a interpretação de normas constitucionais. **Rev. Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 7, nº 3, 2017, p. 617-632.

KOEPSSELL, David R. **A ontologia do ciberespaço**: a Filosofia, a lei e o futuro da propriedade intelectual. São Paulo: Madras, 2004.

LAUDANO, Claudia N.. Movilizaciones #NiUnaMenos y #VivasNosQueremos en Argentina. Entre el activismo digital y #ElFeminismoLoHizo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2017. p. 1-13.

LEE, Yu-Hao; HSIEH, Gary. Does slacktivism hurt activism? **Proceedings Of The Sigchi Conference On Human Factors In Computing Systems**, [S.L.], p. 811-820, 27 abr. 2013.

LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In: MÉDOLA, Ana Silvia; ARAÚJO, Denise; BRUNO, Fernanda (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 277-293.

_____. Cibercultura e Mobilidade: a era da conexão. **Razón y Palabra**: Primera Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación, [on-line], v. 22, p. 107-133, mar. 2018.

LÉVY, Pierre. **O que é o Virtual?** São Paulo: Editora 34, 1995.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Inteligencia colectiva**: por una antropología del ciberespacio. Washington: Biblioteca Virtual En Saude, 2004.

LIEVROUW, Leah A.. **Alternative and Activist New Media**. Cambridge: Polity Press, 2011. 306 p.

MACHADO, Rejane Ramos; REIS, Maria Elisa Andries dos; OLIVEIRA, Viviane Santos de. Comunidade virtual de pesquisa: na busca de conceitos para aprimorar o compartilhamento de conhecimento. In: **XIV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**, 2006, Salvador. SNBU Anais, 2006.

MACHADO, Murilo Bansi. **Por dentro dos Anonymous Brasil**: poder e resistência na sociedade de controle. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

MADEIRA, Vanessa; FIGUEIREDO, Luiza Carolina; RIOS, Riverson. Sobre a interconexão entre as smart mobs, a inteligência coletiva e o capital social. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 14., 2012, Recife. **Papers**. Recife: Intercom, 2012. p. 1-12.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.

MAIAS, André; BRAVO, Rogério. **Geopolítica, geoestratégia e ciberespaço**: notas introdutórias. Lisboa: S/I, 2017.

MARTINS, Marina S. F. Torres; NUNES, Márcia Vidal. Ciberativismo aliado ao Movimento Feminista: uma análise da experiência do aplicativo penhas. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 29, p. 110-130, jul./dez. 2019.

MATOS, Patrícia Ferraz de. Redes emaranhadas no ciberespaço: indivíduos, objetos virtuais e ideias em circulação. In: PIRES, Helena *et al.* **Cibercultura**: circum-navegações em redes transculturais de conhecimento, arquivos e pensamento. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2017. p. 167-182.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013. 278 p.

MEDEIROS, Breno Pauli; ROCHA, Henrique Ribeiro da; GOLDONI, Luiz Rogério Franco. COVID-19, transformações e vulnerabilidades da sociedade durante o isolamento. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: ECEME. 2020

MONTEIRO, Silvana Drumond. O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **Datagramazero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1-20, jun. 2007.

MOREIRA, Alena; ALVES, Gabriela Santos. #EleNão: movimento de mulheres no território digital e as eleições de 2018. In: SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES, 5., 2019, Espírito Santo. **Anais do V Seminário Comunicação e Territorialidades: comunicação, democracia e direitos humanos**. Espírito Santo: Ufes, 2020. p. 1-5.

OJEDA, Marcela. Actrices, políticas, artistas, empresarias, referentes sociales ... mujeres, todas, bah.. no vamos a levantar la voz? NOS ESTAN MATANDO. 11 maio 2015. Twitter: @marcelitaojeda. Disponível em: <https://twitter.com/marcelitaojeda/status/597799471368564736>. Acesso em: 23 nov. 2021.

PLEYERS, Geoffrey. Ativismo das ruas e on line dos movimentos pós-2011. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 87-96, jul./dez., 2013. Traduzido do francês por Renata Gonçalves.

PARDO, Maísa Martorano Suarez. Democracia Hackeada: hacking, legitimidade e opinião pública. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 16, n. 30, p. 141-176, 2020.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. São Paulo: Zahar, 2012.

PEREIRA, Natasha Bachini. Quais elementos aumentam a probabilidade de sucesso do ativismo digital?: um encontro do ciberativismo com a estatística. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 14., 2012, Recife. **Papers**. Recife: Intercom, 2012. p. 1-12.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**: E-Compós, S/L, v. 21, n. 2, p. 1-21, ago. 2007.

_____; VALIATI, Vanessa; LUPINACCI, Ludmila; BARROS, Laura. Conversações fluidas na cibercultura. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-27, jan/abr, 2017.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades em Redes Sociais na Internet**: Proposta de Tipologia baseada no Fotolog.com. 2006. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Informação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando.. (Org.). **Metamorfoses jornalísticas 2**: a reconfiguração da forma. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009, p. 1-269.

_____. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012. 238 p.

_____. **Introdução à Análise de Redes Sociais Online**. Salvador: Edufba, 2017.
RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs**: the next social revolution. Nova Iorque: Basic Books, 2002. 368 p.

RIBEIRO, Fernanda da Silva. A Urgência do Tempo na Cultura Digital: web 3.0, instantaneidade e futuros ilusórios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Curitiba, 2017. p. 1-15.

RIVELLO, Ana Paula Avellar; PIMENTA, Francisco Paoliello. Ciberativismo e zapatismo. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 13., 2008, São Paulo. **GT – Cibercultura e tecnologias da comunicação**. São Paulo: Intercom, 2008. p. 1-10.

ROCHA, Daniel Machado da; COLOMBO, Cristiano. Acesso à Justiça e ciberespaço em tempos de pandemia: produção da prova pericial em benefícios por incapacidade laboral em um contexto de distanciamento social. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, v. 4, n. 1, p. 1-22, 23 abr. 2021.

ROSSA, Leticia Franciele. Todas Fridas: o ciberativismo feminista em comunidades virtuais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 18., 2017, Caxias do Sul. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Caxias do Sul: Intercom, 2017. p. 1-14.

SANTAELLA, Lucia. Desafios da ubiquidade para a educação. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, p. 19-28, abr. 2013.

SANTO, Thais Marques de; PORTO, Douglas. Primeiro como negação: esperança, ética do cuidado e autonomia no # EleNão. **Sociologias Plurais**, v. 6, n. 2, 2020.

SANTOS, Pedro Vieira Souza; ROCHA, Monica Ferreira de Brito. Tecnologia inovadora de apoio ao gerenciamento de empresas: o caso do crowdsourcing. **Inovae**, São Paulo, v. 7, p. 94-109, dez. 2019.

SANTOS, Emanuella; PAIVA, Claudio Cardoso de. Vigilância e seu sentido de In/Segurança: a ressignificação das novas formas de controle e os riscos para a autonomia e a privacidade na rede. In: COLÓQUIO SEMIÓTICA DAS MÍDIAS, 4., 2015, Japaratinga. **Centro Internacional de Semiótica e Comunicação – Ciseco**, 2015. p. 1-15.

SANTOS, Gustavo Souza; PEREIRA, Anete Marília. Mobilizações em rede, territorialidades episódicas e identidades flutuantes: reflexões sobre o movimento #elenão. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 44, p. 379-388, 2021.

SELL, Cleiton Lixieski; CORRÊA, Jeano Saraiva. “Reclame Aqui” no Brasil: uma análise dos limites e possibilidades frente a perspectiva de um movimento social e seu viés em relação ao ativismo digital. **Revista Faculdade de Direito**, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 51-74, jul./dez. 2018.

SIQUEIRA, Stella Mendonça; REIS; Vivianne Margareth Chaves Pereira; ROCHA, Josiane Santos Brant et al. Noções do virtual: uma chave de leitura para o ciberespaço

e a cibercultura. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.8, n.22, p. 72-94, fev.-mai.2015.

SOSA, Cecilia. Mourning, Activism, and Queer Desires: Ni Una Menos and Carri's **Las hijas del fuego**. **Latin American Perspectives**, [s. l], v. 48, n. 2, p. 137-154, 24 mar. 2021.

SOUSA, Maíra Evangelista de; RACHIT, Brenda. MOBILIZAÇÕES PRÉ-ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2018 NO PARÁ: grupos e eventos relacionados à #elenão no facebook. **Aturá**: Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas, v. 3, n. 1, p. 66-86, abr. 2019.

SOUZA, Aline Prúcoli de. Des-re-territorização. In: COSER, Stelamaris (org.). **Viagens, deslocamentos, espaços**: (conceitos críticos). Vitória: EDUFES, 2016. p. 54-61.

STEFANETTI, Camila. El ciclo de movilización #NiUnaMenos: la recreación del movimiento de mujeres en Argentina (2015-2019). In: CONGRESO NACIONAL DE CIENCIA POLÍTICA, 14., 2019, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Análisis Político y La Universidad Nacional de San Martín, 2019. p. 1-36.

_____. Un abordaje multidimensional del ciclo de movilizaciones #NiUnaMenos (2015-2020) y el uso de las TIC. **Revista de Estudios Políticos y Estratégicos**, Santiago, v. 8, n. 1, p. 40-60, set. 2020.

STENGER, Nicole. Mind is a Leaking Rainbow. In: BENEDIKT, Michael (ed.). **Cyberspace**: first steps. Londres: MIT Press, 1993. Cap. 4. p. 49-58.

ROCHA, Glauco Capper da; SOUZA FILHO, Veridiano Barroso de. Da guerra às emoções: história da internet e o controverso surgimento do facebook. In: **IV ENCONTRO REGIONAL NORTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA**. Apresentação de Trabalho/Comunicação. Rio Branco, 2016. p. 1-16.

STEGANHA, Roberta. **Jornalismo na internet**: a influência das redes sociais no processo de confecção das notícias de entretenimento e celebridade. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Midiática, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2010.

VASCONCELOS FILHO, José Marques de; COUTINHO, Sérgio. **O ativismo digital brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 62 p.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço**: de Dante à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 225 p.

WRAY, Stephen. Electronic civil disobedience and the world wide web of hacktivism: a mapping of extraparliamentarian direct action net politics. **Switch**: New Media Journal, San Jose, v. 4, n. 2, p. 1-14, 1998.

WIKIPÉDIA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia>>. Acesso em: 4 out. 2021.